

# Relatório de Atividades 2012



## RELATÓRIO DE ATIVIDADES CESE 2012

**Organização e Redação** | Eliana Rolemberg e Lucyvanda Amorim Moura

**Revisão** | Lucyvanda Amorim Moura

**Editoração** | Isabel Cunha

**Fotos** | João Zinclar, Keu Ribeiro e de projetos apoiados pela CESE

### **DIRETORIA INSTITUCIONAL (TRIÊNIO JUNHO 2012 - 2015)**

#### **Presidente**

Eleni Rodrigues Mender Rangel (IPIB)

#### **Vice-presidente**

Cibele Kuss (IECLB)

#### **Primeiro Tesoureiro**

Guilherme Lieven (IECLB)

#### **Segundo Tesoureiro**

Gilson Andrade da Silva (ICAR)

#### **Primeira Secretária**

Sandra Maria Correia de Andrade (IEAB)

#### **Segunda Secretária**

Girlaine Gomes Santos da Silva (IPUB)

#### **Conselho Fiscal**

André Marie Gerard Camilla de Witte (ICAR)

Bruno Luiz Teles de Almeida (IEAB)

Dagoberto Santos Pereira (IPUB)

### **COORDENAÇÃO EXECUTIVA**

#### **Diretora Executiva**

Eliana Rolemberg

#### **Coordenador de Projetos e Formação**

Antônio Dimas Galvão

#### **Coordenador Administrativo-financeiro**

Daniel Musse Pereira

A CESE é apoiada por AIN (Ajuda da Igreja da Noruega), Brot für die Welt (Pão para o Mundo), Christian Aid/DFID, CWS (Serviço Mundial das Igrejas), EED (Serviço das Igrejas Alemãs para o Desenvolvimento), Fundação Avina, Fundação Kellogg, FNV (Fundo para a Não Violência), Heifer Brasil - Argentina, HEKS (Serviço das Igrejas Protestantes da Suíça), ICCO (Organização Intereclesiástica de Cooperação para o Desenvolvimento), Instituto C&A, Kerkinactie (Igreja em Ação), Misereor, Petrobras, SDOP (Comissão Presbiteriana para o Auto-Desenvolvimento dos Povos), Terre des Hommes Schweiz, UCC (Igreja Unida do Canadá) / CIDA (Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional), Wilde Ganzen (Gansos Selvagens).

## ÍNDICE

PALAVRA DA PRESIDÊNCIA   Eleni R. M. Rangel	4
INTRODUÇÃO   Eliana Rolemberg	5
ORGANOGRAMA DA CESE	8
ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO DA CESE	9
Diálogo e Relações Ecumênicas	9
Diálogo e articulação com movimentos sociais	14
Apoio a projetos	20
Formação	25
MUDANÇAS A PARTIR DA ATUAÇÃO DA CESE Alguns exemplos	30
SUSTENTABILIDADE INSTITUCIONAL	38
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	42
DESAFIOS E PERSPECTIVAS	47
ANEXOS	
CONTEXTO SOCIAL, POLÍTICO ECOLÓGICO E ECONÔMICO DO BRASIL	49
MONITORAMENTO ANUAL DA CESE (Atividades previstas e realizadas)	63

## PALAVRA DA PRESIDÊNCIA

A CESE aproxima-se da celebração de seus 40 anos com uma história cheia de vitórias, lutas, desafios e conquistas.

Ao longo desse tempo, a CESE teve que desenvolver seu trabalho em conjunturas diversas, que sempre exigiram empenho, criatividade e dinamismo.

Ao olhar para trás, reconhecemos quanto o Senhor tem sustentado e animado a CESE, a fim de que ela possa continuar realizando o trabalho para o qual foi concebida.

Se, de um lado, podemos enumerar os desafios e lutas enfrentados, de outro, temos muito do que nos orgulhar e agradecer, pois, apesar de tudo, seguimos fiéis na luta pela defesa de direitos, no combate às desigualdades e no fortalecimento dos movimentos sociais e movimento ecumênico no Brasil e na América Latina.

Todo esse trabalho foi realizado graças ao apoio das igrejas associadas, de nossos parceiros ecumênicos e das agências de cooperação internacional. É importante mencionar, na história mais recente da CESE, a aproximação com outros segmentos, como organizações ligadas à responsabilidade social empresarial e o processo de construção conjunta com o governo, a exemplo da discussão por um novo Marco Regulatório para as Organizações da Sociedade Civil, junto ao governo federal, e da Rede de Combate ao Racismo e à Intolerância Religiosa, com o governo da Bahia.

Ao contemplar essa jovem senhora de 40 anos, certamente podemos afirmar como o salmista:

*“Grandes coisas fez o Senhor por nós,  
e por isso estamos alegres.” (Salmo 126.3)*

**Eleni Rodrigues Mender Rangel**  
Presidente da CESE

## INTRODUÇÃO

*A CESE iniciou 2012 realizando um seminário de planejamento estratégico que contou com assessoria externa, para formular uma visão sobre a CESE em 2022, véspera de completar 50 anos. A partir da identificação do novo ciclo e desafios para a CESE, foram retomados alguns aspectos: Identidade (papel/lugar; cultura interna e atitudes; marcas fortes); Governança / legitimidade (relação com igrejas, agências, movimentos sociais e outros parceiros); Sustentabilidade / mobilização de recursos / comunicação; Ações (trabalho); Estrutura (princípios gerais) e Perfil de recursos humanos. Resultaram orientações claras para curto, médio e longo prazos, incluindo o processo de seleção de nova pessoa para a Direção Executiva da CESE e a transição necessária. Dentre essas orientações, destaca-se a reavaliação do quadro de pessoal e consequente redução, a partir de julho de 2012, considerando, ainda, a eleição de nova Diretoria Institucional em junho.*

O ano de 2012 foi vivido pela CESE como uma prova de perseverança diante da reafirmação de sua missão de fortalecimento dos movimentos sociais com vistas a transformações necessárias para uma verdadeira democracia com justiça, enfrentando o desafio que não quer calar, das grandes desigualdades econômicas, sociais e políticas que permanecem em nosso País, exigindo ação efetiva das organizações da sociedade civil.

A afirmação dos direitos humanos continuou pautando as ações da CESE. A Comissão da Verdade, a intolerância religiosa, o aumento da violência nas cidades e contra a população negra, contra a juventude, contra populações tradicionais e os desafios crescentes relacionados aos direitos ambientais ocuparam grande parte de nossa agenda.

A CESE deu continuidade ao apoio e acompanhamento à formação de comitês populares organizados em função dos desafios e consequências esperadas na realização dos grandes eventos programados para o Brasil. Com parceiros ecumênicos nacionais e internacionais e com outras organizações da sociedade civil, participou da preparação e realização da Cúpula dos Povos durante o evento Rio+20, e deu seguimento às discussões de forma articulada após o evento, considerando os desafios aí evidenciados.

O tema da reforma política como instrumento essencial para consolidação da democracia no Brasil teve mais adesões da sociedade civil nesse período, porém, não houve avanço junto ao Congresso para sua realização. A CESE continuou apoiando o debate de vários segmentos da sociedade civil e, no período, junto ao movimento ecumênico nacional, que deu sua adesão.

As iniciativas governamentais de transferência de renda incidiram sobre a extrema pobreza, mas não se configuram como políticas de Estado e sim como programas de governo, podendo ser facilmente suspensas, dado que não são estruturais. Nesse sentido, o apoio aos pequenos projetos, propostos pelas organizações populares, ganha importância como possibilidade de conseguir melhorias significativas de qualidade de vida. O protagonismo desses grupos, sua criatividade, merecem reconhecimento e uma política adequada, dado que trazem em si a semente de transformações efetivas na vida dessas populações.

A reflexão conjunta com outras entidades da América do Sul, que têm atuação semelhante, reforçou a importância desse tipo de apoio, que possibilita chegar até a ponta, junto às populações desprivilegiadas.

No entanto, cresce o desafio de manter programas de apoio a projetos. No ano de 2012, foram anunciados mais cortes da cooperação internacional, além de outras perdas de recursos financeiros. Foi necessário diminuir a média prevista para apoio a pequenos projetos para que a meta geral não fosse severamente abalada, chegando a impedir o atendimento ao apoio fundamental a grupos populares carentes.

A legitimidade da ação da CESE não foi colocada em questão. Porém, diante dos grandes desafios da sustentabilidade financeira de seu projeto, em 2012 foram dados passos importantes na readequação de sua estrutura para fazer face a essa situação.

A crise internacional, com ênfase na Europa, a visibilidade do Brasil como um país que enfrentou a pobreza, foram elementos presentes e que indicam continuidade, exigindo da CESE maior proatividade e valorização do diálogo intersetorial (Organizações da sociedade civil, movimentos populares, igrejas, organizações ecumênicas, setores empresariais), num empenho para pensar o Brasil que queremos - o modelo de democracia e de desenvolvimento. A relação com o PAD (Processo de Diálogo entre agências de cooperação ecumênica e parceiros no Brasil) e com a Articulação D3 (Diálogo, Direitos e Democracia) foi relevante nessa direção.

Quanto ao setor empresarial, embora ainda seja necessário definir limites e critérios para parcerias com esse campo, em 2012 a CESE participou ativamente do Congresso do GIFE (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas), reforçando a importância de apoios a organizações de defesa de direitos. Parcerias já estabelecidas quanto às temáticas do desenvolvimento institucional e da equidade racial tiveram continuidade no período.

Visando o acesso a recursos públicos, a CESE seguiu engajada na Comissão Facilitadora da Plataforma por um novo Marco Regulatório, participando, em representação do CLAI Regional Brasil, do Grupo de Trabalho paritário, formado pelo governo, para apresentação de proposta prevista para março de 2012. Os trabalhos foram bastante frutíferos, mas o produto, apresentado ao Ministro da Secretaria Geral da Presidência da República, em julho, não foi encaminhado para consulta pública e em seguida ao Congresso Nacional. A CESE participou e colaborou na realização de eventos com a participação da Secretaria Geral da Presidência da República, disseminando os resultados e incentivando a continuidade do processo.

Em âmbito estadual, na Bahia, a CESE avançou em trabalho conjunto com recursos para capacitação via SEPROMI (Secretaria de Promoção da Igualdade). Outros contatos também foram realizados, porém, sem resultados efetivos até o momento.

Com as igrejas, o diálogo sobre mobilização de recursos avançou e a Campanha Primavera Para a Vida, por sugestão da assembleia anual, foi associada à Rede de Amigos, lançada em 2011. Os resultados concretos ainda são incipientes, apesar do grande envolvimento de igrejas em algumas regiões do País.

As igrejas que fazem parte da CESE (com o reforço de mais uma adesão - Aliança de Batistas do Brasil - durante a assembleia anual) têm sido mais efetivas no apoio às causas fortalecidas pela instituição. Apesar disso, assistimos, em 2012, ao crescimento do pentecostalismo e das manifestações de fundamentalismo, com figuras de grande expressão também nessa linha, provocando uma perda de força dos setores mais comprometidos com o social. O impacto do pentecostalismo também é grande nas camadas mais pobres da população.

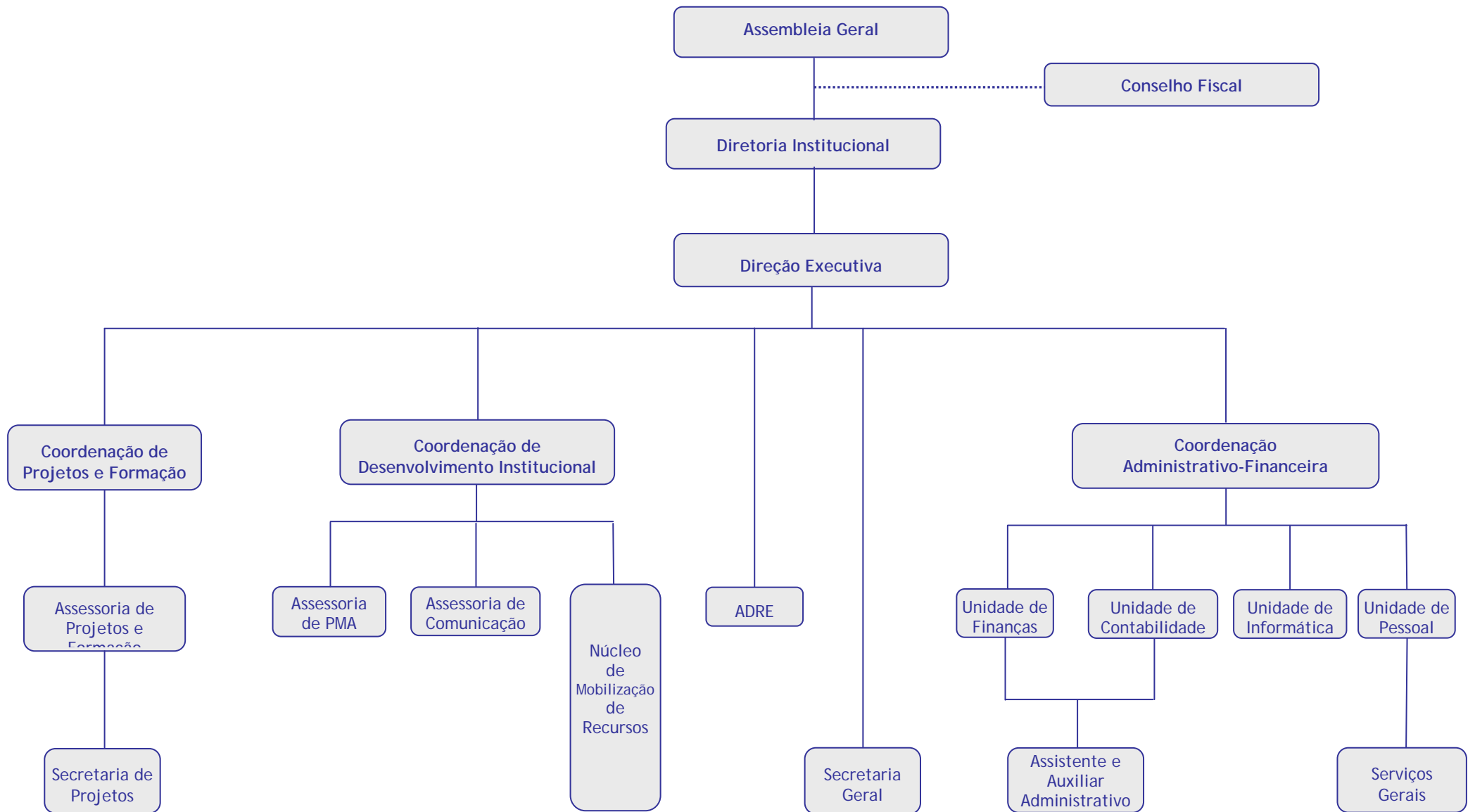
No ano de 2012, a CESE reforçou seu empenho na estruturação do setor de Comunicação, Alianças e Parcerias, embora tenha enfrentado descontinuidades pela ausência de profissionais de comunicação capazes de assumir a coordenação do setor e articular, com eficácia, comunicação e mobilização de recursos.

Nesse período, refletindo com agências, movimentos sociais e outros parceiros, a CESE enfatizou sua iniciativa de capacitar organizações sociais para a mobilização de recursos, numa tentativa de empoderamento dessas organizações e suas lideranças para experimentação de criatividade para garantia de sua autossustentação, ainda que inicial e parcial, acompanhada pela CESE.

Nesse ano de grandes desafios, a CESE se preparou para a celebração de seus 40 anos, tendo como marco a assembleia de 2013.

***Eliana Rolemberg***  
Diretora Executiva

# ORGANOGRAMA CESE





# ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO DA CESE

## DIÁLOGO E RELAÇÕES ECUMÊNICAS

Desde a sua fundação, e dada sua natureza ecumênica, a CESE se coloca em relação com Igrejas, organizações, movimentos ou redes que atuam no campo ecumênico, em nível local, nacional e internacional.

Essas parcerias visam à promoção da diaconia (serviço social das Igrejas) e à incidência pública do movimento ecumênico na perspectiva da defesa de direitos para a população brasileira menos favorecida.

Não caberia, neste relatório, listar todas as ações realizadas nesse campo, mas, consideramos importante mencionar as parcerias estabelecidas pela CESE e alguns destaques em 2012.

### ***Parcerias em nível internacional:***

#### **ALIANÇA ACT (Ação Conjunta das Igrejas para Emergências e Desenvolvimento)**

Em 2012, a CESE participou de discussões sobre a atualidade da Aliança, bem como sobre a importância de garantir maior equilíbrio entre ajuda humanitária, desenvolvimento e incidência.

Em setembro, a CESE esteve presente em reunião das organizações-membros de ACT Aliança no Brasil. Na oportunidade, foram repassadas informações sobre os novos procedimentos de Emergência da Aliança ACT, referentes à capacitação realizada em março de 2012, em Lima-Peru.

Ao lado disso, foi avaliada a coordenação e definidos encaminhamentos para as ações de incidência definidas pelo encontro pleno. Foi também apresentado resumo da reunião regional de ACT Aliança e discutiu-se sobre a participação no Fórum Sul. A CESE poderá seguir na representação, mas, para a facilitação da Mesa subregional, foi proposto que se discuta com o Fórum do Peru, enfatizando a importância da próxima assembleia de ACT ser realizada naquele país.

#### **CREAS - Centro Regional Ecumênico de Asesoría y Servicio**

A CESE participou, em Buenos Aires/Argentina, da Mesa Redonda do CREAS com a Cooperação Intereclesial. Estiveram presentes representantes da ICCO, de Christian Aid, da Igreja Unida do Canadá, do Serviço Mundial de Igrejas/USA, do Secretariado de ACT/Genebra, do vice-moderador da ACT Alliance, do assessor de comunicação do CMI, e de Koinonia.

### ***Parcerias em nível nacional:***

#### **FEACT Brasil - Fórum Ecumênico ACT Brasil**

Embora exista desde o início da década passada, o Fórum Ecumênico Brasil (FE Brasil) foi reconhecido, desde 2010, como o fórum nacional de ACT Aliança. A CESE é membro da Aliança e, no Brasil, participa do FEACTION, estando presente nas principais iniciativas desse fórum.

Em setembro de 2012, a CESE esteve presente em reunião da Coordenação Ampliada do FEACT Brasil, seguida do encontro nacional anual do Fórum e de reunião específica das organizações-membros de ACT Aliança.

O encontro nacional favoreceu a reflexão e aprofundamento sobre os desafios atuais do movimento ecumênico, enfatizando o debate sobre as necessidades atuais de incidência pública tendo como referência a promoção do desenvolvimento transformador de nossa realidade e a ampliação de nossas alianças.

Foram discutidos os principais desafios sociais, econômicos e ambientais do contexto, a partir dos resultados da realização da Cúpula dos Povos. Uma Mesa composta por representações do MST, da Marcha Mundial das Mulheres e da REJU ajudou o aprofundamento. Outra Mesa sobre o novo Marco Regulatório das organizações da sociedade civil, que contou com a presença da assessora especial da Secretaria Geral da Presidência da República e da coordenadora da ABONG Nacional, também ofereceu insumos ao debate e às definições quanto ao papel do fórum, com ênfase em incidência pública.

### **CLAI - Conselho Latino-americano de Igrejas (Regional Brasil)**

No primeiro semestre de 2012, a CESE participou da Assembleia do CLAI - Regional Brasil, em São Paulo/SP. Foi realizada uma reunião de informes sobre a preparação da VI Assembleia Geral do CLAI Continental, programada para fevereiro 2013, em Havana, Cuba. Na ocasião foi definida a data da Pré-assembleia do Brasil, para 28 e 29 de setembro, em São Paulo. Além disso, foram feitas apresentações e reflexões em plenária e grupos sobre o engajamento do movimento ecumênico com a questão ambiental. Marcelo Schneider, pelo CMI, fez uma recuperação histórica sobre Ecologia: o papel das igrejas através do movimento ecumênico, chegando à atualidade com a Coalizão Ecumênica para a Cúpula dos Povos e o espaço Religiões por Direitos. Jorge Atílio, de Koinonia e FEACT Brasil, abordou os impactos sociais dos projetos ambientais e uma crítica à economia verde.

Ao longo de 2012, a CESE representou o CLAI no GT sobre o Marco Regulatório. A CESE participa do conselho fiscal desse Conselho.

### **CONIC - Conselho Nacional de Igrejas Cristãs**

No início do ano de 2012, a diretoria do CONIC convidou a CESE, juntamente com outros membros estratégicos (Koinonia, CEBI, CESEP, PROFEC), para discutir sobre a situação de crise que atravessa esse Conselho e a necessidade de apoio para superação de problemas. Foram apresentados informes sobre as dificuldades financeiras, a vacância do cargo de Secretário Executivo, a invasão do site, resultando no desaparecimento de todos os dados de 2011 e o principal – 2 ações na Justiça, apresentadas pelo último Secretário Executivo.

As organizações parceiras estimularam a afirmação pública do CONIC na relação com o governo e com o mundo ecumênico; colocaram-se como testemunhos, se necessário for, para apoio no caso das ações na Justiça; comprometeram-se a apoiar a Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos, repercutindo em seus sites e estimulando seus pares a adquirirem os livretos e cartazes, pois essa é uma das fontes de financiamento do CONIC.

Uma decisão importante para a nossa parceria CESE-CONIC foi a retomada das reuniões das diretorias, iniciadas na assembleia da CESE, em junho. Foram assumidos compromissos conjuntos, com ênfase na celebração dos 30 anos do CONIC, a partir do estudo de texto sobre Diversidade e Intolerância Religiosa.

Um momento de destaque, em 2012, foi a comemoração dos 30 anos de atuação e caminhada ecumênica do CONIC. A CESE participou das atividades celebrativas, entre elas uma roda de diálogo, em que a diretora executiva falou sobre dois assuntos importantes tanto para as igrejas quanto para os movimentos sociais: o Marco Regulatório, que deverá definir as relações entre o Estado brasileiro e entidades da sociedade civil; e a Comissão Nacional da Verdade, que pretende apurar violações aos Direitos Humanos praticadas por agentes públicos, ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988.

#### **PAD - Processo de Articulação e Diálogo entre Agências de Cooperação e parceiros no Brasil**

A CESE participa dessa rede como membro do setorial ecumênico. Em 2012, a CESE participou da reunião do setorial, abordando os resultados da Roda de Diálogo de novembro/2011, o novo Plano de Ação e o planejamento para 2012. Além disso, em conjunto com a ABONG, elaborou para o PAD uma nota sobre o Marco Regulatório.

#### ***Parcerias em nível local (Salvador - Bahia)***

##### **CEBIC - Conselho Ecumênico Baiano de Igrejas Cristãs**

Ao longo de 2012, a CESE colaborou para a realização de diversas reuniões com vistas à retomada das atividades do CEBIC. Após a celebração da Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos, realizada conjuntamente, houve assembleia do Conselho, com apresentação e aprovação dos Estatutos e eleição da nova Diretoria e Conselho Fiscal (esse último conta com uma representação da CESE).

Ainda em maio foi realizada a primeira reunião da nova Diretoria e Conselho Fiscal do CEBIC, cujos encaminhamentos foram comunicados às igrejas, entidades e pessoas sobre a eleição da diretoria e solicitando adesão ao Conselho; comunicar oficialmente ao CONIC a realização da assembleia do CEBIC e seus resultados; discutir a pertinência de criar um blog (ou site) para veiculação de notícias sobre o Ecumenismo na Bahia, eventos e informes das reuniões da diretoria; construir uma agenda de eventos do mundo ecumênico e/ou de movimentos sociais, a fim de definir possíveis participações e, quando oportuno, emitir posicionamentos sobre temas afins.

***Com a REJU - Rede Ecumênica de Juventude e KOINONIA, a CESE tem relação nos planos nacional e local.***

##### **REJU - Rede Ecumênica de Juventude**

A CESE apoiou a REJU desde a sua criação e, em 2012, apoiou projetos para preparação/mobilização da juventude na Cúpula dos Povos; a Caravana da Juventude Ecumênica rumo à Rio+20, com a participação no Espaço Religiões por Direitos (especialmente na tenda da juventude); e no Enlace das Juventudes organizado pelos movimentos sociais juvenis. Encerrou o ano apoiando o Encontro Nacional da Rede.

Também em 2012, apoiou a realização, em Salvador, do debate *Juventude e Direitos: o que temos a dizer?*, com a presença do facilitador nacional da REJU e de uma jovem da Rede de Jovens do Nordeste, ambos representantes das suas redes no Conselho Nacional de Juventude. Participaram do debate aproximadamente 30 jovens de organizações populares, de igreja e do candomblé. Da conversa surgiram algumas propostas: estabelecer uma agenda de encontros entre a REJU e as organizações convidadas, para aproximação; que a REJU contribua com a formação da juventude, a partir de discussões sistemáticas, focadas em temas de interesse comum.

## KOINONIA

A CESE participou da Assembleia geral de KOINONIA, no Rio de Janeiro/RJ, ocasião em que foi feita uma análise da conjuntura, pós Cúpula dos Povos. A CESE teve a oportunidade de apresentar a proposta atual da sua Campanha Primavera Para a Vida e a Rede de Amigos.

As relações entre CESE e Koinonia Bahia foram retomadas no início de novembro, após mudanças na equipe local de Koinonia e, como iniciativa conjunta, foi decidida a preparação da IV Roda de Diálogo do processo “Construindo Diálogos”, sendo convidada a assessora de Diversidade Religiosa da Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República. O evento foi realizado na CESE, em dezembro.

### ***Superação da Intolerância Religiosa***

Outro campo de ação da CESE é relacionado à superação da intolerância, perpetrada, sobretudo, contra expressões de fé de matriz africana. A partir de 2010, ao lado do apoio político e financeiro a iniciativas de organizações e comunidades religiosas, a CESE tem-se dedicado a um processo de articulação de forças, em Salvador, denominado *Construindo Diálogos*. Esse processo consiste na realização de rodas de diálogo que reúnem representantes de igrejas e outras expressões de fé não cristãs.

A IV Roda de Diálogo Inter-religioso, promovida pela CESE, em parceria com Koinonia, em dezembro de 2012, contou com a presença de uma assessora da Comissão da Diversidade Religiosa da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República.

Ao fim do encontro, foi definida a constituição de um Fórum Estadual da Diversidade Religiosa, sendo escolhida uma comissão provisória que terá a função de organizar atividades para o dia contra a intolerância religiosa (21 de janeiro), buscando uma preparação coletiva das mobilizações previstas e o lançamento público do fórum, em janeiro de 2013.



### ***Campanha Primavera para a Vida (CPPV)***

Outra iniciativa da CESE no campo ecumênico é a Campanha Primavera para a Vida (CPPV), que se realiza desde 2001. Nos últimos anos, a campanha tem abordado o tema Justiça Ambiental, estimulando Igrejas, organismos ecumênicos e movimentos sociais a discutir as graves mudanças climáticas que vêm sendo verificadas em todo o

Planeta. A campanha também visa ampliar a rede de doadores individuais - Rede de Amigos da CESE - que possa colaborar com a sustentabilidade financeira da instituição.

Neste ano, com a indicação da assembleia geral da CESE, a preparação da CPPV teve um estímulo para pensar em inovações e na articulação entre a Campanha e a Rede de Amigos.

Nacionalmente, foram enviadas cartas a todas as igrejas e foi lançado um concurso de cofrinhos recicláveis.

Em 2012, a CESE buscou uma maior aproximação com a Igreja Católica, em Salvador, para adesão à campanha. Acompanhadas por um diretor institucional católico, representantes de

nossa instituição foram recebidas pelo Cardeal Arcebispo Dom Murilo Krieger, solicitando a participação ativa da Igreja Católica na CPPV em Salvador.

A partir disso, a CESE teve algumas oportunidades de apresentar a campanha e seus materiais para setores da Igreja Católica: participou da reunião das pastorais sociais e na reunião do clero da Arquidiocese de Salvador.

O lançamento da campanha foi realizado na Igreja Batista Nazareth, histórica parceria de ações da CESE e membro da Aliança de Batistas do Brasil, que filiou-se à CESE na Assembleia de 2012.

Anualmente, os recursos arrecadados na campanha são utilizados para apoio a projetos e parte para o institucional. Em 2012, a CESE decidiu repassar parte desses recursos diretamente para a CAMAPET - uma atuante cooperativa de reciclagem liderada pela juventude negra do bairro de Itapagipe, em Salvador, que sofreu um terrível incêndio.

## DIÁLOGO E ARTICULAÇÃO COM MOVIMENTOS SOCIAIS



Uma das formas de manter a sintonia da CESE com os movimentos sociais é a promoção de eventos e/ou participação em atividades por eles realizadas. A lista de participações é extensa e não é propósito deste relatório enumerá-las, mas consideramos importante mencionar algumas delas, relacionadas a temas ou segmentos que a CESE acompanha mais de perto. Em algumas dessas participações, a CESE teve papel proativo, colaborando para o aprofundamento de algum tema de interesse do movimento.

Sobre a **questão racial**, merecem destaque algumas participações:

Reunião de organizações do movimento social com o Deputado Federal Luiz Alberto (PT-BA). A reunião contou com a presença do Fórum de Entidades Negras da Bahia, Conselho Quilombola da Bahia, Comissão Pastoral dos Pescadores, Instituto Odara e CESE, tendo como objetivo a construção de espaço de formulação de propostas de políticas públicas.

Seminário de Implementação da Rede Estadual de Combate ao Racismo e à Intolerância Religiosa, promovido pela Secretaria de Promoção da Igualdade do governo do estado da Bahia. Esse evento contou com diversas mesas de exposição no campo jurídico, além de experiências de órgãos governamentais de combate ao racismo. A CESE foi habilitada, por meio de um edital de seleção, a compor essa rede, da qual fazem parte organizações da sociedade civil e instituições governamentais.

Confraternização e entrega de diplomas do Curso de Formação promovido pela Rede de Religiões de Matriz Africana do Subúrbio (RREMAS), projeto apoiado pela CESE no âmbito do Programa de Equidade Racial. A CESE esteve entre as organizações parceiras homenageadas.

A CESE também colaborou com a discussão sobre a questão racial em seminário do Grupo de Trabalho sobre questão racial do Fórum da Amazônia Oriental, Belém/PA. A CESE expôs o tema *Reflexões sobre Instrumentos de Monitoramento sobre Políticas Públicas*; em debate sobre educação e no abraço à sede do Instituto Cultural Steve Biko, nas festividades comemorativas dos 20 anos da instituição; no III Encontro das Baianas de Acarajé, ministrando oficina sobre organização popular para as baianas, frente às ameaças colocadas pela intolerância religiosa, restrição à atuação das baianas durante o período da Copa, entraves legais ao exercício do ofício em diversos estados, entre outros assuntos.

A CESE tem participado de iniciativas de organizações populares que tratam das questões de **gênero**. Alguns exemplos são:

Debate *Mulheres e Contemporaneidade: Conquistas e Desafios*, evento promovido pelo Espaço Cultural Alagados e dirigido a lideranças da Comissão de Articulação e Mobilização dos Moradores da Península de Itapagipe (Rede CAMMPI) e Rede de Protagonistas em Ação de Itapagipe (REPROTAI), duas redes parceiras da CESE.

Evento *A Cultura Brinda as Mulheres*, promovido pelo Espaço Cultural Alagados, onde a diretora executiva da CESE foi uma das 20 mulheres homenageadas, pela sua trajetória de militância e contribuição ao fortalecimento das comunidades dessa região da cidade de Salvador.

Vigília Feminista pelo Fim da Violência contra as Mulheres, envolvendo diversos grupos e organizações de mulheres na denúncia de situações de violência institucional contra esse público. O evento acontece uma vez por mês, em um terminal de ônibus urbanos de Salvador.

Participação no lançamento do Odara - Instituto da Mulher Negra, no Auditório da Biblioteca Pública da Bahia. O grupo é apoiado pela CESE por meio do Programa de Equidade Racial. O evento contou com a participação de Nilcéia Freire, representante da Fundação Ford, e da Ministra Luíza Bairos, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR).

Participação no encontro do coletivo nacional de formação da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), para discutir a política nacional de auto-formação dos agrupamentos estaduais da AMB. Foi incluída na programação celebração dos 20 anos do Coletivo de Mulheres do Calafate, com apresentações culturais e resgate do histórico da vida do grupo.

Participação no Encontro de Articulação das Mulheres Negras do Nordeste, em São Luís/MA, que contou com a participação de representantes de organizações do movimento negro do Piauí, Pará e Maranhão, representantes do governo federal, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), além de secretarias estaduais e municipais.

Participação na oficina de formação feminista para mulheres da Bahia, com a presença de mulheres de Salvador, Região Metropolitana, Baixo Sul e Feira de Santana.

A CESE deu sua contribuição ao debate das relações de gênero no seminário *Análise da Atual Conjuntura Política de Salvador*, expondo o tema *Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas para Mulheres*. O evento foi promovido pela Rede de Mulheres pelo Fortalecimento do Controle Social e contou com 120 participantes de diversos bairros da periferia de Salvador; e na Oficina sobre *Gênero e Direitos Humanos*, promovida pelo Coletivo de Mulheres do Calafate, como parte da formação das articuladoras comunitárias, no âmbito da celebração dos 20 anos daquela organização.

A CESE também tem participado de atividades que propiciem a formação para a equipe executiva, como o curso *Menos Informalidade, Mais Direitos no Trabalho para as Mulheres Brasileiras*, em Recife/PE, promovido por um conjunto de organizações feministas, entre elas o SOS Corpo. A programação incluiu debates sobre as dimensões de classe, gênero e raça na estruturação das desigualdades; desenvolvimento; políticas públicas de proteção social e seus limites, estratégias de organização das mulheres e intervenção na Cúpula dos Povos, entre outros.

***Direito a Terra, Água e Território*** é um tema caro para a CESE que tem, inclusive, uma política referencial a ele relacionada. Em 2012, a CESE participou de alguns eventos voltados à defesa de território de populações tradicionais. Um deles foi o Lançamento da Campanha Nacional pela Regularização dos Territórios das Comunidades Tradicionais Pesqueiras, em Brasília/DF. A CESE participou da mesa de lançamento, que contou com a presença do Ministro de Aquicultura e Pesca e reuniu 2 mil pescadores e pescadoras artesanais de 16 estados brasileiros, reafirmando o desejo por uma lei de iniciativa popular que garanta o direito das comunidades pesqueiras sobre as terras e as águas. A Campanha foi apoiada pelo Programa de Pequenos Projetos da CESE.



Também organizou e participou do seminário Resistência Quilombola: Desafios e Perspectivas. Lançamento do livro *Direitos Quilombolas: Estudo de Impacto da Cooperação Ecumênica*. O evento foi realizado no Ministério Público do estado da Bahia e contou com a presença de mais de cem pessoas, de diversas organizações populares, órgãos do governo, comunidades quilombolas, lideranças comunitárias e políticas. Compuseram a mesa, além da CESE, representantes do

Conselho Quilombola da Bahia, da Associação dos Remanescentes do Quilombo São Francisco Paraguaçu-Boqueirão, do Conselho Pastoral dos Pescadores, da 6ª Promotoria do Meio Ambiente do Ministério Público do Estado da Bahia, da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPROMI) e o Deputado Federal Luiz Alberto (PT-BA), presidente da Frente Parlamentar Mista pela Igualdade Racial e em Defesa dos Quilombolas.

A CESE esteve presente no Encontro Nacional da Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA), que contou com mais de 700 participantes de todos os estados que compõem o semiárido, além de muitas organizações parceiras e/ou financiadoras da ASA, incluindo entes de governo. O evento foi rico de intercâmbios entre os participantes e, sobretudo, com experiências de lutas populares no Norte de Minas, reflexões políticas e indicou caminhos que a ASA deve trilhar no futuro.



A CESE participou ativamente da **Cúpula dos Povos**. Compôs o Comitê Baiano Rumo à Rio+20 e esteve em diversas reuniões de preparação para a Cúpula.



Na Cúpula, em si, foi representada por três pessoas da sua equipe executiva. Os principais temas priorizados foram: Ecumenismo (com presença constante nos espaços das Religiões por Direitos); questões indígena e quilombola; meio ambiente e mudanças climáticas; juventude; agroecologia.

Foram feitos contatos com parceiros indígenas e com Fundação Ford visando à elaboração de possível projeto para o Fundo Amazônia. Parte do tempo também foi dedicada às reuniões e decisões do Grupo de Articulação, que estava na governança do evento e do qual a CESE fez parte representando o FEAAT Brasil.

Foram feitos contatos com parceiros indígenas e com Fundação Ford visando à elaboração de possível projeto para o Fundo

Destaque para algumas participações da CESE na Cúpula: Reunião de articulação de parceiros Suíços; Lançamento da publicação de pesquisa da Christian Aid sobre desigualdade no Brasil; Marcha Indígena ao BNDES; Marcha das Mulheres e Marcha dos Atingidos pela Vale; Conferência de Leonardo Boff com as juventudes; Painel público do Grupo de Articulação da Cúpula com representante do PNUMA sobre Economia Verde; Conferência sobre a Convenção 169 da OIT; Conferência Internacional de Los Pueblos Indígenas sobre Desarrollo Sostenible y Libre Determinación; Lançamento da campanha pela desintrusão da Terra Indígena Marawatsédé, da etnia Xavante do estado do Mato Grosso; Seminário sobre o papel das religiões na defesa do meio ambiente.

Após a participação na Rio+20, o Comitê Baiano continuou se reunindo com o objetivo de tentar manter a articulação das organizações em torno das pautas comuns da Conferência. A CESE seguiu participando dessa articulação em nível local e realizou o *Seminário Pós Rio+20 e Cúpula dos Povos na Bahia, e daí?* O objetivo foi fazer uma reflexão sobre o que ocorreu naqueles eventos e discutir possíveis desdobramentos a serem assumidos pelas organizações populares na Bahia. Cerca de 50 organizações da Bahia participaram da atividade e elencaram algumas prioridades para as lutas no estado.

Outro desdobramento foi a participação da CESE na abertura do Encontro Baiano de Formação da CUT, onde apresentou reflexões sobre os movimentos pós Rio+20 / Cúpula dos Povos; a importância da autonomia dos movimentos frente aos governos de coalizão progressista; as inquietações dos movimentos sociais, particularmente no estado da Bahia, dada a ofensiva da mineração, fazendas eólicas e de grandes projetos de infraestrutura (Ferrovia Oeste-Leste e complexo portuário no Sul da Bahia).

A CESE participou e co-promoveu eventos voltados à mobilização para a Cúpula / Rio+20, em parceria com a ABONG regional NE2 e, por meio do apoio a projetos (17 projetos apoiados) e viabilizou a presença de diversos segmentos do movimento social brasileiro na Cúpula dos Povos.

No campo dos direitos humanos, *strictu sensu*, a CESE acompanhou a implantação da **Comissão da Verdade**, e participou de alguns eventos nessa área, em 2012.



Esteve no encontro de Comitês Estaduais da Sociedade Civil com a Comissão Nacional da Verdade (CNV), representando o Comitê Baiano, de cuja coordenação participa. Esse foi o primeiro evento das entidades locais com a CNV, desde que foi instalada. Na oportunidade, a plenária produziu um manifesto identificando enfoques e temas a serem priorizados e a certeza de que será enfaticamente monitorada pela sociedade civil. Foram destacados importantes desafios, entre outros: retomada da luta pela revisão da Lei da Anistia, um estudo mais sistemático sobre as bases de sustentação da ditadura civil militar e a responsabilização de forças externas, tendo como um dos elementos o real alcance da Operação Condor; a identificação de personalidades, parlamentares, entidades e empresários direitistas na provocação e sustentação do golpe militar.

No debate *Memória e Verdade - a luta contra a ditadura civil-militar ontem e hoje*, como parte da XXVII Semana da Terra Eugênio Lyra e XVI Encontro da Rede Nacional de Advogados Populares (RENAP), a CESE se fez representar por um de seus assessores, ex-presos político, que, juntamente com outros integrantes da mesa, fez recuperação de alguns fatos históricos, dando ênfase à situação dos mortos e desaparecidos durante a Guerrilha do Araguaia.

A CESE expressou seu posicionamento em favor da Comissão da Verdade por meio de artigo publicado no *Informes ABONG* e de declaração de apoio encaminhada à própria CNV.

Ao longo de 2012, CESE acompanhou discussões referentes à **relação Estado x sociedade**. Uma dessas oportunidades foi a participação em encontro para a devolução da pesquisa sobre Fundos Solidários na Bahia. Participaram, além de grupos que gerenciam fundos rotativos no Estado, entes de governo, Cáritas, e outras organizações que atuam no campo da economia solidária. Do encontro foi tirada uma carta na qual os participantes reafirmaram a importância desses fundos para fortalecer a economia solidária, a participação desse segmento no Fórum de Economia Solidária e a necessidade de se articular para buscar a sustentabilidade dessa dinâmica, atuando para mudar o marco legal e acessar recursos públicos.

A CESE também reforçou a importância dos fundos, em participação no seminário promovido pela CNBB com o tema *Relação Estado e Sociedade*, no qual a Diretora Executiva ressaltou a necessidade do estímulo necessário para doações através da regulação de incentivos fiscais a pessoas físicas e jurídicas; o reconhecimento das organizações de intermediação que repassam recursos para pequenos projetos através de seus fundos - chegando aos que mais necessitam, incidindo sobre as causas dos problemas que ocasionam desigualdades.

A CESE vem historicamente apoiando a organização e fortalecimento da luta da **População de Rua**. Em 2012, participou do I Congresso do Movimento Nacional da População de Rua, com o tema *Protagonizando a História, Garantindo Direitos*. A CESE fez exposição na mesa de discussão que tratou de Relações de Parcerias, atendendo a uma das preocupações do movimento em relação a políticas públicas, convênios e a importância da autonomia política. O congresso contou com a presença de cerca de 200 delegados de todo o País e convidados de outros movimentos e de órgãos públicos do campo da assistência social. A destacar o grupo de teatro e uma banda de percussão da Polícia Militar da Bahia, justamente uma instituição cujas relações com a população de rua são conflituosas na vida cotidiana. A intenção foi buscar compromissos para uma nova forma de compreender e conviver com a população de rua - que tem sido alvo de todo tipo de violações e linchamentos, com casos de envolvimento de prepostos policiais.

Outra oportunidade de estreitamento dos laços da CESE com esse segmento foi a participação em reunião para apresentação do Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População de Rua. Além de representação do Movimento de População de Rua da Bahia, participaram a Pastoral Nacional do Povo de Rua, outras organizações de apoio a esse

segmento, bem como representantes de secretarias do governo da Bahia. O convite teve objetivo de buscar algum tipo de apoio e compromisso da CESE em relação ao futuro Centro Estadual de Direitos Humanos para as Populações em Situação de Rua e dos Catadores de Materiais Recicláveis. Foi dado destaque para o programa recém-criado Bahia Acolhe, além de discussão sobre os impactos das obras da Copa em relação à população em situação de rua.

A CESE é filiada à **ABONG**, como organização de abrangência nacional. Pelo fato de sua sede estar localizada em Salvador, a CESE tem grande atuação no regional NE 2 (Bahia e Sergipe). Em 2012, a CESE participou da assembleia anual do regional, onde foram discutidas: tarefas pós Rio+20, o novo Marco Regulatório e projetos de âmbito internacional voltados para as relações Sul-Sul, com destaque para as atividades comuns com ONGs da Tunísia.

A CESE considera o diálogo com movimentos sociais fundamental para manter a sintonia com esses atores do cenário político nacional. Com essa visão, realizou, em 2012, o seu quarto Encontro com Movimentos Sociais, em Salvador, contando com a participação de 22 organizações, oriundas de diferentes regiões do País, perpassando algumas das temáticas centrais na luta por direitos no Brasil: terra, povos quilombolas, moradores de rua, gênero, entre outros.



A realização dos Encontros com Movimentos Sociais foi motivada pela avaliação institucional de 2004, que recomendava a instituição de um fórum de reflexão e debates sobre temas estratégicos da política nacional e do movimento ecumênico. Esses encontros tiveram início em 2005, e hoje se constituem em um espaço de diálogo permanente entre a CESE e os movimentos, para além das relações no âmbito do Setor de Projetos.

Consultados sobre qual formato esse espaço deveria ter, os movimentos sugeriram a realização de encontros bienais para discussão, durante os processos de planejamento e monitoramento, com representação composta por movimentos sociais comprometidos com a causa da transformação e que estejam ligados às políticas referenciais da CESE: Direito a Terra e Água; Direito à Cidade; Direito a Trabalho e Renda e Direito a Identidade na Diversidade.

Os encontros reúnem representantes dos mais expressivos movimentos, fóruns e articulações com atuação nacional e produzem reflexões e apontamentos fundamentais para a atuação da CESE, cumprindo, também, um papel importante de criar espaço para o diálogo, a expressão de divergências e a construção de visões comuns.

Neste quarto encontro, realizado em 2012, mais uma vez os movimentos sociais foram convidados para discutir e contribuir com o planejamento da CESE, dentro de uma visão da instituição rumo a 2022 (quando a CESE completará 50 anos), além de estabelecer uma plataforma de troca e socialização no que concerne à luta por direitos no Brasil, tendo em vista as especificidades de cada movimento bem como as agendas comuns.

Como parte da metodologia, os participantes foram chamados a escrever uma carta, na qual colocassem suas principais inquietações e sugestões para a atuação da CESE nos anos a seguir. As cartas foram muito ricas, geraram reflexões importantes, as quais foram

compartilhadas com cada uma das agências, sobretudo aquelas com as quais se estava, então, em fase de negociação.

Desafios importantes foram lançados, inclusive a sugestão de ampliação do Programa de Pequenos Projetos, o que obrigatoriamente leva a CESE a buscar outros tipos de recursos, e isso se liga às discussões sobre os fundos, sobretudo em relação à autonomia dos mesmos. Também foi apontada a necessidade de aprofundar a discussão sobre o acesso a recursos privados, pensando em critérios e possíveis implicações para a imagem da CESE.

Um ponto que perpassou a maioria das cartas foi a dificuldade de apoio material e financeiro para a mobilização e organização política, uma tendência das agências. Os movimentos e organizações estão com dificuldades em fazer *o bom e velho* trabalho de base, com uma percepção de certo retrocesso e de grande angústia pela renovação dos trabalhos de base, assim como para pensar novas plataformas para partilhar conhecimentos, programas etc. Na oportunidade, a equipe da CESE ressaltou que parte importante dos recursos do PPP é para mobilização, campanhas, encontros, seminários.

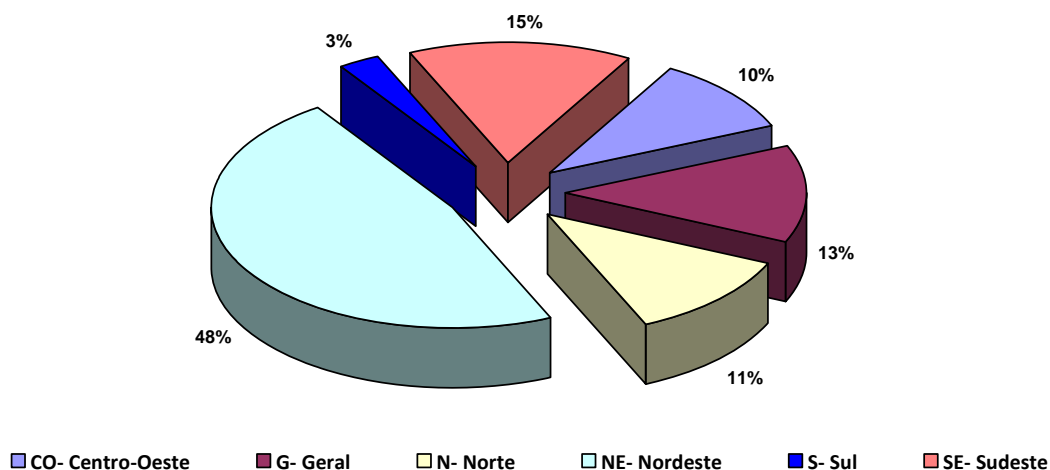
## APOIO A PROJETOS

### PROGRAMA DE PEQUENOS PROJETOS (PPP)

A CESE recebeu e cadastrou **468** projetos. Desses, **261** foram apoiados – embora a meta estabelecida para o ano fosse de 300 propostas. Isso deve-se ao fato de a CESE ter sofrido cortes orçamentários para apoio a projetos, em 2012, e só foi possível alcançar esse número por meio da redução da média de recursos aportados para cada projeto.

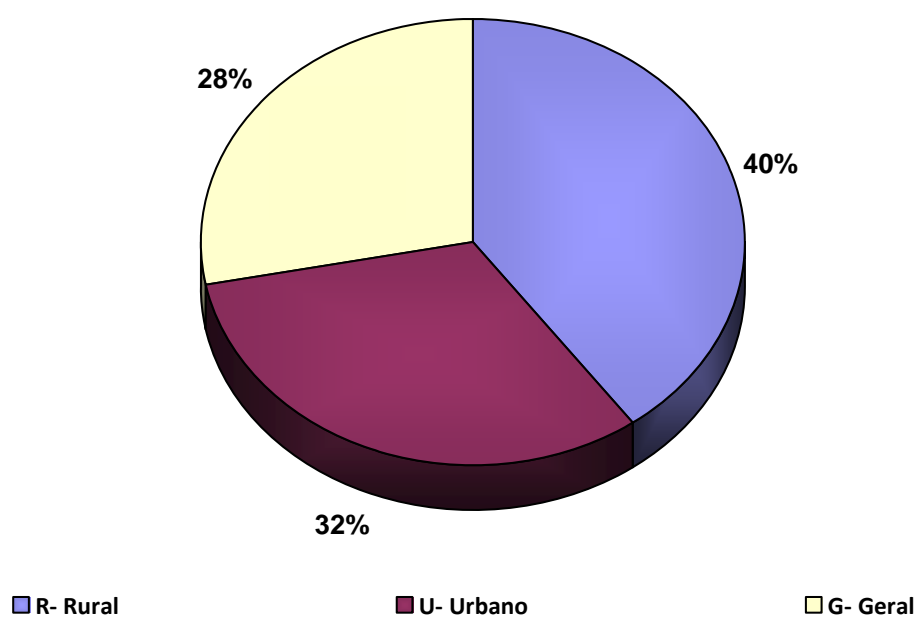
Chama atenção que um número expressivo de grupos (**40%**) solicitou recursos da CESE pela primeira vez.

Distribuição dos Recursos por Região



O volume de recursos aplicados foi da ordem de **R\$ 1.814.916,00** e foram beneficiadas **187.443** pessoas. Dos projetos apoiados, **47,3%** foram na região Nordeste, **11,5%** no Norte e **10,2%** no Centro-Oeste do Brasil, revelando que a CESE continua dando prioridade a essas regiões. Merece destaque o crescimento do apoio ao Centro-Oeste, em comparação com o ano anterior, quando não conseguimos alcançar a meta de 5% de recursos aplicados naquela região.

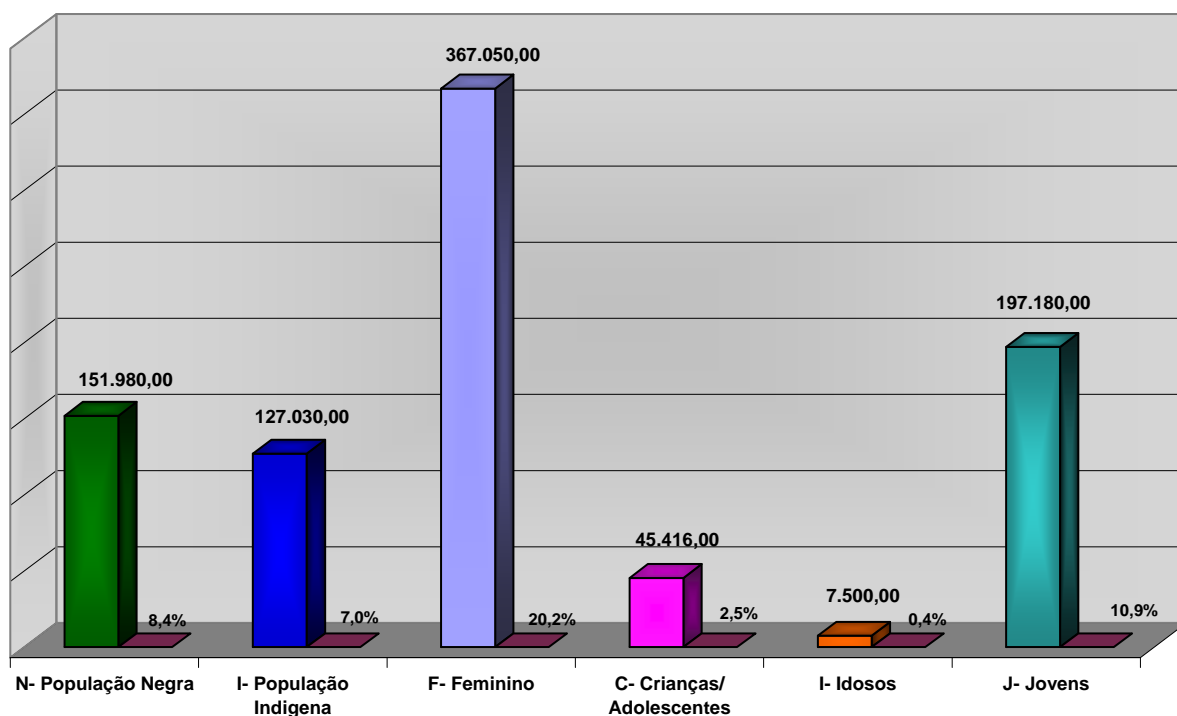
#### Distribuição dos Recursos por Abrangência



Em relação à abrangência dos projetos, os recursos ficaram assim distribuídos: Rural - **40,1%**; Urbano - **31,9%**; Geral - **28%**. Merece destaque, mas uma vez, o significativo apoio da CESE a projetos de grupos com atuação na área urbana, ultrapassando a meta estabelecida para o ano (23%), bem como o desempenho do ano anterior (26%).

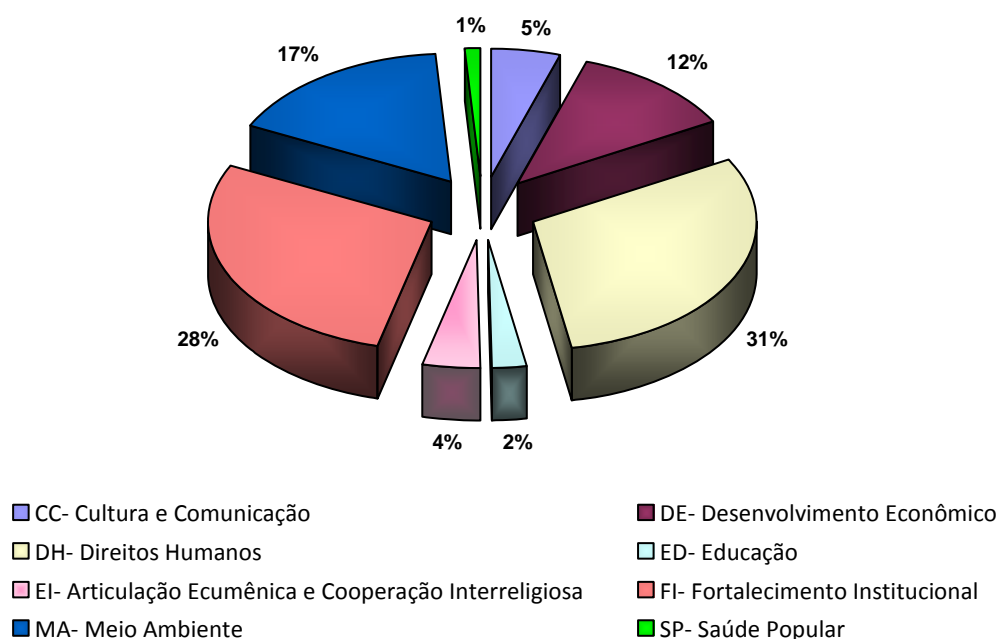
No seu planejamento anual, a CESE estabeleceu as seguintes metas para apoio a segmentos específicos: população negra - 8%; mulheres - 15%; jovens - 9% e indígenas - 10%. Aportou **8,4%** dos recursos em projetos voltados para a população negra; **20,2%** para iniciativas cujos beneficiários principais foram mulheres e **10,9%** para projetos com jovens. Povos indígenas receberam **7%** dos recursos do Programa.

### Distribuição dos Recursos por Setores Populacionais Específicos



Direitos Humanos (DH) e Meio Ambiente (MA) seguem como temas que “lideram” o ranking, quando o quesito é a natureza dos projetos apoiados. Iniciativas de DH tiveram aporte de 30,3%, superando a meta para o ano (21%) e as propostas relacionadas a MA receberam 16,8% dos recursos do programa, também ultrapassando a meta de 5%.

### Distribuição dos Recursos por Natureza



Uma das ferramentas de monitoramento do Programa é a análise de relatórios dos projetos, a partir dos quais é possível verificar a efetividade do apoio da CESE aos grupos. Em 2012, foram analisados **639** relatórios (entre relatórios de atividades, financeiro, narrativo ou de mobilização de recursos), correspondendo a 326 projetos.

A CESE monitora sua contribuição em relação ao Fortalecimento Institucional (FI) dos grupos; maior articulação com outros atores sociais; e tratamento das questões de gênero.

Para verificar sua contribuição aos grupos apoiados, no campo do fortalecimento institucional, a CESE adota os seguintes indicadores: aumento do número de sócios; maior participação interna dos sócios, especialmente de mulheres e jovens; ampliação do grau de democracia interna; melhor gestão e monitoramento do trabalho do grupo; avaliação do projeto referida ao(s) objetivo(s); melhor planejamento estratégico e/ou de novas propostas específicas.

Dos 290 relatórios de atividades analisados em 2012, verifica-se que **238** grupos apoiados foram fortalecidos, com maior participação dos membros das organizações nas decisões coletivas, maior envolvimento de jovens e mulheres e diversificação de iniciativas para garantir a sustentabilidade financeira das organizações, entre outros aspectos. Também, a partir desses relatórios, constata-se que **90** grupos apoiados passaram a considerar mais intensamente as questões de gênero.

No quesito maior articulação, **211** grupos apoiados passaram a articular-se melhor com outros grupos e movimentos, realizando ações conjuntas em âmbito local e nacional; ampliando o rol de parcerias; inspirando iniciativas similares em outras comunidades; integrando redes e fóruns de formulação e monitoramento de políticas públicas e realizando campanhas de caráter local / nacional para angariar apoio da sociedade às suas causas e pressionar instâncias governamentais.

## PROGRAMA AÇÃO PARA CRIANÇAS

A CESE recebeu e cadastrou **151** projetos e apoiou **57** dessas iniciativas, neste Programa, beneficiando **8.751** pessoas, na maioria crianças, adolescentes e jovens.

Registra-se o percentual de **44%** de grupos apoiados pela primeira vez pela CESE, o que está relacionado à estratégia de “Chamada de Projetos”, uma espécie de edital em que é feita uma



divulgação mais ampla do Programa, para estimular a recepção de propostas.

Ao lado disso, foi realizada uma proposta piloto, em parceria com o Instituto C&A, utilizando a mesma metodologia da dupla participação: Um edital específico para apoiar ações pontuais e estratégicas que promovam o desenvolvimento institucional de organizações.

Com essas duas iniciativas, o volume de recursos aplicados pela CESE foi da ordem de R\$ **264.297,00**. Montante igual foi levantado pelos grupos, a partir de ações locais de mobilização: doações, campanhas, festivais etc.

Assim como no Programa de Pequenos Projetos, anteriormente apresentado, no Programa Ação para Crianças o maior percentual de apoio foi para iniciativas que estão mais focadas no Fortalecimento Institucional (**29,3%** dos recursos), o que foi reforçado pelo apoio específico em parceria com o Instituto C&A. Em seguida aparecem os projetos relacionados a comunicação e cultura (**25,7**); desenvolvimento econômico (**15,2%**); educação (**13,8%**) e direitos humanos (**11,6%**) como as áreas que receberam mais apoio da CESE neste Programa.

As regiões Nordeste e Sudeste foram as mais apoiadas (respectivamente **67,6%** e **15,6%**), e houve também um número mais expressivo de projetos urbanos (**69,3%**) do que rurais (**19,1%**).



## PROGRAMA DE EQUIDADE RACIAL

O Programa de Equidade Racial, apoiado pela Fundação Kellog, tem como intenção desenvolver ações efetivas que contribuam para mudanças estruturais no quadro de desigualdades da Região Nordeste do Brasil e tem como principal foco o combate ao racismo e às desigualdades de gênero.

De modo sintético, são objetivos do Programa: 1) Contribuir para o fortalecimento institucional de organizações do movimento negro; 2) Fortalecer lideranças oriundas de organizações negras e; 3) Formar comunicadores/as na perspectiva da diversidade etnorracial.



No caso específico da ação gerida pela CESE, foram selecionados onze projetos de organizações que recebem apoio financeiro e acompanhamento para o desenvolvimento de ações no campo do fortalecimento institucional. Em 2012, os projetos receberam a primeira parcela do apoio, somando um montante de R\$ **413.397,00**.

## FORMAÇÃO

### PROGRAMA DIREITO A TERRA, ÁGUA E TERRITÓRIO - DTAT



O Programa DTAT é apoiado pela ICCO (agência holandesa de cooperação). Em 2012, foi realizado, no âmbito do Programa, o Seminário Mudanças Climáticas e Desastres - analisando riscos e preparando alternativas locais, que contou com a participação de 19 organizações, entre parceiras e convidadas. O objetivo foi repassar a metodologia CLIDES que pretende auxiliar organizações e as comunidades a avaliar os riscos climáticos a que elas e seus projetos estão submetidos. O evento se desdobrou no comprometimento de cinco parceiros com a aplicação da metodologia em comunidades parceiras em: Vale do Ribeira/SP, Baixo Parnaíba/MA, Zona Costeira Cearense/CE, acampamento do MST/SP e Comunidade Quilombola de Agrestina/PE.

Outro evento importante do DTAT foi o Encontro de Parceiros, realizado em São Paulo, para avaliação do Programa. A atividade reuniu treze organizações parceiras, bem como o oficial de

programa da ICCO, que apresentou as perspectivas, bastante negativas, de continuidade do programa e do Brasil entre os parceiros daquela agência. As organizações do DTAT



comprometeram-se a ajudar na sistematização de um documento com “motivos” para a continuidade, bem como contribuir com casos concretos de exemplos da relevância regional do Brasil para o trabalho da ICCO.

## **PROGRAMA CESE PRODUÇÃO COMUNITÁRIA E RENDA**

O desenvolvimento do Programa tem como base a parceria entre CESE e organizações prestadoras de serviço: ITCP/UCSAI, CAPINA, COOPERCUC, MST. A CESE conta também com assessores individuais em temáticas para as quais não existe disponibilidade de organizações, como: Comunicação, design e engenharia de alimentos.

Em março de 2012, um comitê formado por duas pessoas da equipe executiva da CESE e um consultor de cada uma das assessorias na área de viabilidade de empreendimentos selecionou 10 empreendimentos entre as 80 propostas recebidas.

A maioria dos grupos apoiados trabalha beneficiando frutas nativas da caatinga e comercializando polpas de frutas, doces e compotas. O Programa apoia ainda grupos que beneficiam pescado, algas marinhas, produzem artesanatos e brinquedos pedagógicos. Ao final do apoio do programa, os empreendimentos contam com um sistema de gestão melhor estruturado e a definição de seus preços passa a ser baseada em um sistema de controle de custos. Em geral tem havido aumento da renda, seja pelo maior potencial de vendas, pela melhoria na gestão dos recebimentos, melhoria nas instalações ou ainda em sua comunicação e marketing.

Desde a primeira edição, em 2009, o Programa já beneficiou 28 empreendimentos, envolvendo 1.624 sócios, dos quais 515 são mulheres.

Os momentos de intercâmbio e de avaliação anual do programa têm permitido ampliar as trocas entre empreendimentos, prestadores de serviço e CESE, bem como incorporado aperfeiçoamentos. Em 2012 foi realizado o Encontro de Avaliação do Programa. Seis empreendimentos e duas redes apoiadas pelo Programa em 2011 e os consultores envolvidos na sua execução reuniram-se para avaliar e fazer recomendações de aprimoramento. A avaliação foi bastante positiva, ainda que algumas ações ainda estivessem em andamento, na época.

O programa nasceu de um estímulo da ICCO e vem sendo por ela apoiado desde o início. O sucesso no desenvolvimento do programa – plenamente assumido como uma estratégia de capacitação da CESE – tem potencializado a articulação de novas fontes de financiamento. Destacamos a parceria já consolidada, em setembro de 2012, com a Petrobras, e uma articulação ainda em construção com o governo do estado da Bahia, por meio de sua Secretaria de Agricultura para apoio a equipamentos de grupos produtivos participantes das capacitações.

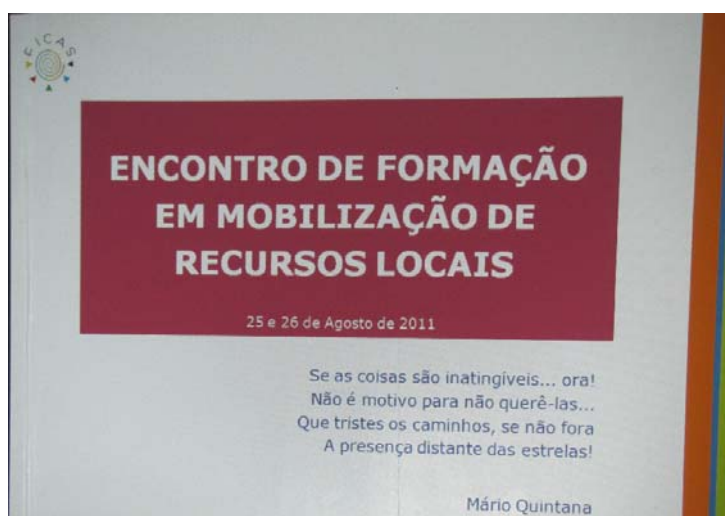


## PROGRAMA DE APOIO ESTRATÉGICO - PAE

Em 2012, não houve atividades de apoio a projetos no âmbito do PAE, mas a publicação da sistematização da experiência da segunda edição do Programa.

Além dos aprendizados no campo do desenvolvimento institucional de redes e suas estratégias de incidência pública, a publicação contém textos de colaboradores sobre os desafios ao aprofundamento da democracia no Brasil e ao fortalecimento do campo político dos movimentos sociais e uma reflexão sobre a comunicação como ferramenta de transformação social, a partir de duas experiências concretas de comunicação para advocacy. Foram publicados mil exemplares, com o apoio dos sindicatos dos Bancários e dos Metalúrgicos da Bahia.

## PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL



A CESE, em parceria com o Instituto C&A, convidou organizações que trabalham na defesa dos direitos de crianças, adolescentes e jovens a participar do edital "Mobilizando Recursos Locais para a Sustentabilidade". Com o apoio, a CESE quer colaborar com o fortalecimento e as condições de sustentabilidade, reconhecendo a importância do trabalho desenvolvido por essas organizações.

Os recursos são destinados a viabilizar ações pontuais e estratégicas que promovam o desenvolvimento institucional das organizações e não para o desenvolvimento das ações-fim junto ao público beneficiado, como a CESE costuma fazer, por meio de seus programas regulares de apoio.

Além dos recursos financeiros, a CESE oferecerá às organizações selecionadas capacitação e apoio para o desenvolvimento de ações de mobilização de recursos em nível local. O edital segue a metodologia do Programa Ação para Crianças, desenvolvido pela CESE desde 2007, em que o grupo apoiado deve mobilizar parte dos recursos necessários para a realização do projeto.

Foram selecionadas 14 propostas, das regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste do País, com valor total de projeto entre R\$ 10 mil e R\$ 20 mil. Na avaliação da CESE, esta é uma oportunidade para organizações que desenvolvem bons projetos de intervenção social, mas têm grandes dificuldades na área institucional e precisam ser fortalecidas com apoios que tenham impacto positivo em médio e longo prazos. Através do edital, estão sendo apoiadas ações, como: elaboração de planos de comunicação e mobilização de recursos, realização de processos que qualifiquem as práticas de Planejamento, Monitoramento, Avaliação e Sistematização (PMAS), realização de eventos que deem visibilidade às ações da organização, produção de materiais de comunicação e sistematizações e produção de conhecimento sobre desenvolvimento institucional e/ou aprendizados da organização.

O Instituto C&A também propiciou a participação da CESE, juntamente com outras organizações - FICAS, Centro de Estratégias para Organizações Sociais (CEOS) e Instituto Comunitário Grande Florianópolis (ICOM) - em um encontro na intenção de refletir, compartilhar e aprender sobre as iniciativas e processos desenvolvidos junto aos parceiros. A pauta esteve orientada para trocar e aprofundar aprendizados sobre referenciais metodológicos, conceitos e avanços no trabalho de Desenvolvimento Institucional.

## **PROGRAMA AÇÃO PARA CRIANÇAS**

Em 2012, a CESE deu seguimento às oficinas de capacitação de grupos populares para a mobilização de recursos.

Quatro workshops foram realizados em 2012, em diferentes regiões do País: Salvador (Março e Setembro - esta para grupos do edital do Instituto C&A), Fortaleza (Maio) e São Paulo (Outubro). No total foram capacitadas **110** pessoas, de **66** diferentes organizações.

Em geral, os temas trabalhados foram: sustentabilidade e mobilização de recursos; tipos de mobilização; rede de relacionamento; análise de experiências de mobilização e construção de um plano de ação.

A receptividade das entidades que participam das oficinas é grande e elas ressaltam a importância desta iniciativa da CESE, desvelando o tema da mobilização de recursos, um campo onde as organizações sociais ainda têm dificuldades.

## **PROJETO JUVENTUDE CIDADÃ**

A CESE estabeleceu parceria com o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) para desenvolver um processo de formação com as redes e organizações que atuam na promoção dos direitos de jovens e formação de lideranças, no âmbito do Projeto Juventude Cidadã, apoiado por Kerkinactie.

As duas instituições, juntamente com representantes das redes apoiadas, deram início, em 2012, ao planejamento das atividades de formação que serão desenvolvidas em 2013.

O objetivo da parceria é reforçar o protagonismo juvenil em comunidades populares de Salvador, em especial das áreas do Subúrbio Ferroviário e Ilha de Maré, por meio da capacitação de jovens em temas voltados para saúde reprodutiva e direitos, com enfoque em gênero e raça.

A expectativa é que o processo de formação contribua para a constituição e/ou fortalecimento de redes de articulação da juventude, assim como para mobilizações e campanhas em defesa e promoção de direitos e consolidação de políticas afirmativas para a superação do racismo e outras práticas discriminatórias.

## **PROGRAMA DE EQUIDADE RACIAL**

Em 2012, a CESE realizou dois encontros sobre Fortalecimento Institucional, como parte do Programa Equidade Racial no Nordeste Brasileiro, desenvolvido em ação conjunta pela Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE), o Instituto Cultural Steve Biko e o Instituto Mídia Étnica, sendo apoiado pela Fundação W. K. Kellogg.

O primeiro encontro teve como objetivos centrais promover uma análise coletiva do contexto de atuação das organizações populares na defesa da igualdade racial e de gênero; aprofundar a compreensão da ideia de desenvolvimento institucional em suas várias dimensões, assim como possibilitar uma reflexão de cada organização sobre o seu próprio desenvolvimento institucional.

A formação foi conduzida tendo como base metodologias participativas e lúdicas – incluindo jogos e contação de história – o que foi essencial, considerando que metade da turma estava em formação já há vários dias, tendo participado de outros processos formativos empreendidos pelos Institutos Mídia Étnica e Steve Biko, inseridos no mesmo programa.

O segundo encontro de Fortalecimento Institucional reuniu lideranças do movimento negro e feminista de nove estados do Nordeste para discutir estratégias de fortalecimento de organizações que lutam contra as desigualdades raciais e de gênero. Durante os três dias do encontro, compartilharam experiências, participaram de oficina sobre relações de gênero e violência contra a mulher, discutiram a sustentabilidade de suas organizações e o papel da comunicação para o seu fortalecimento.

Colaboradoras de organizações parceiras, que participaram do encontro, fizeram um panorama sobre as dificuldades de conseguir apoio e as desigualdades no tratamento de organizações que trabalham na defesa de questões raciais e de gênero, ressaltando o importante papel que têm os fundos de apoio a projetos, como a CESE.

Na avaliação da CESE, a questão racial está ligada a outros aspectos, como a violência, principalmente a relacionada às mulheres e jovens negros, o que agrava ainda mais o quadro de injustiças que sofrem essas pessoas. Isso torna ainda mais importante que a instituição desenvolva um programa como este, dedicado a uma causa específica, mas sem perder a relação com o conjunto de ações que a CESE desenvolve, na perspectiva de fortalecer os movimentos sociais nas lutas pela transformação, por justiça e por uma sociedade mais democrática.

Ao lado das ações específicas do Programa de Equidade Racial, a CESE também colabora com outros processos de formação voltados para a população negra. Exemplo disso foi a participação no II Ciclo de Formação das Baianas, em Acupe/BA, no qual a CESE facilitou as oficinas de Elaboração de Projetos e Comunicação.

## MUDANÇAS A PARTIR DA ATUAÇÃO DA CESE

### Alguns exemplos

#### ÂMBITO PESSOAL

##### ***Melhoria de renda para quilombolas***

Lenira Calheiros, da Comunidade de Remanescente de Quilombo Giral Grande, na cidade de Maragogipe, interior da Bahia, fala sobre o impacto do apoio da CESE na sua vida e na vida da sua comunidade. A produtora rural relata: *“a minha vida melhorou depois que conheci a CESE. Eu criava abelha, mas não tinha como beneficiar o mel. Então fizemos um projeto e ele foi aprovado. Hoje em casa eu tenho 70 litros de mel beneficiados pelos aparelhos que a CESE nos ajudou a comprar. Com isso, a minha renda melhorou consideravelmente. Hoje eu vendo cada litro por R\$ 25, e isso garante a renda de minha família.”*

Lenira lembra ainda que os aparelhos adquiridos não são usados somente na comunidade de Giral Grande, mas são compartilhados com comunidades vizinhas, através de um sistema rotativo de trabalho. *“Eles também vão para os quilombos de Porto da Pedra, Salamina Putumuju e São Francisco do Paraguassu”.*

##### ***População de rua: resgate de cidadania e participação***

*Depoimento de Maria Lucia Santos Pereira, coordenadora nacional do Movimento de População de Rua*

*“Meu nome é Maria Lucia Santos Pereira, cheguei na situação de rua com a idade de 16 anos, por conta de perda de vínculos familiares, pois meus pais faleceram quando eu ainda tinha 2 anos de idade, minha avó não tinha condição de cuidar de mim e de meus outros quatro irmãos. Durante meu tempo nas ruas, que durou 20 anos, senti na pele o descaso da sociedade, a dor dos cassetetes policiais, o frio da discriminação, eu não entendia como pessoas que não tinham nada podiam ser mais carinhosas e solidárias do que as pessoas que tinham tudo. A minha pergunta sempre foi: onde estava escrito que ser pobre era crime? Isso fazia cada vez mais eu sentir ódio das pessoas e me aproximar do povo das ruas, não sentia desejo nenhum de sair daquela vida, porém era difícil ficar de cara limpa, sentindo tanto ódio. Muitas vezes, a bebida era nosso alívio, ir para as drogas foi um passo, entrar no crack, um pulo.*

Mas um dia, no ano de 1999, eu conheci uma igreja que durante muito tempo estava abandonada e que havia sido reaberta para dar espaço a uma Comunidade que acolhia a população de rua. Isso me deu forças para iniciar minha recuperação, entrei num Centro de Recuperação, onde passei 5 meses. De lá, fui enviada para Aracaju para aprofundamento espiritual, onde fiquei por 3 anos e meio. Retornando a Salvador, iniciei um trabalho de convivência na Igreja da Trindade. Nessa época, a CESE financiou um acompanhamento do CIEG - Centro Interdisciplinar de Estudos Grupais com a finalidade de capacitar e acompanhar lideranças para assumir trabalho junto com a Comunidade da Trindade. Nessa capacitação, participaram 16 pessoas e eu estava incluída. Durante esse processo, pude aprender um pouco mais sobre mim, inclusive me dando as ferramentas necessárias para perder o medo e

fortalecer a minha caminhada junto com a minha sobriedade, tão necessária para o que eu desejava, que era trabalhar junto à população em situação de rua.

Assumi, em 2005, a Coordenação da Comunidade da Trindade junto com Henrique e mais três companheiros vindos das ruas. Em 2008, expandimos nossos trabalhos com a criação do Projeto Levanta-te e Anda, no qual eu era responsável pelo acolhimento e trabalho em grupo com 40 companheiros que ainda estavam em situação de rua, mostrando a eles que era possível uma nova forma de viver. Em 2010, junto com companheiros de rua que acreditavam que havia chegado a hora de lutarmos por políticas públicas, inicia-se em Salvador o Movimento da População de Rua, me dando uma grande alegria, pois ao contrário de tantos espaços de acolhimento ou trabalho voltado para a população de rua somos na cidade de Salvador o único espaço em que todas as decisões são tomadas por pessoas que saíram ou estão em situação de rua.

Hoje estou como Coordenadora Nacional do Movimento e faço parte do Comitê Interministerial de Acompanhamento e Monitoramento da Políticas Públicas da População de Rua. Deu tão certo essa parceria da CESE na minha vida que procurei através do Movimento fazer esse mesmo passo com os que hoje fazem parte do grupo de apoio do Movimento. Graças a essa parceria dois companheiros dos que fizeram essa capacitação do CIEG, CESE e Movimento vão ser os responsáveis pela 1ª República para a população em Situação de Rua. Realmente, não temos palavras para agradecer a parceria da CESE, pois com isso podemos ter o protagonismo na nossa vida.”

## **ÂMBITO DA COMUNIDADE**

### ***Apoio a redes pelo direito à cidade em Salvador***

Destacamos o apoio que a CESE vem dando ao fortalecimento de uma rede juvenil no Subúrbio Ferroviário de Salvador, composta de vários grupos populares que atuam tendo como foco a questão racial, meio ambiente, cultura, gênero e direito à cidade. Além do apoio a pequenos projetos, a CESE tem possibilitado a organizações dessa rede capacitações em temas de interesse comunitário e intercâmbios entre jovens de outros bairros da região metropolitana de Salvador e do interior do estado.

Esse apoio tem fortalecido a rede como sujeito político na região do Subúrbio Ferroviário e desafiado suas organizações a assumirem papéis de relevância em ações para a melhora das condições de vida da população nos diversos bairros lá existentes. Merece destaque o fato de que duas redes beneficiárias do projeto, conquistaram, no âmbito daquela região, a condição de “Operadoras Sociais” junto ao Programa Minha Casa Minha Vida - considerado o maior programa voltado ao direito à moradia dos últimos 30 anos, sendo responsáveis por monitorar a implementação do programa, garantindo também a participação popular no processo de regularização fundiária e acesso a serviços de infra-estrutura básica. Esse é apenas um indicador dos resultados do trabalho da rede, com reconhecimento e legitimidade alcançados junto ao poder público e à própria comunidade.

### ***Turismo comunitário: estratégia de resistência dos Jenipapo Kanindé***

No Brasil, os povos indígenas do Nordeste foram vítimas de um processo violento de colonização que culminou na dizimação de inúmeras etnias e na perda de um vasto patrimônio cultural e ambiental. Para enfrentar um contexto hostil, marcado pela expulsão de seus territórios, pelo preconceito e discriminação, muitos indígenas foram obrigados a esconder

suas identidades, deixar de falar suas línguas e de praticar sua cultura e religião. Com o avanço da organização dos povos indígenas do Nordeste e da legislação nacional e internacional referente aos direitos indígenas, ocorreu um processo intenso de resgate de identidade étnica e cultural e de luta por territórios tradicionais na região.

O caso dos Jenipapo-Kanindé, etnia reconhecida oficialmente apenas em 1997, ilustra bem esse processo. Vivendo às margens da Lagoa Encantada, em meio a um grande campo de dunas, os Jenipapo-Kanindé vivem basicamente da agricultura, pesca e produção de artesanato, um modo de vida constantemente ameaçado pela especulação imobiliária e instalação de grandes empreendimentos. Diante desses desafios, o turismo comunitário surgiu como uma alternativa de renda capaz de reforçar a resistência cultural indígena.

*“É um turismo diferente, que valoriza a cultura local, em que a renda gerada fica com os moradores, ao mesmo tempo em que constrói uma relação de respeito com a natureza e as pessoas do lugar.”*, afirmam as lideranças indígenas.

Em parceria com a universidade, a comunidade construiu mapas etnográficos e roteiros de trilhas ecológicas. Jovens indígenas receberam treinamento para atuarem como guias e a comunidade passou a receber grupos de dez a cem visitantes, principalmente de escolas e universidades.

Mas a dificuldade de garantir a alimentação dos visitantes era um obstáculo ao desenvolvimento da atividade turística na comunidade. Foi justamente aí que entrou o apoio do Programa de Pequenos Projetos. O apoio permitiu à Associação de Mulheres Indígenas construir e equipar o *Cantinho Jenipapo*, em que um grupo de mulheres prepara as refeições, unindo seus conhecimentos tradicionais aos aprendizados obtidos na capacitação que receberam em conservação e preparo de alimentos, atendimento e gestão. *“Antes, a alimentação era servida na casa das mulheres. Com o projeto, os visitantes passaram a ter um local adequado para fazer as refeições durante as trilhas na comunidade.”*, diz Rosa Martins, coordenadora do Instituto Terramar. A comunidade passou também a participar da Rede Tucum – Rede Cearense de Turismo Comunitário, que envolve treze destinos, a maioria deles no litoral do estado. Além do aumento na renda, o turismo comunitário também vem contribuindo para a valorização dos povos indígenas por outros segmentos da sociedade e para o fortalecimento da luta pela posse definitiva do território indígena.

Em 2011, depois de mais de 20 anos de luta, o governo federal determinou a saída de empresas e posseiros da terra dos Jenipapo-Kanindé, o que dará condições de ampliar as áreas de cultivo e criação de novas trilhas ecológicas, fortalecendo ainda mais o turismo comunitário como alternativa de ocupação sustentável do território.



## ÂMBITO MUNICIPAL / ESTADUAL

### ***CAMAPET: Transformando lixo em arte e renda***

A cena poderia ser de alguma cidade africana populosa, mas era Salvador. Ali, na Baía dos Tainheiros, boiava uma pequena jangada feita de paus e isopor – o mar de plásticos era tanto que o jovem que nela se equilibrava parecia estar num lixão em terra firme. Foi este quadro que fez nascer, há 12 anos, a CAMAPET - Cooperativa de Coleta Seletiva, Processamento de Plástico e Proteção Ambiental, localizada no Uruguai, Cidade Baixa de Salvador. O nome vem de CAMA - Centro de Arte e Meio Ambiente - formado por militantes ambientalistas da periferia, e PET - o termo técnico para diversos tipos de plásticos - a matéria prima principal que motivou a criação desta cooperativa formada principalmente pela juventude negra do bairro.



A CAMAPET foi criada em 1999 e desde o seu início recebe apoio da CESE porque há muitos valores em comum. No período recente, a CESE adotou ***Justiça Ambiental*** como eixo de reflexão e de suas ações estratégicas, em sintonia com demandas dos movimentos populares, marcando a Campanha Primavera Para a Vida que tem início todo mês de setembro.

A CAMAPET tem por objetivo gerar trabalho e renda para 28 catadoras e catadores da comunidade de Alagados/Itapagipe. A cooperativa tem um papel importante de educação ambiental para a mudança de comportamento da população em relação ao trato com os resíduos sólidos. Além disso, ela atua no fortalecimento de outras redes e no resgate da autoestima através da equidade racial e de gênero.

Joilson Santos, Coordenador da CAMAPET, lembra da ação da CESE no processo de mobilização para o combate aos impactos causados pelo descarte incorreto destes resíduos. *“Desde o início da CAMAPET, quando os moradores da Península de Itapagipe, mais precisamente dos Alagados, se mobilizaram para instituir uma ação contra o impacto ambiental causado pelos resíduos sólidos, o trabalho e a ação da CESE vieram fundamentalmente apoiar e dar consistência a essa proposta”.*

Para além de orgulhosos catadores, vivem da economia do lixo e nela lutam por seus direitos, por trabalho digno e esperam ser reconhecidos como agentes ambientais. Mais que isto, se articulam em rede com outras cooperativas para fazer parte do sistema de limpeza urbana dentro do Plano Municipal de Saneamento - o momento é oportuno porque as prefeituras serão obrigadas a ter este plano até o ano que vem, e a CAMAPET está “ligada”.

Como alternativa para agregar valor aos materiais recicláveis e possibilitar a abertura de mais postos de trabalho, a CAMAPET implantou juntamente com a Universidade do Estado da Bahia - UNEB e CNPq, uma unidade de produção de joias a partir da reutilização do PET, a CAMAPET-Biju.

### ***Fortalecimento da luta das mulheres rurais pelo fim da violência contra a mulher***

Segundo dados do Ministério de Saúde (2012), 56% das mulheres vítimas de violências são agredidas em casa. Isso demonstra a gravidade do problema da violência doméstica contra a mulher no Brasil. Com muita mobilização e ações de incidência política dos movimentos de mulheres, nos últimos anos foram alcançados notáveis avanços institucionais no enfrentamento da violência doméstica, entre eles a aprovação da chamada Lei Maria da



Penha, em 2006, elaborada a partir de uma proposta apresentada por organizações feministas e considerada pela ONU como uma das três melhores legislações do mundo referentes a essa questão. Além de tipificar os crimes de violência contra a mulher, a Lei tornou as penas mais rígidas e estabeleceu responsabilidades dos vários níveis de governo para dar proteção e assistência às vítimas.

Desde então, a CESE vem apoiando iniciativas de grupos de mulheres em todo o país para dar visibilidade aos direitos garantidos pela lei e cobrar dos órgãos governamentais maior agilidade na implantação de delegacias especializadas no atendimento às mulheres, casas-abrigo e outros serviços de apoio às mulheres vítimas de violência. Como resultado desses esforços, a lei se tornou bastante conhecida, conquistando a simpatia de 80% da população.

Já a implantação dos serviços previstos na lei tem sido bastante morosa, o que vem sendo constantemente denunciado pelos movimentos de mulheres. A precariedade ou total ausência de atendimento nas áreas rurais torna as mulheres do campo ainda mais vulneráveis às situações de violência, já que dificilmente podem se deslocar à capital para denunciar as agressões e dar prosseguimento aos processos judiciais e tratamentos de saúde. Atenta a essa questão, a CESE apoiou ações das trabalhadoras rurais ligadas a sindicatos locais, no interior da Paraíba, região Nordeste do Brasil. Inicialmente, foram realizados seminários locais sobre o tema da violência contra a mulher e divulgação da Lei Maria da Penha, usando linguagem popular. Essas ações tomaram corpo e em 2012 foi realizada uma grande manifestação no município de Esperança, reunindo 1.500 trabalhadoras rurais de 15 municípios, para marcar o Dia Internacional da Mulher.

Um momento marcante durante o percurso foi o ato público em memória das mulheres assassinadas na Paraíba só neste ano. 25 cruzeiras brancas, contendo os nomes de cada uma das vítimas, simbolizaram a indignação diante dos índices crescentes de violência contra a mulher. *“Somente em janeiro e fevereiro, vinte e cinco mulheres foram assassinadas por seus maridos no estado, um aumento de 50% em relação ao ano passado”*, afirmou Adriana Freire, da AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia.

O evento foi um espaço importante para apresentar as reivindicações das mulheres ao governo e para sensibilizar a sociedade local quanto à violência contra a mulher, além de ser um momento-chave para o fortalecimento das mulheres, como expressou Maria do Céu Silva, do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Solânea: *“tenho certeza de que todas as mulheres vão voltar pra casa se sentindo com mais forças pra lutar pelos nossos direitos, para continuar a marcha pelos nossos sindicatos e nossas associações”*.

Um desdobramento importante de ações como essa, realizadas em todo o país, foi a instalação, esse ano, de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada para apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência. A Comissão visitará a Paraíba nos próximos meses, quando ouvirá representantes governamentais e dos movimentos de mulheres sobre o assunto.

## **ÂMBITO NACIONAL**

### ***Organizações da Sociedade Civil Fomentando a Democracia***

O governo federal publicou em maio de 2012 o Decreto Nº 7.724/2012 que regulamenta a Lei de Acesso à Informação Pública, Lei Nº 12.527/2011. Com isso, os órgãos da administração direta, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União deverão assegurar a pessoas físicas e jurídicas o direito de acesso à informação, “que será proporcionado mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão, observados os princípios da administração pública e as diretrizes previstas na Lei Nº 12.527” (Art. 2º do Decreto Nº 7.724/2012).

O Grupo de Trabalho por um novo Marco Regulatório reconhece que houve vários avanços nesse campo, inclusive com a formulação de uma proposta de Projeto de Lei (PL) a ser apresentado à Presidenta pelo Ministro Gilberto Carvalho. A Presidenta já tomou conhecimento da proposta, mas ainda não analisou o Projeto, o que é esperado para breve.

Existe também a expectativa de promulgação de um decreto da Presidência da República autorizando a utilização de recursos para gastos com pessoal das entidades contratantes. E, logo após o exame do PL, deverá ser aberta uma consulta pública.

Assim que esse processo for deflagrado, igrejas e organismos ecumênicos que têm sob sua responsabilidade um conjunto de ações e entidades sem fins lucrativos terão um papel fundamental na socialização e no aprofundamento das discussões do projeto bem como na sensibilização da mídia tradicional e das novas mídias, das empresas, de personalidades, formadores de opinião.

Dado que o PL, após consulta pública deverá ser encaminhado ao Congresso Nacional, será necessário ampliar ao máximo o debate com a sociedade e com parlamentares, mostrando que o aperfeiçoamento do marco legal abre caminho para o fortalecimento da democracia, para o enfrentamento das desigualdades, para a afirmação de políticas públicas resultantes da defesa de direitos em todas as suas dimensões. É necessário evidenciar a seriedade das organizações da sociedade civil regidas por princípios éticos e democráticos, entre os quais a transparência em suas ações e aplicação dos recursos.

O tema vem sendo discutido em vários espaços, a exemplo do Fórum Social Temático, do Congresso do GIFE e nada Cúpula dos Povos na Rio +20.

O CLAI, por meio de suas igrejas, juntamente com as várias organizações do Fórum Ecumênico ACT Brasil, com os movimentos sociais, as ONGs e as agências ecumênicas participantes do Processo de Articulação e Diálogo - PAD assumiu o compromisso de divulgar os avanços e afirmar os desafios a serem superados para as mudanças na relação Estado e Sociedade Civil, bem como priorizar o diálogo com outros segmentos na busca da sustentabilidade das organizações da sociedade civil brasileira.

### ***Pela Garantia dos Direitos Quilombolas no Brasil***

Das 5 mil comunidades quilombolas existentes no país, apenas 6% delas têm a titularidade de suas terras garantidas. Enquanto isso, mais de três quartos (77,1%) dos 984 processos para regularização de terras quilombolas abertos no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA até 2010 não haviam sido alvo de qualquer providência. Comunidades, a exemplo de Marambaia e Pedra do Sal, no Rio de Janeiro, e Rio dos Macacos e São Francisco do Paraguaçu, na Bahia, têm sofrido constantes ameaças e atos de violência. Essa situação

é uma constante ameaça à sobrevivência dessas populações, que precisam ter seus direitos a Terra e Territórios garantidos.

O Decreto Federal 4887/2003, assinado pelo ex-presidente Lula, regulamentou o processo de titulação das terras dos remanescentes das comunidades de quilombos, tornando-se um mecanismo que tem o objetivo de facilitar o processo de identificação e posterior titularização de comunidades. Ele foi proposto a partir de parâmetros internacionais de Direitos Humanos, tendo a autodefinição das comunidades como remanescentes de quilombos como o primeiro passo para o reconhecimento e titularidade de suas terras. Com o Decreto, o Governo Brasileiro comprometeu-se, internacionalmente, a respeitar a relação que estas comunidades possuem com as terras que ocupam ou utilizam para sua cultura e valores espirituais.

O Decreto vem também ratificar o que é colocado na Constituição Federal, no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias:

*“Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.*

Entretanto, uma Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI 3239, de relatoria do Ministro Cezar Peluso, questiona o conteúdo do Decreto e alega que o mesmo é inconstitucional. Entendemos essa ação como um grande retrocesso na luta por direitos neste país.

Em abril, diversas organizações e centenas de militantes de todo o país reuniram-se em Brasília com o objetivo de pressionar o governo e o Supremo Tribunal Federal a não aprovar a ADI 3239.

A CESE lançou petição na internet, em defesa da causa quilombola e, em poucos dias, alcançou a marca de mais de 5300 assinaturas - 176 organizações e milhares de pessoas disseram não à aprovação da ADI 3239.

## **ÂMBITO REGIONAL**

### ***Encontro de Fundos de Pequenos Projetos da América do Sul***

Nove organizações que atuam com fundos de pequenos projetos no Brasil, Argentina, Paraguai, Peru, Bolívia e Equador realizaram, em Buenos Aires, o quarto encontro rumo à criação de uma articulação regional para incidência conjunta na região.

Na centralidade do encontro a discussão sobre temas como “inovação nas organizações”, “ferramentas de gestão” e “comunicação em rede”. Comunicação, aliás, mereceu atenção especial no encontro, em workshop sobre o impacto e oportunidades das ferramentas de comunicação digital para organizações com fins sociais. “Já está em processo a elaboração de um documento conjunto com foco na identidade desses fundos, que poderá ser transformado em um material de comunicação a ser utilizado como uma das ferramentas das estratégias de incidência”, informa Dimas Galvão, coordenador do Serviço de Projetos e Formação da CESE, presente no encontro.

A articulação dos fundos de pequenos projetos assume papel estratégico como fortalecimento da cooperação Sul-Sul, num contexto de mudanças profundas na cooperação internacional. Um exemplo de incidência coletiva Sul-Sul foi a iniciativa do Centro Regional Ecumênico de Assessoria e Serviço (CREAS) que convocou agências ecumênicas que trabalham no Gran Chaco Sulamericano para intercambiar informações sobre diferentes ações em favor do

desenvolvimento integral e transformador dos povos indígenas. Nessa oportunidade, mereceu destaque a campanha “Cem mil soluções para cem mil famílias com acesso a água para consumo humano no Gran Chaco”, apresentada pela Fundação Avina, que de alguma forma foi inspirada na campanha Um milhão de Cisternas para o Semiárido brasileiro.

A próxima rodada de discussões dos fundos de pequenos projetos será realizada no Peru, em 2013. Deverá consolidar a articulação e será priorizada a construção de um plano de ação para o futuro. Agências de cooperação que têm escritório naquele país e representantes da Unasur - que tem sede em Lima - serão convidados ao encontro como um das primeiras iniciativas de incidência da articulação.

## **ÂMBITO INTERNACIONAL**

### ***Visibilidade para a luta dos Guarani Kaiowá***

O filme “À Sombra de um Delírio Verde” recebeu da Confederação Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), o Prêmio Margarida de Prata de melhor média metragem.

O documentário, que contou com o apoio da CESE, narra a luta dos Guarani Kaiowá, povo indígena com a maior população no Brasil, contra o avanço da monocultura da cana-de-açúcar. Além de “À Sombra de um Delírio Verde”, os filmes: “As canções”, de Eduardo Coutinho; “Diário de uma busca”, de Flávia Castro; e “A música segundo Tom Jobim”, de Nelson Pereira dos Santos, foram agraciados com o “Margarida de Prata” de melhor longa-metragem.

Cristiano Navarro, um dos diretores do documentário, considera o prêmio importante para o fortalecimento da denúncia. “Acho que o filme tem um objetivo importante que se cumpre: Levar a denúncia do genocídio Guarani Kaiowá para o maior número de pessoas possível. O prêmio Margarida de Prata reflete o alcance e reconhecimento deste objetivo”.

“À Sombra de um Delírio Verde” (The Dark Side of Green) é uma produção independente realizada sem recursos públicos ou de empresas privadas. Trabalharam de forma associada a repórter televisiva belga An Baccaert, o jornalista Cristiano Navarro e o repórter cinematográfico argentino Nicolas Muñoz.

O filme começou a ser rodado nas aldeias da região sul do Mato Grosso do Sul, em abril de 2008, e contou com apoio da Associação de Professores Guarani Kaiowá, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), CESE e da Foodfirst Information & Action Network (Fian international). Depois de uma finalização feita de maneira “quase artesanal”, a primeira apresentação em público foi no 23º Festival Cinémas d’Amérique Latine 2011, Toulouse, França. “Procuramos captar recurso, mas foi impossível receber qualquer apoio governamental. E isso aconteceu, na palavra dos próprios representantes do Estado, porque o filme é uma crítica forte contra a relação do Governo com os povos indígenas e o interesse de empresas transnacionais, especialmente da Petrobras, sobre as terras Guarani Kaiowá. Por isso foi fundamental contar com o apoio de entidades como a CESE”. Criado em 1967, o troféu já premiou mais de 100 filmes brasileiros entre longas e curtas-metragens e menções especiais.

## SUSTENTABILIDADE INSTITUCIONAL DA CESE

### COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS

Para fazer frente às exigências de sustentabilidade financeira, sobretudo em função das mudanças na cooperação internacional, a CESE vem buscando reforçar a equipe de Comunicação, Alianças e Parcerias, que se dedica mais diretamente à Mobilização de Recursos em âmbito nacional. *A estruturação do setor tem como referencial os planos de comunicação e de mobilização de recursos, construídos coletivamente pela equipe, em 2011, com apoio de consultoria externa.*

A equipe tem participado de atividades de capacitação e de congressos relacionados ao tema Mobilização de Recursos. Entre eles, destacamos o Congresso ONG Brasil, onde a CESE participou em debates promovidos pela Secretaria Geral da Presidência da República (SGPR) sobre o novo Marco Regulatório, além de ter apresentado seu Programa Ação para Crianças e montado um stand com material promocional.

A equipe também tem buscado conhecer mais de perto experiências de mobilização de recursos desenvolvidas por organizações similares à CESE. Exemplo disso foi a reunião com as Obras Sociais Irmã Dulce e a Santa Casa de Misericórdia, em Salvador, respectivamente com experiência consolidada na organização de eventos para mobilização de recursos e na realização de campanhas de doação de pessoa física. A partir da experiência dessas organizações, foram abordadas possíveis estratégias compatíveis com a missão e a atuação da CESE.

No campo da comunicação, a CESE tem buscado focar na visibilidade institucional, com a revisão/produção de peças voltadas para segmentos específicos e modernização do site para que esse último, além de divulgar melhor as ações da CESE, possa ser um canal prático e seguro para o recebimento de doações.

Ao lado disso, merecem destaque, também, as ações de *advocacy* com o objetivo de dar voz e visibilidade aos movimentos que têm seus direitos violados. Em 2012, a ferramenta **CESE Advoga** lançou três campanhas relacionadas à luta de indígenas e quilombolas. A parceria com a organização internacional Avaaz.org, bem como o uso das redes sociais representaram grande avanço no uso desse instrumento, se comparado com anos anteriores.

A CESE tem contado com a parceria *pro bono* de duas conhecidas agências de comunicação de Salvador - BA: Propeg e Rocha Comunicação, bem como de uma voluntária que tem colaborado com a discussão sobre a estruturação do setor.

### RELAÇÕES DE PARCERIA

A seguir, alguns destaques acerca da relação da CESE com diversos entes - como Agências de cooperação, setores empresarial e governamental e doadores individuais - na perspectiva da sua sustentabilidade financeira.

## ***Doadores Individuais na Sociedade - Rede de Amigos***

A **Rede de Amigos**, lançada em 2011, atualmente conta com 53 integrantes. Os Amigos da Rede recebem, mensalmente, um cartão virtual com informações sobre o trabalho da CESE.

Para dinamizar a Rede, a CESE realizou oficinas com sua equipe executiva, a fim de construir uma visão consensual sobre o significado de uma Rede de Amigos e o que a CESE deverá fazer para consolidar e ampliar a sua. Também foram adotadas algumas providências para melhorar os procedimentos para inscrição e doações online.

Outra iniciativa adotada em 2012 foi articular a Rede à Campanha Primavera para a Vida (CPPV). Essa proposta partiu das Igrejas Associadas, durante a Assembleia da CESE, que sugeriram conclamar sua membresia (bem como organismos ecumênicos ou movimentos sociais a elas ligados) a contribuir na luta por um país democrático e justo por meio do apoio que a CESE dá a centenas de movimentos sociais no Brasil.

## ***Agências de Cooperação***

A CESE recebeu, ao longo do ano de 2012, visitas de representantes das agências que a apoiam, a exemplo de **ICCO, Kerkinactie, HEKS, Misereor e TdH Schweiz**. Essas visitas têm objetivos diversos, desde o monitoramento dos projetos da CESE apoiados por elas até a discussão de políticas dessas agências para o Brasil.

A CESE também é convidada para participar de eventos promovidos pelas agências. Em 2012, as principais participações foram:

- ❖ Reunião de Diretores da CESE com representantes da Christian Aid no Brasil, na sede da agência, em São Paulo, e oficina sobre Resiliência, promovida por essa agência.
- ❖ Encontro Anual do Programa Brasil da Ajuda da Igreja Norueguesa (AIN), realizado no Rio de Janeiro.
- ❖ Encontro de parceiros de Misereor que trabalham com a questão urbana, em São Paulo, e da Oficina de Parceiros de Misereor para conhecer as novas exigências da agência em relação aos relatórios e sistema de PMA.
- ❖ Seminário de Perspectivas do Programa Brasil HEKS, em Montes Claros. O Seminário contou com a participação de parceiros de HEKS no Brasil e da pauta constaram: a apresentação da avaliação externa do programa brasileiro de HEKS e as perspectivas para sua permanência no Brasil. Os participantes contribuíram para a elaboração do Programa do próximo quinquênio.
- ❖ Nesse período, a CESE recebeu visita de responsável do setor de Comunicação e Mobilização de Recursos de HEKS, sendo fundamental sua socialização de experiências com a equipe de comunicação e mobilização da CESE.
- ❖ Encontros com a representação sulamericana da ICCO para discussão sobre a relação da agência com o Brasil; preparação de audiência da direção da ICCO com secretarias do Governo da Bahia.

## ***Governo Federal***

A CESE tem participado intensamente do Grupo de Trabalho por um novo **Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (OSC)**, tanto em reuniões de trabalho, em Brasília, quanto em eventos para aprofundamento da questão.

Destaque para seminário realizado na sede da CESE, em parceria com a ABONG NE2 - Bahia/Sergipe com o tema *Sociedade e Estado: qual a relação possível? Construindo o Novo Marco Regulatório das OSC*. Participação em debates promovidos pela Secretaria Geral da Presidência da República (SGPR), em parceria com a Plataforma por um Novo Marco Regulatório para as OSC, durante o Congresso ONG Brasil 2012, em São Paulo. Participação na elaboração do plano de comunicação da Plataforma por um Novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, em São Paulo.

A convite da SGPR e da Casa Civil do Governo Federal, a CESE participou de Oficina sobre Prestação de Contas de Convênios, Contratos de repasse, Termos de Parcerias e instrumentos congêneres celebrados por órgãos e entidades da administração pública federal com entidades privadas sem fins lucrativos. O intuito era o aprimoramento da metodologia. O evento contou com a participação de várias entidades da sociedade civil e de órgãos do governo, sendo propiciado um bom intercâmbio, informações focadas no SICONV e sugestões de melhoramento do sistema.

Reunião com assessor do **BNDES**, Francisco de Oliveira, para expor o trabalho da CESE e dialogar na perspectiva de abrir canais de apoio. Depois de ouvir um relato atualizado do trabalho da CESE, fez uma explanação sobre o departamento do banco que atua no diálogo com a sociedade e elencou possibilidades de acesso a recursos. Ficou impressionado com a abrangência do trabalho da CESE, com diversas experiências consolidadas, conferindo a ela capacidade para apresentar propostas a serem analisadas já em 2013, e credibilidade para tornar-se possível parceira estratégica do banco.

Em 2012, a CESE deu início a uma parceria com a **Petrobras** para o Projeto CESE Produção Comunitária & Renda, que apoia iniciativas populares de produção e comercialização.

A CESE esteve em audiência com a Ministra de Estado Luiza Bairros, chefe da **Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade (SEPPIR)**, em Brasília/DF. A audiência teve como objetivo o estabelecimento de diálogo e apoio da Secretaria na mobilização de recursos para a CESE, por meio do Programa de Equidade Racial.

A CESE foi convidada a compor um Grupo de Trabalho com cinco organizações da sociedade civil, com a tarefa de acompanhar o processo de revisão do Plano de Trabalho apresentado pelo Governo Brasileiro à Plataforma Governo Aberto (OGP - **Open Government Partnership**). Essa é uma plataforma de adesão voluntária, que visa fortalecer práticas de transparência na gestão pública e que já conta com a adesão de mais de 70 países.

### ***Governo do Estado da Bahia***

Em julho de 2012, foi assinado o Termo de Cooperação entre CESE e a **Secretaria Estadual da Promoção da Igualdade (SEPROMI)** que se refere à execução dos recursos da Emenda Parlamentar de autoria do Dep. Federal Luiz Alberto, que tem como objetivo o desenvolvimento de um programa de apoio à formação nas áreas de: desenvolvimento institucional, advocacy, articulação ecumênica e diálogo inter-religioso, geração de renda, relações raciais e de gênero, orientação sexual, juventude, quilombos e comunidades tradicionais, de organizações e movimentos sociais - urbanos e rurais.

A CESE foi recebida pelo **Secretário da Indústria, Comércio e Mineração (SICM)**. O objetivo da audiência foi identificar oportunidades de financiamento com as empresas baianas. Depois de uma breve apresentação da CESE, o Secretário ofereceu a colaboração do Gabinete da Secretaria para mapeamento e indicação das empresas potencialmente interessadas em reunir-se com a CESE e avaliar oportunidades de parceria.

Também esteve presente em audiência com a **Secretaria de Cultura (SECULT)**, com o objetivo de prospectar possibilidades de cooperação por parte da SECULT para as atividades dos 40 Anos da CESE: apoio material, comunicação e disponibilização de espaços públicos conforme agenda.

Participação em reuniões com a **Secretaria de Relações Institucionais (SERIN)** para estabelecer um diálogo com a sociedade civil para o enfrentamento da longa estiagem nos municípios baianos.

Articulação e participação em audiência entre a agência ICCO e quatro instâncias do **Governo da Bahia**: Secretaria de Relações Institucionais (SERIN), Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), Secretaria de Relações Internacionais e Secretaria de Planejamento (SEPLAN). O objetivo da ICCO foi se aproximar do governo da Bahia, falar de suas políticas para o Brasil e também reafirmar a importância da parceria com a CESE. O Governo apresentou alguns dados de sua atuação junto aos setores mais empobrecidos da população do estado e deu testemunho sobre o papel estratégico que a CESE desempenha para fortalecer os movimentos populares no Brasil e no estado da Bahia e, com isso, poderem cobrar direitos e pressionar por políticas públicas.

### **Setor Privado**

A CESE participou do 7º Congresso do **Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE)**, com o tema *Novas Fronteiras do Investimento Social*. O GIFE é uma rede que reúne mais de 135 associados, entre organizações de origem empresarial, familiar, independente e comunitária, que possuem ações de investimento social. A participação da CESE nesse encontro faz parte das estratégias da instituição em preencher espaços de articulação e diálogo sobre sustentabilidade de organizações da sociedade civil e investimento social.

Entre outras oportunidades, o evento propiciou a discussão sobre a articulação de entidades que possuem fundos independentes de apoio a pequenos projetos e de aproximar-se de outras que hoje ganham espaço, principalmente no meio empresarial. A presença da CESE no congresso abre novas possibilidades de parcerias e articulações para fortalecer entidades que lutam na defesa dos direitos humanos em nosso País.

Uma atividade paralela a esse congresso foi a reunião da **Articulação D3** (Diálogo, Direitos e Democracia), promovida por ABONG, Instituto C&A, Fundação AVINA e Fundação Kellogg. Houve participação importante de fundos independentes de apoio a projetos. Dois pontos merecem destaque: a afirmação da CESE como fundo de apoio a pequenos projetos, com experiência de quase 40 anos, e a importância de trabalhar pela aproximação entre a articulação D3 e o PAD, sendo a CESE e a ABONG pontes para esse processo. A CESE foi entrevistada no processo de avaliação da Articulação D3.

Outro desdobramento da participação da CESE no Congresso do GIFE foi a aproximação com a **Fundación Claritas**, de Buenos Aires - Argentina. A partir da intervenção da CESE, mencionando o trabalho ecumênico, a fundação ficou interessada em apoiar a formação da equipe executiva da CESE em mobilização de recursos. Após entendimentos, apoiou bolsas de estudo para um curso virtual com assessoria de Domingos Armani, especialista na mobilização de recursos por organizações da sociedade civil.

A CESE reuniu-se com representante da **Fundação Avina** para discutir estratégias de mobilização de recursos com empresas, em ocasião dos 40 anos da instituição, que será celebrado em 2013.



## ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

### AUDITORIAS

A cargo da ARV - Auditores e Consultores Independentes Ltda, inscrita no CRC/PE sob o número 377, foram realizadas duas auditorias institucionais: a primeira no mês de março, com fechamento do balanço da CESE referente ao ano de 2011; a segunda de ínterim, no mês de agosto, sobre a movimentação do primeiro semestre de 2012. Por ocasião dessas auditorias, a ARV examinou as contas e emitiu pareceres gerais, além dos pareceres específicos sobre a aplicação de recursos das agências EED, Pão para o Mundo, AIN - Ajuda da Igreja da Noruega e Gansos Selvagens.

No âmbito do Serviço de Projetos, e com a finalidade de complementar informação para a auditoria global da CESE, os auditores da ARV examinaram, por amostragem, as prestações de contas de pequenos projetos com contratos iguais ou superiores a R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

### RECURSOS HUMANOS

Em virtude dos novos desafios financeiros, em 2012 a CESE fez uma avaliação do seu quadro de pessoal e processos internos com o objetivo de alinhar a execução das atividades previstas com a disponibilidade recursos.

Diante disso, houve a redução do quadro funcional da instituição de 31 funcionários para 24 postos de trabalho, sendo 21 de tempo integral e 03 de tempo parcial.

Também faz parte da estratégia de Recursos Humanos para 2013 a utilização, com maior intensidade, de estagiários, voluntários e cooperantes.

#### MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL - CONVÊNIO ICCO CESE - 31.12.2012

NOME/FUNCIÓNARIO	FUNÇÃO	MOTIVO	INICIO	TÉRMINO
Caroline de Melo Ribeiro da Costa	Gestor de Programa ICCO	Convênio	02/05/2011	03/06/2012
Thiago Machado da Silva	Gestor de Programa ICCO	Convênio	01/04/2011	31/12/2012

MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL - 31.12.2012				
DEMITIDOS - 2012	FUNÇÃO	MOTIVO	INÍCIO	TÉRMINO
Alan David Roberts	Assessor de PMA	Redução	03/07/2006	29/02/2012
Caroline de Melo R. da Costa	Gestor de Programa	Termino do Contrato	02/05/2011	02/06/2012
Beatriz de Souza Lima	Secretaria	Redução	18/03/2005	30/06/2012
Marcia Fecury de Almeida	Secretaria	Redução	09/11/1988	02/05/2012
Adriano dos S. Martins	Coordenador de DI	Redução	11/06/2007	13/07/2012
Ninfa Cunha de Santana	Recepcionista	Redução	01/11/1997	09/08/2012
Francesco Bonelli	Assessor de Comunicação	Termino do Contrato	02/05/2012	01/11/2012
Jane Célia Tínel Gonzaga	Secretária	Redução	02/09/1996	13/11/2012
Thiago Machado da Silva	Gestor de Programa	Termino do Contrato	01/04/2011	31/12/2012

ESTAGIÁRIOS	MOTIVO	DATA	TÉRMINO
Lúcio José Borba Escobar	Comunicação Projeto Avina	01/12/2011	30/11/2012

## ANÁLISE DA REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2012

Demonstrativo dos Gastos Realizados			
Itens	Orçado 2012	Realizado 31.12.2012	Varição (%)
<b>I. Gestão e Fortalecimento Institucional</b>	<b>521.500</b>	<b>505.400</b>	<b>-3%</b>
<b>II Serviços de Projetos</b>	<b>2.358.994</b>	<b>3.079.982</b>	<b>31%</b>
<b>1. Apoio a Projetos</b>	<b>2.303.344</b>	<b>3.044.151</b>	<b>32%</b>
1.1 PPP	1.560.000	1.814.916	16%
1.2 AFE	298.800	700.641	134%
1.3 PDP	444.544	528.594	19%
<b>2. Acompanhamento de Projetos</b>	<b>55.650</b>	<b>35.831</b>	<b>-36%</b>
<b>3. Estudo de Impacto</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0%</b>
<b>III Serviço de Assessoria e Formação</b>	<b>732.625</b>	<b>1.053.850</b>	<b>44%</b>
<b>IV. Diálogo e Articulação</b>	<b>146.887</b>	<b>202.968</b>	<b>38%</b>
<b>V. Pessoal</b>	<b>2.417.103</b>	<b>2.510.014</b>	<b>4%</b>
<b>VI Imobilizado</b>	<b>0</b>	<b>65.618</b>	<b>100%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>6.177.109</b>	<b>7.417.832</b>	<b>20,09%</b>

### Item I – Gestão e Fortalecimento Institucional

Não houve variação significativa neste item, contudo é importante ressaltar o esforço para a redução de contas de consumo como energia elétrica, material de consumo, telefonia etc.

## **Item II – Serviço de Projetos**

Incremento de 32% alavancado principalmente por projetos específicos como o de Equidade Racial , além da superação da meta do Programa Ação para Crianças.

## **Item III – Serviço de Assessoria e Formação**

Incremento de 44% no serviço de formação que tem em seu portfólio os programas: de Equidade Racial, Produção Comunitária e Renda, Direito a Terra, Água e Território e Ação para Crianças. A variação é decorrente principalmente da execução, em 2012, de parte do projeto de Equidade Racial previsto para 2011.

## **Item IV – Diálogo e Articulação**

Esta variação se deve a eventos realizados pela CESE para parceiros, como: Seminário Mudanças Climáticas e Riscos de Desastres R\$ 59.000, Encontro com Movimentos Sociais R\$ 26.000, CONSEA - 4a. CNSAN R\$ 37.000

## **Item V – Pessoal**

Não houve variação significativa para este item e não foi possível verificarmos o impacto financeiro da redução do quadro funcional, em virtude das muitas rescisórias pagas neste ano.

## **Item VI – Imobilizado**

Em virtude das restrições financeiras não havia previsão de aquisição de imobilizado, contudo houve a aprovação de projetos no ano corrente que permitiu a aquisição de equipamentos de informática e um novo servidor. Ressaltamos que parte deles será doada aos beneficiários dos projetos.

## **PRESTAÇÃO DE CONTAS**

Nos quadros a seguir, encontram-se os dados sobre saldos anteriores, valor e origem das receitas em 2012, detalhe dos gastos e saldos em 31/12/2012.

**Detalhamento dos gastos realizados em 2012 - R\$**

Fontes de recursos	Imobilizado	Pessoal e encargos	Serviço de Projetos & Formação						Gestão e Fortalecimento Institucional						Total dos Gastos R\$
			PPP	PDP	PAE	AFE	Acomp/ avaliação	Diálogo e Articulação	Assessoria Formação	Sustento Institucional	Eventos Institucionais	Auditorias	PMA	Campanhas Publicações	
C.AID-GLOBAL		129.877,20	102.415,00		-	-				0,00	0,00	-	0,00	0,00	232.292,20
C.AID - LIVRO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.600,00	8.600,00
C.AID ACT (Quilombolas)										-					-
GTF		28.500,00	139.400,00					10.461,00		8.395,00					186.756,00
HEKS	-	20.000,00	130.200,00	-	-	-	-	5.545,00	-	45.000,00	-	-	-	-	200.745,00
ICCO GLOBAL 03-03-05-008		402.910,00	102.415,00		-	-	-		4.870,00	48.130,00	10.000,00	4.000,00	0,00		572.325,00
ICCO - COLABORAÇÃO INSTITUCIONAL		39.978,57							189.393,49	4.536,66					233.908,72
PP-BDS									-	-					-
PP-BDS 2010-2013	3.731,00	45.780,00							214.534,64	1.883,91					265.929,55
DTAT 03.03.05.26		-							-	-					-
DTAT 78.03.09.25		18.112,80					61.011,00		5.200,00	28.444,35	6.742,00				119.510,15
ICCO QUILOMBOLAS CAMAMU-KOINONIA	-	-	-	-	-	60.020,00	-	-	-	7.054,24	-	-	-	-	67.074,24
EED-2007.0282G		-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00	0,00	-	-	-
EED - PROJETO 2010 a 2012.0282 G	-	573.523,91	306.200,00					10.629,38	30.043,00	79.223,45	2.468,00	5.000,00	27.438,74	7.715,90	1.042.242,38
BFDW	-	369.384,92	232.850,00		-	-	-	9.196,00	-	26.803,76	33.000,00	9.000,00	0,00	244,00	680.478,68
PÃO PARA TODOS - SEMINÁRIO									2.918,66	-	-	-	0,00	0,00	2.918,66
KERKINACTIE	-	-	0,00		-	19.200,00			2.625,73	5.813,03		-	-	-	27.638,76
CWS	-	5.000,00								5.000,00				-	10.000,00
UCC e CIDA (Gender Equity)	-	43.776,00	68.300,00		-	-	-	-	-	687,40		-	-	-	112.763,40
AVINA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AVINA/COMUNICAÇÃO	-	17.318,40	-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17.318,40
IC&A		63.104,02		109.000,00		117.000,00			34.381,98		9.390,00			-	332.876,00
APPLETON	-	-	43.000,00							18.032,00					61.032,00
AIN - Projeto			12.936,00							2.278,36					15.214,36
AIN Institucional	-	57.422,00								426,80		3.000,00			60.848,80

Detalhamento dos gastos realizados em 2012 - R\$															
Fontes de recursos	Imobilizado	Pessoal e encargos	Serviço de Projetos & Formação						Gestão e Fortalecimento Institucional						Total dos Gastos R\$
			PPP	PDP	PAE	AFE	Acomp/ avaliação	Diálogo e Articulação	Assessoria Formação	Sustento Institucional	Eventos Institucionais	Auditorias	PMA	Campanhas Publicações	
SDOP			76.000,00								7.464,59				83.464,59
HEIFER	-	-	-		-	-				-			-	-	-
HEIFER/CONCEPT PAPER		22.181,65							33.922,00						56.103,65
W.K. KELLOGG FND - P3016282 - CESE		101.260,00				413.000,00				47.313,00	-				561.573,00
W.K. KELLOGG FND - P3016325 - BIKO	16.636,00	45.371,65	-	-	-	-	-	-	-	378.164,21	-	-	-	-	440.171,86
Wilde Ganzen	23.790,00	278.848,00	-	153.449,00	-	-	-	-	10.000,00	47.484,46	26.393,00	-	9.000,00	11.066,00	16.362,55
Wilde Ganzen Dir Meeting Quenia									27.169,50						27.169,50
MISEREOR 2009/2012 (233-900-1119)			8.000,00								8.316,41		3.045,68		19.362,09
MISEREOR 2012/2015 (233-900-1292)			107.000,00								11.379,16				118.379,16
Terre Hommes Basel Institucional									6.350,52	17.137,06	849,00				24.336,58
Terre Hommes Basel Pequenos Projetos			47.360,00								965,79				48.325,79
Terre Hommes Basel Pequenos AFE - COPA						30.410,00				30.410,00	116,71				60.936,71
Embaixada da Suíça	-	-	-	-	-	-	-	-	49.486,89	-	-	-	-	-	49.486,89
CONTRATOS DE PATROCÍNIO Petrobras	14.331,80	51.987,00								55.961,08	2.319,24				124.599,12
CONTRATOS DE PATROCÍNIO (CONSEA)		11.377,12			-				37.877,19		2.860,00				52.114,31
Recup. Projetos	-	-	-		-	-	-	-	-		-	-	-	-	-
Recuperações		8.535,53	-		-	-	-	-	-		-	-	-	-	8.535,53
Ig-Associada		7.500,00	-		-	-	-	-	-		-	-	-	-	7.500,00
Rec.Financeira	-	167.216,98	-		-	-	-	-	-		-	-	-	-	167.216,98
Aluguéis	1.129,20	1.048,73	-	40,60	-	-	-	-	-	3.130,00	1.010,97	0,55	6.000,00	-	720,10
PPV	6.000,00	-	-	40.827,60	-	-	-	-	-	-	12.914,00	-	-	-	59.741,60
PDP				225.277,00											225.277,00
Venda de Produtos		-		-							4.753,00				4.753,00
Lucro venda carro	-									-	-				-
INSS	-		438.840,00		-	-	-	-	-		-	-	-	-	438.840,00
	<b>65.618,00</b>	<b>2.510.014,48</b>	<b>1.814.916,00</b>	<b>528.594,20</b>	<b>-</b>	<b>700.641,00</b>	<b>35.831,38</b>	<b>202.967,76</b>	<b>1.053.850,00</b>	<b>339.348,48</b>	<b>54.858,55</b>	<b>39.045,68</b>	<b>38.504,74</b>	<b>33.642,55</b>	<b>7.417.832,82</b>

## DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Em âmbito internacional, na relação com a Aliança ACT, um desafio importante deve ser enfrentado em conjunto com os Fóruns Ecumênicos Brasil e Sul-americano: a valorização da América do Sul e de seu envolvimento fundamental no combate às desigualdades em busca de um novo modelo de desenvolvimento. É necessário encontrar o equilíbrio entre ações emergenciais - que hoje ocupam a centralidade das preocupações de ACT, em âmbito mundial - com ações de desenvolvimento e *advocacy*.

No contexto nacional, na esfera do governo, além das relações visando o acesso a recursos públicos, mediante projetos, segue como desafio a retomada da discussão sobre liberação de produtos da receita federal e aprofundamento sobre uma cultura de doação e incentivos fiscais que a favoreçam.

A CESE seguirá acompanhando a atuação da Comissão Facilitadora da Plataforma pelo novo Marco Regulatório, que precisará ter maior incidência junto ao Executivo e Legislativo, em âmbito federal e estadual, para aprovação de um Projeto de Lei que contemple as necessidades das organizações da sociedade civil, já apontadas nos resultados do grupo de trabalho paritário.

Outro desafio será o aprofundamento da relação com articulações intersetoriais e a retomada da articulação de Fundos de Pequenos Projetos no Brasil, considerando sua atualidade, com diferenças significativas: fundos independentes; de economia solidária; confessionais, bem como outros fundos e programas de apoio a pequenos projetos. Nessa direção, tanto a articulação D3 quanto os desdobramentos do seminário promovido pela CNBB sobre relação Estado e Sociedade favorecem o processo.

Institucionalmente, um dos desafios a enfrentar, nos próximos anos, será a consolidação das várias parcerias que já foram iniciadas em 2012, buscando, de forma criativa, o apoio de outras fontes aos programas da CESE.

As celebrações dos 40 anos serão momentos importantes para dar visibilidade ao trabalho da CESE. Será necessário aprofundar laços com colaboradores e voluntários, ampliando sua rede de contatos para garantia de patrocínios para eventos, incluindo a necessária reforma da sede.

Em função da perda crescente de condições de garantia de recursos orçamentários adequados para a sustentabilidade do quadro de pessoal, um desafio a ser enfrentado é a dificuldade de negociação salarial, ainda que já tenham sido efetuadas reduções na equipe.

Segue como desafio a reformatação do setor de Comunicação, Alianças e Parcerias, com a criatividade necessária para implementação dos Planos de Comunicação e de Mobilização de Recursos e aproveitado as possibilidades que se abrem, com trabalhos voluntários de profissionais e personalidades, além de apoios *pro bono* de agências de publicidade.

# **ANEXOS**

**CONTEXTO SOCIAL, POLÍTICO  
ECOLÓGICO E ECONÔMICO DO BRASIL**

**MONITORAMENTO ANUAL DA CESE**  
(Atividades previstas e realizadas)

## CONTEXTO SOCIAL, POLÍTICO ECOLÓGICO E ECONÔMICO DO BRASIL

A CESE, enquanto ente não governamental, ecumênico e solidário com os despossuídos e com os movimentos sociais, se propõe a ser um instrumento contemporâneo de transformação social. A metáfora de que *há anos que parecem dias, de tão consolidados, e dias que valem por anos, de tão efervescentes*, se aplica bem nesta situação de crise internacional e para a qual o Brasil é chamado a ser um ator econômica e politicamente importante.

Para a lógica do sistema capitalista, o Brasil é visto com brilho nos olhos, como “a bola da vez” e, assim é celebrado nos fóruns internacionais. A crise europeia permitiu que um país que havia chegado à condição de 8ª potência mundial nos anos 80, depois de ter regredido à vexatória 15ª posição, retomasse o fôlego e, em fins do ano de 2011, ultrapassasse o poderoso Reino Unido para alcançar a sexta colocação quando chegou a um PIB de quase 2,5 trilhões de dólares.

Assiste-se à decadência do chamado mundo rico, cujas economias parecem ocas, como observa Márcio Pochman, presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), dado o deslocamento do seu setor produtivo para outras regiões, especialmente a Ásia, constatando que pela primeira vez na história contemporânea o dinamismo econômico é liderado pelos países em desenvolvimento, representado pelo BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China). Inegavelmente, a posição destacada do Brasil tem a ver com os condutores de sua política externa e a liderança de Lula junto a dezenas de países empobrecidos. A crise europeia, administrada por síndicos conservadores, se alastra, subtraindo direitos inimagináveis de seus trabalhadores, suscitando novos desafios à solidariedade internacional, incluindo a cooperação ecumênica.

Essa constatação sobre a dinamicidade dos países emergentes vem associada a outra curiosa tendência ditada pelo chamado “capitalismo de Estado”, presente nessas economias (sendo o mais eloquente o dragão chinês), marcando uma inflexão à ofensiva neoliberal – a partir dos anos 80 – e seu relativo esgotamento demonstrado pela crise prolongada.

Já na visão do movimento altermundista, o Brasil acumulou uma rica experiência de construção democrática, ao adquirir as condições de abrigar sucessivas edições do Fórum Social Mundial. E, não por acaso, ganhou o reconhecimento que lhe permitiu acolher, em 2006, a 9ª Assembleia do Conselho Mundial de Igrejas. Essa, contudo, é uma das muitas faces contraditórias do modelo de desenvolvimento que vai se impondo ao País.

Estimulado a cumprir um papel de fornecedor de *commodities*, de atraentes resultados imediatos para as contas nacionais, o governo brasileiro não só pode estar favorecendo sua desindustrialização, como parece não medir consequências sobre os impactos socioambientais decorrentes do uso intensivo de seus recursos naturais, desestruturando as economias e os mecanismos de reprodução material e cultural dos povos e comunidades tradicionais, especialmente na Amazônia. As virtudes e equívocos – paradoxos já razoavelmente identificados na gestão de Lula, em 2011 – vão se confirmando com nuances próprias sob a direção de Dilma Rousseff, a primeira presidenta do Brasil. Tal risco seria o que Pochmann denomina de “O Brasil da fama” traduzido por “muita fazenda, muita mineração, muita maquiladora, quer dizer o Brasil vai crescer como cresceu nos quatro séculos passados, como produtor e exportador de produtos primários”. Como contraposição, aponta o “Brasil do vácuo” a partir de uma maioria política que invista no valor agregado e no conhecimento.



Torna-se interessante o conceito de “confluência perversa” apresentado pela estudiosa dos movimentos sociais, professora Eveline Dagnino, referindo-se, então, ao fato de que projetos políticos antagônicos, no auge do neoliberalismo, se valiam de processos participativos para se legitimarem. Pode-se aqui, emprestar o termo para diversas contradições conjunturais decorrentes das políticas públicas e decisões macroeconômicas do governo federal e muitos gestores estaduais, e mesmo no âmbito dos municípios.

Entre essas confluências perversas é bem apropriada a constatação de que os monocultivos – soja, cana de açúcar, eucalipto, bem como a pecuária extensiva e a extração de minérios, enfim a base das *commodities* – ao mesmo tempo em que violentam as populações tradicionais, têm um papel importante para que o Brasil, ao lado de outras medidas, pudesse enfrentar e superar a crise internacional. No ano de 2012, particularmente, tiveram um peso preponderante na balança comercial, cuja elevação de preços, além de algum aumento na produção, permitiu um superávit de quase 30 bilhões de dólares.

Outra dessas confluências tem a ver com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Depois de longo período de estagnação e perda da capacidade de investimento por parte do Estado – típica da era FHC – ao provocar o chamado desmonte do Estado pela queima de ativos públicos como alternativa para enfrentar o endividamento e aderir à globalização “por cima”, com Lula-Dilma, recuperou-se esta capacidade de investimento, consubstanciado no PAC. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) tornou-se um dos maiores bancos de investimento do mundo, interferindo nos rumos de outros países vizinhos. A Petrobras, em função do Pré-Sal, fez enorme capitalização e se consolida entre as grandes multinacionais, abrindo novas frentes de trabalho. Em 2012, foram aceleradas as obras da Copa do Mundo em diversos pontos do País. Enquanto os movimentos sociais e ambientalistas se organizam em torno dos “comitês populares da Copa” para questionar o seu legado – mobilidade urbana, remoção de famílias, especulação imobiliária, violação dos planos diretores, endividamento etc. – milhares de trabalhadores são contratados, passam por qualificações profissionais, tornam-se consumidores importantes, gerando novos empregos.

A confluência perversa se manifesta num setor fundamental da matriz industrial brasileira – o do transporte automotivo. O consumo descontrolado de carros, sintoma mais eloquente da patologia das grandes cidades – ao mesmo tempo em que mantém o setor aquecido, dado que é grande empregador de mão de obra – é causador do stress urbano: congestionamentos que contradizem a liberdade e velocidade nos deslocamentos, grande emissão de gás carbônico, revelando outra das perversidades – dá emprego e rouba qualidade de vida. O setor bateu novo recorde de vendas em 2011, assim como o consumo intensivo da linha branca de eletrodomésticos – uma bem sucedida política do governo para enfrentar a crise externa, apostando no mercado interno. Resultado: a taxa de emprego cresceu acima de 6%, totalizando quase 2 milhões de postos formais de trabalho.

Outro desafio – e exemplo dessa situação contraditória – está associado à matriz energética brasileira e às duras lutas de resistência dada a violação dos direitos humanos provocada pelos grandes projetos, em confronto com o chamariz do emprego e circulação de dinheiro nas comunidades. Apesar do grande investimento político contestador e da articulação internacional, com apoio de diversos setores da sociedade, a construção das Usinas Hidrelétricas de Belo Monte, Jirau e Santo Antônio seguem avançando, com processos de consulta pública limitados, licenciamentos ambientais viciados e fortes impactos locais. No caso de Belo Monte, ainda é muito cedo para avaliar o conjunto dos impactos nas aldeias, reservas extrativistas e comunidades e até onde se mantém a determinação em sustar a obra ou se os movimentos partirão para negociações em torno de medidas mitigatórias e de compensação.

Não se pode deixar de observar o quanto a riqueza colossal dos recursos naturais do Brasil, neste momento de expansão do capital, é tragada pelas forças produtivas numa celeridade avassaladora, como se fosse algo inexorável. A pressão decorre do *lobby* das empreiteiras e encontra campo fértil dentro do governo, graças à visão produtivista hegemônica ditada pela baixa cultura de sustentabilidade de muitos de seus quadros, em particular da própria presidenta, que veio do setor elétrico.

Outra inflexão que agrava a complexidade e a sorte dos nossos recursos naturais tem a ver com o futuro do Código Florestal, instrumento valioso na regulação da sustentabilidade socioambiental e acesso democrático aos recursos naturais, frente à rapinagem sem limites dos ruralistas que alegam o anacronismo do código como impedimento para a expansão agrícola. Estudos recentes do INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais evidenciam que apenas 5% dos milhares de hectares desmatados nos últimos anos no Mato Grosso destinaram-se a atividades agrícolas; o mais, criminosamente, virou pastagem extensiva.

Nesse front, os movimentos sociais, mesmo contando com ampla simpatia da opinião pública, não conseguiram realizar ações fortes o suficiente para inibir o atual Parlamento, largamente dominado pelos ruralistas que, ademais, conseguiram colocar-se como porta-vozes de pequenos produtores do sul do País. O destaque vai para a proposta de mudanças no Código Florestal que, a pretexto de modernizar, desvirtua o texto original, enfraquecendo sensivelmente a legislação ambiental no País. A proposta de novo Código passou pelas comissões do Senado Federal e foi sancionado pela presidenta com vetos a nove pontos do projeto de conversão da MP (Medida Provisória) 571, que complementa o novo Código Florestal.

Nos anos de 2011 e 2012 muitas foram as iniciativas de discussão sobre Mudanças Climáticas nos marcos da Justiça Ambiental – e das crises financeira, energética e alimentar – suscitadas por um conjunto de acontecimentos provocados pelos fatos já narrados: os grandes projetos, a expansão dos monocultivos e da pecuária extensiva e, ainda, por fenômenos naturais, com destaque para as violentas enchentes na região serrana do Rio de Janeiro que provocaram a mudança da paisagem em vários municípios e a morte de mais de 1.000 pessoas, constituindo-se no maior desastre climático do País.

Em meados de 2011, chuvas torrenciais castigaram, pelo segundo ano consecutivo, inúmeras cidades e povoados nos estados nordestinos de Pernambuco e Alagoas. Mas, dentro da lógica dos fenômenos extremos, o mais assustador foi a longa seca que, na sequência, dominou a região por quase 2 anos, castigando o extenso semiárido nordestino. Foi considerada a pior seca dos últimos 50 anos, redundando num prejuízo econômico estimado em mais de 12 bilhões de reais, com todas as consequências sociais em relação à segurança alimentar e acesso a outros bens e serviços básicos. A quebra de safra chegou até a 75%, em certas áreas, e a quase 1/3 da pecuária. Mais de 750 municípios decretaram situação de emergência e mais de 4 milhões de pessoas foram afetadas.

Contudo, chama a atenção como em meio a tantas adversidades não houve algum processo migratório significativo, em decorrência de vários mecanismos de amparo social, entre os quais o trabalho diuturno da extensa rede que forma a Articulação no Semiárido brasileiro (ASA). Também foi possível constatar o forte conteúdo cultural em disputa com discursos interesseiros de recalcitrantes elites regionais apregoando a vitimização dos sertanejos, raramente visto como protagonista que vai alterando secular história de dominação. Isto é um processo. A despeito de mudanças, ainda prevalece a apropriação de recursos governamentais por parte das elites que, explorando a calamidade, drenam muitos recursos para seus interesses, incluindo obras de infraestrutura. Com base no Mapa de Conflitos envolvendo

Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, 30% dos conflitos socioambientais ocorrem no Nordeste, com destaque para Bahia e Pernambuco, mesclado ainda pela situação de fronteira de expansão capitalista pelo agronegócio e mineração.

Tais fenômenos estão desafiando os movimentos, igrejas e universidades a intensificarem conhecimentos sobre emergências e defesa civil e a mobilização de recursos materiais e humanos para uma resposta mais efetiva e solidária às populações afetadas. O movimento ecumênico envolveu-se através de nosso Programa de Pequenos Projetos e em articulação direta com a ACT Aliança. Também em parceria com a agência suíça Pão Para Todos e a ICCO, holandesa, a CESE realizou seminários e cursos de capacitação sobre o dimensionamento de riscos ambientais, bem como o exercício de mitigação e adaptação em comunidades e territórios.

A discussão entrou na agenda de um grande número de organizações sociais, da academia e meios de comunicação, tendo como “moldura” a Rio + 20 e a Cúpula dos Povos – evento paralelo – ocorridos em meados de 2012. Nessas circunstâncias, setores do capital já trabalham com muita competência um novo filão – o “*ambientalismo de mercado*”. A disputa por serviços ambientais em torno do REDD e MDL/Mercado de Carbono vão nesta direção. Já a discussão sobre Economia Verde – um conceito mais abrangente – tem várias leituras e interesses contraditórios e entraram com peso no rol das grandes discussões da Rio + 20 e da Cúpula dos Povos.

Durante os dias da Cúpula, organizações da sociedade civil de todo o mundo discutiram alternativas e soluções para a economia verde acordada por governos e pela ONU. Reunidos longe do Aterro do Flamengo, onde acontecia o evento dos movimentos sociais, os líderes mundiais entraram no consenso em relação ao documento de propostas chamado “O Futuro Que Queremos”, que teoricamente deveria abranger as questões centrais para o desenvolvimento social, ambiental e econômico, de forma a estabelecer o equilíbrio no planeta.

Porém, o resultado da conferência não chegou nem perto disso. O documento final reflete a falta de compromisso e desinteresse das nações para com a justiça social e ambiental, para com a defesa dos direitos das comunidades tradicionais e dos povos indígenas, o direito das mulheres, de crianças e jovens. Sua falta de ambição e a superficialidade põem em risco toda a mobilização e avanços alcançados desde a primeira conferência para o desenvolvimento sustentável, em 1992. Enquanto os países mais ricos não pagarem a conta de seu desenvolvimento predador e ajudarem os países mais pobres a se desenvolver de forma mais sustentável, a preservação dos recursos naturais segue ameaçada.

Em relação à Cúpula, constatou-se a esperada e ampla participação de organizações e movimentos populares de todo o Brasil, bem como muitas delegações da América Latina. Outros continentes, embora em menor número, também participaram e fizeram do evento um espaço democrático internacional e multifacetado de lutas em defesa dos bens comuns e contra a privatização da natureza. Os conteúdos das centenas de atividades autogestionadas, bem como as reflexões e proposições surgidas nas plenárias e assembleias, indicaram o acerto na escolha da metodologia, tanto no que diz respeito à análise das falsas soluções e das nossas soluções, como nas sugestões de agendas de luta comuns daqui para frente. A declaração final da Cúpula, apesar de não ter conseguido dar conta de toda a diversidade presente naqueles dias, e de expressar mais fortemente o acento nas lutas travadas no Brasil, reforça um posicionamento internacional contra a tintura de verde que se quer dar para manter a hegemonia e os mesmos fundamentos do modelo de economia vigente, conferindo mais poder de decisão e interveniência sobre o futuro do planeta também nas mãos de grandes corporações mundiais.

É importante lembrar a importância dos encontros que o Grupo de Articulação da Cúpula teve com o Secretário Geral da ONU, Ban Ki Moon, e com Achim Steiner, Diretor-Executivo do PNUMA, bem como as negociações com diversos setores dos governos Federal e Estadual, evidenciando a relevância do papel da sociedade civil organizada nesse processo e a importância de suas posições para o debate e de suas agendas de luta para construir o futuro que queremos para o planeta, baseado em outros valores, em outros paradigmas.

Importante destacar o espaço das Religiões por Direitos, que conseguiu juntar diversas expressões religiosas em convergências para a defesa de um futuro baseado na afirmação dos direitos. Além de ter sido um espaço de espiritualidade comum, uma série de atividades foi realizada pelas mais diversas expressões religiosas presentes, agências de cooperação ecumênicas e outros parceiros do movimento ecumênico. Alguns grupos apoiados pela CESE, como a Rede Ecumênica de Juventude e Rede de Religiões de Matriz Africana, realizaram suas atividades nesse espaço e avançaram nas articulações. Outro destaque foi o lançamento do estudo sobre as desigualdades no Brasil, realizado por Christian Aid, um documento importante que pode subsidiar a própria agência e outras agências de cooperação europeias nos seus planos de ação para o Brasil.

Ao frustrante documento final da Conferência, adiciona-se a falta de liderança do Brasil em garantir que outros países, principalmente os mais ricos, se comprometessem em pagar a conta de seu desenvolvimento desenfreado e insustentável. Como consequência, o documento “O Futuro Que Queremos” é tímido, sem grandes compromissos e sem definição de metas claras.

Por seu turno, a declaração final da Cúpula dos Povos, na Rio+20, sinaliza por onde poderemos trilhar doravante. Diversos movimentos e articulações definiram proposições de lutas comuns e agendas de luta específicas para o futuro, bem no espírito do que se pretendeu desde o início de sua construção. O desafio é manter a mobilização com o objetivo de continuar pressionando os governos, que prometeram apoiar o desenvolvimento de forma sustentável, mas que parecem não ter ideia – ou real vontade – de como fazê-lo.

Em relação ao Brasil, especificamente, há muitas iniciativas em curso evidenciando as “nossas soluções”, propostas pelos mais diversos movimentos populares, muitas delas mostradas nos Territórios do Futuro, durante a Cúpula. A ASA montou uma cisterna de placa para captação de água de chuva na comunidade de Manguinhos, na cidade do Rio, que ficará como legado permanente para aquelas famílias. O MAB montou um aquecedor de água popular; o povo do Cerrado mostrou, na caixa preta, como aquele bioma está sendo destruído e como pode ser conservado pelas práticas das populações tradicionais que ali habitam há gerações. Essas práticas de convívio em equilíbrio com o meio ambiente, preservando a biodiversidade, precisam ser consideradas pelos gestores públicos mundiais. Precisam ouvir o que essas organizações têm a dizer em benefício das maiorias e do planeta. Nesse sentido, observou a declaração final: *“O fortalecimento de diversas economias locais e dos direitos territoriais garantem a construção comunitária de economias mais vibrantes. Estas economias locais proporcionam meios de vida sustentáveis locais, a solidariedade comunitária, componentes vitais da resiliência dos ecossistemas. A maior riqueza é a diversidade da natureza e sua diversidade cultural associada e as que estão intimamente relacionadas”*.

Especialmente esses últimos dois anos foram marcados por sucessivos reveses na política indigenista, o que levou a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) a romper com o governo, mesmo ciente que mais adiante teria de retomar negociações em andamento. É nítida a estratégia governamental de retração do ritmo na condução dos procedimentos administrativos para demarcar as terras indígenas, sendo que na nova gestão foram

homologadas poucas áreas, fazendo-a ser avaliada como um dos piores desempenhos nessa área nas últimas décadas. O Conselho Indigenista Missionário (CIMI) estima que pelo menos 450 empreendimentos – entre hidrelétricas, hidrovias, linhas de transmissão, rodovias, ferrovias e até a ameaça de instalação de uma usina nuclear na Região Nordeste – afetam áreas indígenas.

Se os problemas de violações, maus tratos, genocídios são históricos, se a partir dos anos 80 houve certa inversão de perda populacional, culminando com os ganhos de direitos garantidos pela Constituição de 88, o ano de 2012 ficará marcado como de maior retrocesso para a questão indígena e ambiental para o País, a começar pela desregulamentação do Código Florestal, o açodamento do Parlamento e mesmo no âmbito do Executivo em querer rever demarcações das Terras Indígenas e os mecanismos de exploração de suas riquezas, como a utilização de portarias que afrontam direitos indígenas previstos na Constituição Federal e na Convenção 169. Entre outros, está em curso dentro do Congresso Nacional a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215, que pretende transferir do Executivo para o Congresso Nacional a competência sobre as demarcações de terras indígenas, quilombolas e áreas de conservação. A proposta já foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, e seguirá para votação na Câmara dos Deputados. Se aprovada, será um grande retrocesso para a luta por direitos territoriais, ainda mais evidenciado pela forte presença de ruralistas, liderados pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e representantes de empreiteiras e sistemático apoio da grande mídia.

Outro exemplo desta orquestração – setores do governo e lobbies empresariais – é a portaria 419/2011, que regulamenta a atuação do órgão indigenista, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), dando prazo irrisório, nos processos de licenciamento ambiental, para facilitar a implantação de empreendimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – hidrelétricas, mineração, portos, hidrovias, rodovias, linhas de transmissão etc. – nos territórios indígenas. Mas a mais desestruturante é a 303/2012, que se propõe “normatizar” a atuação dos órgãos jurídicos da Administração Pública Federal direta e indireta em relação às salvaguardas institucionais às terras indígenas. Atendendo ao anseio dos latifundiários e do agronegócio, a Portaria afirma que as terras indígenas podem ser ocupadas por unidades, postos e demais intervenções militares, malhas viárias, empreendimentos hidrelétricos e minerais de cunho estratégico, sem consulta aos povos e comunidades indígenas e à FUNAI. Isto, sem falar no abuso descontrolado e ilegal por parte de empresas madeireiras – enfim, um conjunto de ações e pressões visando ampliar o conhecido “arco de desmatamento” no sul amazônico em direção ao seu interior.

A Usina Hidrelétrica Belo Monte, no Xingu, como maior canteiro das obras do PAC, vai reafirmando a tragédia socioambiental anunciada. Sob a alegação de segurança energética, o que em tese é uma preocupação legítima, a opção na verdade veio acompanhada de outros interesses, até porque sabidamente sua utilização plena acontece apenas em alguns meses do ano, dado o comportamento hidrológico do grande rio. Não dá para desconsiderar, por exemplo, a presença próxima da usina – 15 km – onde a mineradora Sun Mining instalou o maior projeto de mineração de ouro no Brasil – o Volta Grande (alusão irônica à região conhecida como Volta Grande do Rio Xingu), colocando a suspeita se a intenção não é antes atender a indústria à população, principalmente aquelas de perfil eletrointensivo.

Mas, talvez, o emblema mais grave em relação ao descaso com os povos indígenas seja a situação de indigência que há anos humilha os Guarani-Kaiowá no Mato Grosso do Sul, confinados em manchas de terras insuficientes à sua sobrevivência, provocando alarmante índice de mortalidade infantil.

Nesse estado, que possui a segunda maior população de indígenas no País – aproximadamente 51.000 indivíduos, sendo 31.000 Kaiowa, entre 13.000 Ñandeva e 7.000 Mbya (dados do Instituto Socioambiental) – é onde se registra, ano após ano, o maior índice de violência a essa população, incluindo assassinatos. Segundo dados do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), “Com uma taxa de 100 homicídios por 100 mil pessoas, maior que a do Iraque, e quatro vezes maior do que a taxa nacional, o povo Guarani Ñandeva e Guarani Kaiowá do Mato Grosso do Sul enfrenta uma verdadeira guerra contra o agronegócio”. Desde 2003, há o registro de 280 pessoas do povo Guarani Kaiowa assassinadas e o fato de que ninguém foi preso, mesmo réus confessos entre fazendeiros mandantes e executores, além de 555 suicídios por motivos diversos, tendo como centro a falta de terras que provoca a vulnerabilidade alimentar e morte por subnutrição, entre as crianças.

Em 2012, ocorreu um impasse terrível, depois que uma decisão judicial, federal, deu ordem de despejo de 170 indígenas que ocupavam 1ha na comunidade Puelito Kue, aguardando a demarcação de suas terras. Os índios disseram que resistiriam até a morte. Esse fato repercutiu fortemente nas redes sociais, deixando uma confusão de que haveria um suicídio coletivo. Na verdade, foi um ato de luta e resistência. Em todo caso, a espetacularização do boato serviu de audiência para que o cacique Mbarakay Apykaa Rendy falasse sobre as amarguras de seu povo em defesa da vida. A enorme repercussão na internet e manifestações de rua em grandes cidades, com as pessoas acrescentando o nome dos Kaiowa ao seu sobrenome, fez com que a Justiça Federal retrocedesse e eles lá permaneceram, a despeito das contínuas provocações e ameaças dos fazendeiros. Um episódio e um símbolo de luta que ficaram gravados entre os povos tradicionais, militantes sociais e mesmo junto à difusa opinião pública.

Em síntese, assiste-se – ainda que com matizes e contradições – um pacto não tão silencioso dos governantes, juízes e parlamentares subjugados pela lógica produtivista-consumista, ditada por grandes interesses capitalistas, em benefício de poucos privilegiados e para os quais é crucial desconstruir as bases dos direitos territoriais dos povos indígenas e de outras populações tradicionais, como quilombolas, ribeirinhos, pescadores/as e extrativistas.

A situação vivida pelas comunidades quilombolas também é bastante emblemática. Recuperando um pouco as políticas para estas comunidades. O Decreto Federal 4887/2003, assinado pelo ex-presidente Lula, regulamentou o processo de titulação das terras dos remanescentes das comunidades de quilombos, tornando-se um mecanismo que tem o objetivo de facilitar o processo de identificação e posterior titularização de comunidades. Ele foi proposto a partir de parâmetros internacionais de Direitos Humanos, sendo a autodefinição das comunidades como remanescentes de quilombos o primeiro passo para o reconhecimento e titularidade de suas terras. Com o Decreto, o Governo Brasileiro comprometeu-se, internacionalmente, a respeitar a relação que estas comunidades possuem com as terras que ocupam ou utilizam para sua cultura e valores espirituais. Ademais, o decreto visou também ratificar o que é colocado na Constituição Federal, no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias: “*Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos*”.

Os avanços conseguidos e a visibilidade conquistada rapidamente indisputaram setores da base aliada e da oposição conservadora pelas evidentes mudanças e explicitação de conflitos, em especial nas fronteiras de expansão dos monocultivos do agronegócio. O resultado foi a flagrante redução na concessão de novos títulos coletivos. Ao longo de todo o primeiro ano do atual governo, apenas uma titulação de terra quilombola foi efetivada, demonstrando a tímida atuação do governo federal nessa área, frente à magnitude da demanda existente. Afinal, estima-se que há

cerca de três mil comunidades quilombolas no País e, desde 1988, quando seus direitos foram reconhecidos pela Constituição, apenas 185 conquistaram o título de suas terras.

Neste período recente, a CESE esteve diretamente envolvida no apoio a comunidades quilombolas, tanto pelo apoio regular dentro de seu Programa de Pequenos Projetos, como na atividade conjunta com outras organizações de apoio que resultou na publicação *Direitos Quilombolas: Um Estudo do Impacto da Cooperação Ecumênica*, onde ficou destacada a contribuição significativa dos organismos de cooperação ecumênica ao movimento e às comunidades quilombolas nos últimos 15 anos para o avanço da luta pelo direito aos seus territórios. A iniciativa foi oportuna, no momento em que estava para ser julgada pelo Supremo Tribunal Federal a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) relativa ao Decreto 4887/2003, que simplifica o processo de identificação, demarcação e titulação das terras quilombolas.

Os conflitos, no entanto, não se dão apenas com o agronegócio e outros interesses no campo, como obras de infraestrutura e mineração que ameaçam as populações tradicionais. Assim como os indígenas, diversas comunidades quilombolas localizam-se próximo a regiões urbanas e, no momento, estão em curso três emblemáticos casos, cujo antagonismo não vem de interesses empresariais, mas de conflitos territoriais em áreas militares – é caso histórico da Base Espacial de Alcântara, no Maranhão, e as áreas de Marinha de Marambaia, no Rio de Janeiro, e Rio dos Macacos, na Região Metropolitana de Salvador.

Em 2012, foi particularmente agudo o conflito com a comunidade quilombola de Rio dos Macacos, ironicamente vizinha à praia paradisíaca da Base Naval de Aratu, colocada à disposição para o descanso e lazer de autoridades federais, que tanto Lula como a presidenta Dilma já usufruíram.

O Quilombo Rio dos Macacos é uma comunidade negra rural, composta por cerca de setenta famílias descendentes de escravos com história que remonta há mais de um século de existência. Hoje, a localidade encontra-se cravada no atual Município de Simões Filho, vizinho a Salvador. A referida comunidade é “remanescente de quilombo”, à qual o texto constitucional atribui a propriedade definitiva das terras ocupadas, competindo ao Estado emitir-lhes os respectivos títulos nos termos do art. 68 do ADCT/88. Um pedido de reconhecimento já foi encaminhado à Fundação Palmares, do qual resultou a Certidão de Autorreconhecimento Quilombola da Comunidade Rio dos Macacos, publicada no Diário Oficial da União em 04 de outubro de 2011.

Ocorre que, em 1960, a Prefeitura de Salvador doou a Fazenda Macacos para a Marinha do Brasil, a qual, em 1971, iniciou a construção da Base Naval. Foi a partir desse momento que se intensificaram violações de direitos humanos sobre a comunidade de Rio dos Macacos em razão das ações da União Federal, mais dirigidamente, da Marinha do Brasil.

Em resumo, sob a alegação de ser área de segurança nacional, a comunidade vem sofrendo diversas restrições aos direitos humanos e práticas de abuso de poder, no sentido de coibir os moradores na construção ou reforma de suas casas, bem como na manutenção dos roçados de subsistência, em relação ao acesso à água, saneamento básico, energia elétrica e trânsito; até cestas básicas fornecidas pela prefeitura foram suprimidas. Ressalta-se também que, durante esse período, terreiros de candomblé foram fechados e destruídos, e mais de 50 (cinquenta) famílias foram expulsas para construção da Vila Naval. Há um laudo do INCRA favorável ao reconhecimento da comunidade, contudo, desconsiderado pelo juiz indicado para julgamento do processo.

Instâncias do Ministério Público e secretarias dos governos federal e estadual tentaram uma mediação visando negociar o deslocamento da comunidade em 1,5 quilometro em troca de

melhorias habitacionais, saneamento e facilidade nos meio de transporte, a despeito de irrecuperáveis perdas simbólicas. Contudo, foi considerada proposta imoral pela perda substancial da área original. O sentido da resistência visa uma negociação mais justa e referencial para outros casos semelhantes. A determinação da comunidade associando meios legais com legítimos e o apoio de dezenas de organizações, inclusive a solidariedade da CESE, deu grande repercussão, inclusive junto à OEA. A situação favorável à Marinha por parte do Judiciário tornou a situação tensa e imprevisível.

Em relação à situação agrária, posicionamentos de baixo compromisso de um governo que, no processo eleitoral, contou com o inequívoco apoio dos movimentos do campo, refletem-se, também, no já longo paradeiro frente à Reforma Agrária. De acordo com o próprio INCRA, mais de 180 mil famílias estão acampadas no Brasil, das quais 60 mil são organizadas no MST. Em 2011, foram assentadas 5.735 famílias em áreas desapropriadas, com os R\$ 530 milhões previstos no orçamento do INCRA para a obtenção de novas áreas. A suplementação do orçamento, que só saiu em dezembro, com o valor de R\$ 400 milhões, a partir de pressão da Jornada Nacional da Via Campesina, será suficiente para o assentamento de apenas mais 4.435 famílias. A assinatura de 60 decretos presidenciais para a desapropriação das novas áreas só foi realizada na última semana daquele ano. Ou seja, foram necessários quase 12 meses para que fossem assinados os primeiros decretos de desapropriação do governo Dilma Rousseff. E há milhares de famílias à espera da reforma agrária, lembrando João Pedro Stédile, coordenador histórico do Movimento dos Sem Terra (MST), que o Brasil utiliza para a agricultura apenas 10% de sua área total.

Esta realidade, por si só, confirma a falácia do original Código Florestal ser impedimento à produção agrícola, mesmo em se tratando de suas commodities. Outra injustiça tem a ver com o que o governo destina aos projetos de irrigação e que não contemplam pequenos agricultores – só no Nordeste estão sendo preparados 200 mil hectares nessa modalidade. Observa Stédile que *“só aí seria possível colocar mais de 100 mil famílias em 2 hectares irrigados por família”*. Uma vez mais o Brasil segue como o maior consumidor de agrotóxicos do planeta. Só da China, Uzbequistão e Ucrânia são importados 23 milhões de toneladas de fertilizantes, enquanto já se importa feijão preto da própria China. Os movimentos reagem: em agosto último, 33 movimentos sociais que atuam no campo – do MST à CONTAG, movimento de pescadores e quilombolas, entre outros – propuseram uma plataforma unitária de reorganização da agricultura brasileira priorizando alimentos saudáveis para mercado interno, respeitando a diversificação e tecnologias para cada bioma, apontando a transição para a agroecologia e expandindo as compras governamentais através da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

Essa realidade se choca com outra: a grande disponibilidade de terras improdutivas e devolutas no País. Os dados oficiais mostram que mais de dois terços das propriedades de grande e médio porte não cumprem com sua função social. Esse quadro, aliado à obsessão do governo da presidenta Dilma pela implantação de grandes projetos e pela produção ilimitada de commodities, tem levado as populações tradicionais, indígenas e camponesas a retomarem seus originais métodos de protesto, ao tempo em que apresentam propostas concretas de superação da rasa distribuição de terras. É nesta linha que a Via Campesina vem pleiteando a apresentação de um programa nacional, com metas para a criação de assentamentos em áreas desapropriadas, até 2014.

Do mesmo modo, ao apreciar a realidade urbana no Brasil, retornamos à síntese mal resolvida da confluência perversa que exploramos no início desta contextualização. As cidades no Brasil, atualmente, concentram 85% da população e grande parte do déficit habitacional existente no País – que é de cerca de 7 milhões de moradias, de acordo com a Fundação João Pinheiro. Vale



ainda ressaltar que, segundo o Censo 2010 (IBGE), 11 milhões de pessoas vivem em favelas no Brasil. O programa Minha Casa Minha Vida, embora de inegável impacto sobre essas problemáticas, vem enfrentando dificuldades para atingir os setores mais empobrecidos, com renda entre 0 a 3 salários mínimos, e está em permanente contradição com as polarizações ditadas pelo capital imobiliário, que subordina planos diretores, e pela indústria automotiva que protela e atropela políticas sustentáveis de transporte de massa. Ou ainda as políticas de segurança pública, quando priorizam a ação militar sobre as políticas que garantem o direito à cidade pela via da participação nos diferentes conselhos de gestão, de controle social sobre os serviços básicos de atendimento à população.

É notável a persistência das desigualdades de gênero e raça no Brasil. De acordo com dados do Retrato das Desigualdades (IPEA et al, 2011), a população negra obtém, em média, 55% da renda obtida pela população branca. Considerando a variável de gênero, a situação é ainda mais preocupante, revelando que as mulheres negras ainda encontram-se na base da hierarquia social, com renda média equivalente a 30,5% do rendimento dos homens brancos. Isso porque ocupam os piores postos de trabalho, a exemplo do trabalho doméstico, área com baixo nível de formalização, com apenas 26,4% das trabalhadoras com carteira assinada. Enquanto apenas 1% dos homens está inserido nesse tipo de trabalho, 21,8% das mulheres negras são trabalhadoras domésticas, contra 12,6% de mulheres brancas.

Outro dado relevante trazido por esse estudo é o aumento do número de famílias chefiadas por mulheres que aumentou para 35,2% em 2009, ou seja, 21,7 milhões de famílias que apresentam maiores situações de vulnerabilidade, associadas às disparidades de renda e outros indicadores sociais. Por exemplo, 69% das famílias chefiadas por mulheres negras no Brasil ganham até um salário mínimo.

Outro fenômeno que demonstra de maneira gritante o problema da desigualdade racial no País é a incidência de assassinatos de jovens, em que o Brasil ocupa o 6º lugar no ranking mundial, sendo que a probabilidade de morte de um jovem negro, entre 15 e 25 anos, é de 127,6% maior que a de um branco da mesma faixa etária, de acordo com dados do Mapa da Violência 2011.

É importante ainda ressaltar que o acesso a serviços básicos de saúde ainda é um obstáculo para grandes contingentes de mulheres. Por exemplo, 61% das mulheres rurais com 40 anos ou mais nunca fizeram mamografia, dificultando o diagnóstico precoce do câncer de mama e condenando mulheres a mortes evitáveis.

As disparidades de gênero também podem ser verificadas no campo da participação política das mulheres. De acordo com dados da ONU, divulgados no relatório Progresso das Mulheres do Mundo 2008-2009, entre os países da América do Sul, o Brasil é o penúltimo colocado no ranking que mede a participação feminina nas câmaras federais, com um índice de apenas 9% de mulheres parlamentares.

A face mais dolorosa das desigualdades de gênero é a violência contra a mulher, que apresenta índices alarmantes no Brasil. De acordo com o Mapa da Violência 2012, entre 80 países do mundo dos quais foi possível obter dados a partir do sistema de estatísticas da OMS, o Brasil ocupa a 7ª colocação em homicídios de mulheres, com sua taxa de 4,4 ocorrências para cada 100 mil mulheres.

Em 68,8% dos atendimentos a mulheres vítimas de violência pelo Sistema Único de Saúde (SUS), a agressão aconteceu na residência da vítima, sendo que em 42,5% do total as agressões são cometidas pelo parceiro ou ex-parceiro da mulher. Esse índice é ainda mais alto para a

faixa dos 20 aos 49 anos, na qual acima de 65% das agressões tiveram autoria do parceiro ou do ex-parceiro. É importante ressaltar que esses dados não são capazes de captar a magnitude da violência doméstica, já que apenas uma pequena parte dos casos de violência chega ao SUS, com identificação do agressor pela vítima.

Com muita mobilização e ações de incidência política dos movimentos de mulheres, nos últimos anos foram alcançados notáveis avanços institucionais no enfrentamento da violência doméstica, entre eles a aprovação da Lei Maria da Penha, em 2006, elaborada a partir de uma proposta apresentada por organizações feministas e considerada pela ONU como uma das três melhores legislações do mundo referentes a essa questão. Além de tipificar os crimes de violência contra a mulher, a Lei tornou as penas mais rígidas e estabeleceu responsabilidades dos vários níveis de governo para dar proteção e assistência às vítimas. A lei tornou-se bastante conhecida, conquistando a simpatia de 80% da população, e produziu um impacto positivo no ano seguinte à sua aprovação, mas, já a partir de 2008, houve um retrocesso aos patamares anteriores. Outro dado preocupante mostra o alto índice de reincidência na prática da violência contra a mulher, alcançando 51,6% dos casos atendidos no SUS. (Mapa da Violência 2012).

Isso certamente está ligado à morosidade de implantação dos serviços previstos na lei – delegacias especializadas, casas-abrigo, atendimento psicossocial, juizados especiais etc., o que vem sendo constantemente denunciado pelos movimentos de mulheres. A precariedade ou total ausência de atendimento nas áreas rurais torna as mulheres do campo ainda mais vulneráveis às situações de violência, já que dificilmente podem deslocar-se à capital para denunciar as agressões e dar prosseguimento aos processos judiciais e tratamentos de saúde. Com relação às mulheres negras, observa-se um aumento dos casos de violência, conforme balanço produzido pela Articulação de Mulheres Brasileiras para o período de 2003 a 2010 (CFEMEA, 2011).

Apesar de tantos indicadores problemáticos, é fato inegável a mudança de tom e dos rumos políticos e sociais do País. Dois mandados sob Lula e dois anos da presidente Dilma totalizam uma década sob a hegemonia do Partido dos Trabalhadores e seu amplo arco de alianças. 2012 foi um ano eleitoral como ocorre a cada dois anos, desta vez disputando os poderes locais que, de alguma forma, constituem termômetro do sentimento da população em suas localidades. O ingrediente inesperado foi a cronologia do polêmico processo do Mensalão – 470 que vinha desde 2006, colocando em julgamento importantes lideranças de vários partidos da base governamental, em especial altos dirigentes do PT, coincidindo com o calendário eleitoral.

Lideranças históricas como José Dirceu – ex-chefe da Casa Civil e o principal artífice da primeira vitória de Lula, e José Genuíno, ex-guerrilheiro e ex-presidente nacional do partido, estavam entre os condenados – contaminando evidentemente o processo eleitoral, que contou com a exacerbação da grande mídia a cada momento do julgamento, em manchetes sensacionalistas. A discussão central foi identificar se houve a constituição já conhecida dos “recursos não contabilizados” de um Caixa 2 (ilegal) ou da compra sistemática de votos para projetos de interesse do governo – daí o apelido perverso de mensalão. Essa discussão percorreu e percorre apaixonadamente a opinião pública até hoje, surgindo pela elevação do tom e presença do judiciário na vida política, como a existência de um novo fenômeno institucional - a judicialização da política, provocando certo amaldiçoamento do exercício da política neste campo institucional. A suspeita decorre de fatos pretéritos e pelas projeções de que não haverá igual empenho do judiciário em casos semelhantes e há mais tempo pendentes de julgamento.

Em resumo, o resultado eleitoral foi exaustivamente debatido, as redes sociais multiplicaram-se, bem como ‘blogueiros’ de todas as tendências e predileções, de modo que não foi por falta de debate e informação que o eleitor deixou de se posicionar. Ao cabo, o resultado foi fundamentalmente a reafirmação do projeto dominante conduzido pelo PT, ainda que com alterações importantes no perfil dos eleitores e o fortalecimento de um de seus partidos aliados, o PSB, especialmente no Nordeste. Outro fenômeno dessa eleição foi a conquista sintomática do PT no estado de São Paulo, o mais rico do País, responsável por 1/3 do PIB nacional – embora tenha perdido em redutos históricos em grandes e médias cidades no conjunto do País (ainda que firmado como segunda força). Logrou vitórias em 7 dos 6 principais municípios que formam a região metropolitana de São Paulo, incluindo sua importante capital – a “joia da coroa” do maior rival, o PSDB. E ainda venceu em 9 municípios do Vale do Paraíba, a região mais rica do interior, a partir do principal município – São José dos Campos. O desempenho no Nordeste, que parecia um eleitorado mais refém dos programas governamentais, teve resultados contraditórios, sendo o mais surpreendente, a eleição da prefeitura de Salvador, pelo neto do grande coronel Antonio Carlos Magalhães, filiado ao Partido Democratas – o mais conservador.

A questão do financiamento das campanhas eleitorais como fator de corrupção e a emergência das iniciativas de transparência trazem com mais força a urgência da Reforma do Sistema Político, que elenca um conjunto de questões, além desta associada à democracia representativa, pretendendo discutir e incorporar temas como o uso mais recorrente de plebiscitos e referendos, a reforma do Judiciário e a democratização dos meios de comunicação.

Esse breve panorama, mesmo parcial, é capaz de demonstrar a necessidade de fortalecimento da sociedade civil, em especial dos movimentos sociais, para fazer avançar a conquista de direitos no Brasil e problematizar o modelo de desenvolvimento hoje adotado no País. Entre outros pontos, esse fortalecimento é fundamental para fazer valer o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), que reflete o acúmulo socialmente construído nesse campo, com debates ao longo de 2009, envolvendo 15.000 militantes e técnicos governamentais e cuja divulgação provocou uma quase crise de Estado. O PNDH foi finalmente aprovado como diretriz, mas até hoje tem baixa efetividade, o que, aliás, é a situação em geral dos Direitos Humanos no Brasil. Tão intangível quanto é a situação da Reforma Política, que pouco tem avançado, apesar do empenho dos movimentos sociais e do apoio, ao menos nominal, de uma ampla frente parlamentar, sendo esses dois referenciais colocados como desafios permanentes à democracia brasileira.

Entre perdas e ganhos, vale o registro positivo da instalação da Comissão Nacional da Verdade constituída há mais de um ano e que já começa a trazer significativas novidades, esclarecimentos, mudanças sobre fatos muito dolorosos no acerto de contas da nascente democracia brasileira com a ditadura civil-militar, cujo contencioso é obstado pela Lei de Anistia, ainda vigente.

Mesmo assim, por mérito de seus integrantes e por força dos comitês e fóruns estaduais, muitos ativíssimos nos esclarecimentos e denúncias, a Comissão da Verdade parece, até aqui, bem disposta a acolher novos fatos e a oferecer novas informações à sociedade. Entre tantos meandros que a Comissão está abrindo diante de seu exíguo mandato, vale destacar a consideração das violações contra as populações camponesas e indígenas no período militar, quando foi surpreendida pela denúncia de indigenistas sobre o massacre de 2.000 índios Waimiri-Atroari por resistirem à abertura de uma estrada imposta pelos militares na Amazônia. Outro é o esforço intenso que um dos Grupos de Trabalho está realizando para identificar a responsabilidade das igrejas frente à ditadura, para o qual está contando com reconhecidas lideranças do movimento ecumênico.

Fica uma pergunta no ar: em meio a disputas do modelo de desenvolvimento e suas contradições, que vai sendo desenhado por um governo de base popular sustentado por forças políticas contraditórias e até antagônicas, como está o ânimo da população e dos movimentos sociais? Na base da pirâmide, os índices de popularidade mostram-se consistentes, incluindo a afirmação da presidenta com seu estilo próprio. Se setores da academia e entidades históricas de apoio aos movimentos mostram-se crescentemente críticos, particularmente devido aos impactos socioambientais de mega empreendimentos, os movimentos, em si, ensaiam reações tópicas, reaglutinam-se em torno de lutas específicas, como a mobilização exemplar da grande rede formada em torno da Articulação no Semiárido brasileiro (ASA) que, no final do ano de 2011, juntou 15.000 pessoas na ponte sobre o Rio São Francisco, entre a Bahia e Pernambuco, quando sofreu a ameaça de esvaziamento do programa 1 Milhão de Cisternas. Há uma paciência histórica no ar, movida pela sabedoria e pelo instinto político de sobrevivência, mas se iludem os que apostam na passividade ou manipulação do povo brasileiro.

**MONITORAMENTO ANUAL DA CESE**  
**(Atividades previstas e realizadas)**

PLANEJADO	REALIZADO	NÃO PREVISTO, REALIZADO	CONSTATAÇÕES PARA 2013
<b>A. Atividades Institucionais</b>			
Realizar a Assembleia anual ordinária da CESE	Realizada com eleição de nova diretoria para o mandato 2012-2015.	A Aliança de Batistas do Brasil foi recebida por unanimidade como novo membro associado da CESE.	
Realizar quatro reuniões da Diretoria Institucional	Realizadas: fevereiro, junho, outubro e novembro.	Iniciado o processo de seleção de nova pessoa para a Direção Executiva da CESE.	Realizar 4 reuniões da Diretoria Institucional sendo a primeira, especialmente dedicada à continuidade do processo de seleção de nova pessoa para a Direção Executiva.
Realizar reunião do Conselho Fiscal em Salvador	Realizada		
Facilitar encontro anual entre diretorias da CESE e do CONIC	Realizada em junho Decisões importantes quanto a participações e pronunciamentos conjuntos, utilização das salas da CESE e apoio na relação com agências.	Participação nas comemorações dos 30 anos do CONIC: Debate sobre Marco Regulatório das OSCs e Comissão da Verdade; visita à nova sede e celebração com instalação da nova Secretária Executiva.	Participação na Assembleia Anual do CONIC em março de 2013. Realização de atividades conjuntas CESE-CONIC, e apoio na relação do CONIC com agências de cooperação.
<b>B. Atividades de Direção Executiva</b>			
Encaminhar e assegurar o cumprimento das decisões da Assembleia Geral e da Diretoria Institucional	Foi encaminhado o registro da Ata da Assembleia Eletiva 2012-2015.		
Acompanhar o trabalho do Setor de Projetos e Formação, em articulação com o Coordenador e de acordo com o plano operacional específico	Realizado		
Acompanhar o trabalho do Setor Administrativo-Financeiro	Realizado		
Acompanhar os trabalhos do Setor de Desenvolvimento Institucional em articulação com o Coordenador, no que se refere a mobilização de recursos, a diálogo e relações ecumênicas e a comunicação	Em andamento. O Setor vem sofrendo alterações tanto em sua composição quanto em seu desenho. Tem havido contribuição voluntária de agências de publicidade e profissionais, em atendimento às exigências do novo contexto.		Acompanhar a execução dos planos de comunicação e mobilização de recursos, bem como, a reformatação do Setor de Comunicação, Alianças e Parcerias.
Monitoramento específico de relações ecumênicas e da secretaria geral	Realizado.	Desligamento da secretária mais antiga da CESE, com repercussões no funcionamento do setor.	
Efetivar a avaliação individual de desempenho da Secretaria Geral	Não realizado.		Previsto para o primeiro semestre de 2013.
Efetivar a avaliação individual de desempenho dos Coordenadores	Não realizado.		Previsto para o primeiro semestre de 2013.
Homologar a avaliação de desempenho do conjunto de funcionários da CESE	Não realizado.		Previsto para o primeiro semestre de 2013.

PLANEJADO	REALIZADO	NÃO PREVISTO, REALIZADO	CONSTATAÇÕES PARA 2013
<b>C. Atividades de Representação institucional</b>			
Participar de atividades da Aliança ACT	Participação de discussões preparatórias a reunião regional Participação de atividades da Comissão de Nomeação de ACT.		
Participar da Assembléia Geral do CLAI Brasil	Realizado (maio/junho)	Participação no processo de discussão do novo Marco Regulatório das OSCS, representando o CLAI - como uma das entidades titulares da sociedade civil, no Grupo de Trabalho coordenado pela Secretaria Geral da Presidência da República.	
Participar da reunião do Conselho Fiscal do CLAI Brasil	Realizado (junho)		
Participar do FEACTION-Brasil, nos encontros nacionais e atividades priorizadas	Participação de reunião em março. Participação no encontro nacional em setembro.	Apoio à realização de debate, durante o encontro de setembro, sobre o Novo Marco Regulatório das OSCs com a presença de representante da SGPR Laís Lopes	
Participar do FE-Sul, nos encontros específicos e atividades priorizadas	Realizado por meio de reuniões virtuais.		
Participar de atividades do PAD	Participação de reunião do setorial ecumênico em março. Produção de artigo sobre o Marco Regulatório das OSCs para o site do PAD.		
Participar de atividades prioritárias da ABONG e, em especial, na região NE	Realizadas em março, setembro e outubro	Participação da comunicação em oficina do GT do Marco Regulatório (março). Participação na organização de evento sobre o Marco Regulatório das OSCs, em Salvador, assegurando a presença de representante da Secretaria Geral da Presidência da República. Produção de 2 editoriais sobre Segurança Pública e Comissão da Verdade para o boletim nacional da ABONG.	
Estimular e apoiar atividades de articulação de serviços diaconais das igrejas associadas	Não realizado		
Estimular relações com outras igrejas e o diálogo inter-religioso, especialmente, na Bahia	Realizado.		
Participar de atividades prioritárias com parceiros ecumênicos nacionais a partir de interesses comuns, a exemplo do CONIC, KOINONIA, DIACONIA, CLAI	Realizado com CONIC, KOINONIA e CLAI		
Participar da Conferência Jaime Wright de Direitos Humanos	Realizado em outubro.		

PLANEJADO	REALIZADO	NÃO PREVISTO, REALIZADO	CONSTATAÇÕES PARA 2013
Colaborar com parceiros ecumênicos internacionais, em especial: CLAI, CREAS, CMI, Aliança ACT	Realizado com CLAI, CREAS e Aliança ACT		
Participar de oficinas de capacitação na área de emergências para ajuda humanitária	Não realizado		
Participar de encontros e atender visitas de Agências e Igrejas parceiras, colaborando com a organização dos mesmos, quando solicitado	Realizado. Várias visitas recebidas: Misereor, Gansos Selvagens, ICCO, novas parcerias a exemplo da Fundação CLARITAS (Argentina)		
Participar de encontros de igrejas e de organismos ecumênicos, quando solicitado	Participações realizadas, a exemplo de IPU, IBN, assembleia de DIACONIA e do Concílio da IECLB, posse do novo pastor da Paróquia Luterana de Salvador.	Realização de Café da manhã com lideranças de igrejas locais de Salvador para acolhida ao novo pastor luterano.	
Participar de atividades da AVINA e desenvolver atividades conjuntas	Atividades participadas em conjunto durante congresso do GIFE		
Participar do Congresso do GIFE	Realizado em março.		
Participar da Articulação D3	Realizado. Participação em reunião durante o Congresso do GIFE e de entrevista de avaliação externa sobre a articulação D3.		

#### D. Atividades da Coordenação Executiva

Coordenar o aprimoramento do PMA sistêmico da CESE	Em andamento		
Coordenar a implementação de recomendações da avaliação institucional externa e a conclusão do novo planejamento estratégico	Em andamento Questões levantadas pelo Seminário de Planejamento 2022 foram discutidas institucionalmente e encaminhadas, a exemplo da revisão e enxugamento do quadro de pessoal; política de locação de salas da CESE.	Foi contratada consultoria do FICAS para contribuição no estudo sobre o quadro de pessoal da CESE. A devolução inicial foi feita para diretores e posteriormente para todos os funcionários.	Retomar encaminhamentos referentes à CESE 2022 com o/a novo/a Diretor/a Executivo/a.
Coordenar a implementação do plano de mobilização de recursos e treinamento de pessoal	Realizado. Contratado assessor sênior para mobilização/comunicação Capacitação de pessoas da equipe da CESE em MR pelo FICAS	Demissão do assessor sênior e revisão do funcionamento do setor	Dar continuidade à reformatação do setor responsável pela mobilização de recursos.
Finalizar a triagem e acompanhar a implementação do novo sistema de arquivo físico e eletrônico para a CESE	Houve descarte de material físico		
Realizar monitoramento semestral e avaliação anual	Realizado em julho e dezembro.		
Realizar reuniões regulares entre a Diretora Executiva e Coordenações	Realizadas em função de questões prioritizadas.		
Realizar reuniões temáticas entre Diretora Executiva, Coordenações e Assessorias	Realizadas 7.		



PLANEJADO	REALIZADO	NÃO PREVISTO, REALIZADO	CONSTATAÇÕES PARA 2013
Realizar reuniões periódicas do conjunto dos funcionários	Realizadas 5 sobre devolução do seminário de planejamento CESE 2022 Fórum Social Temático, quadro de pessoal, negociação salarial, CPPV, monitoramento semestral e avaliação geral.		
Orientar propostas de capacitação e formação do pessoal, a partir de necessidades institucionais detectadas: - realizar seminários de aprofundamento temático, para o conjunto dos funcionários; - reflexão interna sobre o contexto da CESE; - propiciar capacitação em PMA para setores internos da CESE	Realizado com relação ao contexto CESE e temáticas específicas, a exemplo de oficinas sobre Rede de Amigos.		
Articular-se com universidades para a produção e difusão de conhecimentos sobre temas de interesse dos movimentos sociais e da CESE	Realizado. Participação em Painel na Escola de Administração da UFBA sobre experiência da CESE com mobilização de recursos, desenvolvimento institucional, planejamento.		Realizar articulações com o meio acadêmico no contexto dos 40 anos da CESE.
Acompanhar a finalização do livro sobre a história da CESE	Encerrado contrato com historiadores.		Finalização do livro histórico e lançamento como parte das celebrações dos 40 anos da CESE.
Dar seguimento às ações para redução de custos operacionais e buscar novas alternativas de sustentabilidade	Realizado. Ajustes dos alugueis; Redução do Quadro de pessoal; Troca de fornecedor para telefonia; substituição da copiadora/impressora. Prospecção de novas fontes e apresentação de novos projetos;		
Estabelecer negociações com a Petrobras para patrocínios	Realizado.	Aprovação de projeto pela PETROBRAS	
Iniciar processo de negociação com outras fontes como BNDES, Fundo Amazônia	Iniciados contatos e busca de apoio da Fundação Ford, com apresentação de pré-proposta para o Fundo Amazônia. Contato realizado com o BNDES e apresentação de pré-proposta para análise.	Visita à CESE do Assessor da Presidência – Diretoria 5, do BNDES	
Acompanhar desdobramentos do Projeto com HEIFER/UE	Finalizada construção do projeto após aprovação da primeira fase. Na segunda fase o projeto não obteve apoio.		
Articular-se para Cúpula dos Povos na Rio+20 através do FEACT Brasil	Realizado conforme planejamento específico		

PLANEJADO	REALIZADO	NÃO PREVISTO, REALIZADO	CONSTATAÇÕES PARA 2013
<b>E. Atividades da Assessoria de Diálogo e Relações Ecumênicas – ADRE</b>			
<b>E.1. Atividades para fortalecimento da Diaconia Ecumênica</b>			
Executar ações promovendo reflexão nas igrejas sobre o Eixo Temático	Realizado durante a CPPV (divulgação de materiais por meio da caixa de ferramentas)		
Organizar e acompanhar visitas de representantes de Igrejas e Agências à CESE	Visitas ao Cardeal da ICAR e a várias paróquias católicas, a partir de carta de sensibilização do Secretário Geral da CNBB sobre a CPPV.	Organizado café da manhã com lideranças das igrejas para acolhida do novo Pr. da IECLB em Salvador. Realizada reunião com o Secretário Executivo das Pastorais Sociais da Arquidiocese; participação em reuniões das Pastorais, dos Movimentos Católicos e do Clero.	Aprofundar relacionamento com a IPU Garcia e com igrejas da IPI, Batista da Graça e Batista Esperança. Oportunizar espaço para reunião com vigários da ICAR- Arquidiocese de Salvador.
Apoiar e participar da Semana de Oração pela Unidade dos/as Cristãos/ãs	Realizado. Grupo Ecumênico realizou reuniões preparatórias nos dias 19 de abril e no dia 02 de maio. Também foram feitas discussões em conjunto com o CEBIC – Conselho Baiano de Igrejas Cristãs, resultando na organização da Semana, com distribuição de celebrações pelas várias igrejas e pela CESE, no período de 20 a 27 de maio, sendo no dia 25 a celebração na CESE.		
Elaborar liturgia e material de apoio para Campanhas da CESE	Elaborada carta de sensibilização das igrejas, distribuída durante a Assembleia, para publicação em seus veículos de comunicação.	Por orientação da Assembleia, a CPPV deste ano foi associada com a Rede de Amigos.	Dar seguimento e aprofundar a realização da CPPV associada à Rede de Amigos.
Auxiliar a assessoria de Comunicação da CESE nos contatos e intercâmbios com as assessorias de comunicação das Igrejas Associadas e organismos ecumênicos	Passo importante foi dado durante a Assembleia da CESE e com apoio de colaboradora foi atualizado e complementado o quadro de contatos com igrejas e organizações ecumênicas e realização de contatos diretos com os núcleos de apoio à CPPV.	CLAI, IEAB, IPU, IPIB e IECLB disponibilizaram mailing list para banco de dados ecumênicos. Foi acrescentado ao banco de dados o contato de todas as paróquias católicas de Salvador.	Recuperar contatos da Aliança de Batistas. Continuar alimentando e atualizando o banco de dados.
Elaborar materiais em inglês sobre o trabalho da CESE	Não realizado por ADRE. A comunicação produziu boletim em inglês para as agências.		Elaborar material em inglês.

PLANEJADO	REALIZADO	NÃO PREVISTO, REALIZADO	CONSTATAÇÕES PARA 2013
<b>E.2. Atividades que visam o fortalecimento do diálogo e a cooperação inter-religiosa</b>			
Facilitar diálogo da CESE com outras denominações cristãs e expressões de fé	Em andamento.	Participação ativa no processo de retomada do CEBIC. Colaboração para a realização da assembléia na qual foi eleita a nova diretoria e a CESE faz parte do Conselho Fiscal.	
Acompanhar eventos de diálogo interreligioso	Participação em eventos do Dia Nacional contra a Intolerância Religiosa (21 de janeiro): 5ª Caminhada, em Salvador e Ato Público na Reitoria da Universidade Federal da Bahia. Participação na Roda de Diálogo sobre Religiões Negras: Cultura, luta e a religião na Diáspora africana: uma conversa entre afro-brasileiros, cristãos afro-norte-americanos (que atuam em igrejas, escolas teológicas e organizações ecumênicas) e entidades parceiras na luta contra a intolerância religiosa.		
Realizar eventos “Construindo Diálogos”	Realizada a IV Roda de Diálogo, contando com a parceria de Koinonia Bahia. Viabilizada a participação da assessora nacional de Diversidade Religiosa da SEDH da Presidência da República.		Participação nas atividades do Dia Contra a Intolerância Religiosa (21 de Janeiro). Retomar as discussões para criação do Fórum Interreligioso de Salvador.
Apoiar a REJU na realização de mini-jornadas ecumênicas na Bahia, com os temas Ecologia, Economia e Ecumenismo	Não realizado.	Apoio à retomada da REJU na Bahia com a realização de dois encontros (setembro e dezembro). Apoio à REJU nacional para participação na Rio + 20 e para realização do encontro nacional. Intermediação de contatos da REJU com Cáritas e ICCO para sustentabilidade da Rede em 2013.	

PLANEJADO	REALIZADO	NÃO PREVISTO, REALIZADO	CONSTATAÇÕES PARA 2013
<b>E.3. Atividades que visam fortalecer as articulações ecumênicas</b>			
Participar de eventos Ecumênicos locais, nacionais e internacionais	<p>Celebração de Aniversário de 47 anos da IPU Itapagipe, em Salvador.</p> <p>Reunião da Coordenação ampliada do FEACTION-Brasil, em São Paulo.</p> <p>Reunião do setorial ecumênico do PAD.</p> <p>Reunião do CONIC com seus membros fraternos.</p> <p>Assembleia geral CLAI- Regional Brasil e conselho fiscal.</p> <p>Reunião inicial de preparação para a Assembleia do CLAI Continental a ser realizada em 2014.</p> <p>Participação, pela Coalizão Ecumênica, na Cúpula dos Povos – Rio + 20.</p> <p>Participação em edições do Jantar Teológico da IBN.</p> <p>Participação na Assembleia Geral do CEADE, de Diaconia e de Koinonia.</p> <p>Participação nas celebrações dos 30 anos do CONIC.</p>		
Participar de encontros e Assembleias das Igrejas Associadas	<p>Participação na 50ª Assembleia Geral da CNBB, em Aparecida/SP, representada pelo Diretor, Pastor Sinodal Guilherme Lieven.</p> <p>Participação no XXVIII Concílio da IECLB, em Chapecó, pelo mesmo diretor.</p> <p>Participação em seminário promovido pela CNBB sobre relação Estado e Sociedade Civil.</p>		
Participar em eventos de outras Igrejas	Participação em eventos durante a Semana de Oração.		
<b>F. Atividades da Assessoria de Comunicação</b>			
<b>F.1 Atividades relacionadas com o Fortalecimento Institucional</b>			
Reformular conteúdo do Plano Geral de Comunicação com assessoria da Corrente Viva	Realizado internamente, com definição de PO específico.	Retomada do plano com colaboradora voluntária.	Priorizações a partir das propostas para os 40 anos da CESE.

PLANEJADO	REALIZADO	NÃO PREVISTO, REALIZADO	CONSTATAÇÕES PARA 2013
Planejar as atividades de assessoria de imprensa	Em andamento com apoio de agência de publicidade e colaboradora voluntária.	Contratação de assessoria específica para cobertura de evento de projeto apoiado no PPP.	Priorizações a partir das propostas para os 40 anos da CESE.
Assegurar a relação com os veículos de comunicação das igrejas alimentando de informações regulares sobre a CESE	Através da CPPV, foi dado passo fundamental, contando com a colaboração da Diretoria Institucional.		A partir dos contatos estabelecidos em 2012, dar seguimento a relação com os veículos das igrejas assegurando regularidade nas publicações.
Assegurar a produção de boletins informativos da CESE para divulgação das ações da CESE e assuntos prioritários para os movimentos sociais, agências e igrejas. Garantir a sua distribuição para <i>mailing</i> institucional.	CESE Informa - 18 CESE Newsletter – 8 Divulgações específicas de editais e eventos – (Comunidade e Renda, APC, Instituto C&A, Lançamento Estudo de Impacto Quilombola, Marco Regulatório Relação Sociedade-Estado, IV Roda de Diálogo, ONG Brasil, Rio+20, CPPV).	Criação do boletim em inglês para agências e parceiros internacionais.	
Assegurar a produção e distribuição do CESE Advoga (on line), como instrumento de adesão, apoio e fortalecimento da luta dos movimentos de defesa de direitos.	3 CESE Advoga (ADI 3239 – quilombolas, causa indígena – Guarani Kaiowá e Rio dos Macacos)	Parceria com a Avaaz.org.	
Criar, manter e monitorar canais de comunicação interna/externa: - <i>CESE INFORMA</i> : Boletim especial para uso interno e externo, voltado a divulgar eventos, ações, etc.	Iniciativa de melhoramento do mural (com boa receptividade dos funcionários). Melhora no formato do Breve Informe.	Utilização do Facebook para contato com diferentes públicos da CESE, incluindo criação da página específica para a CPPV.	Ampliar a utilização das mídias sociais com apoio de consultoria externa. Aprimorar o uso do mural. Preparação da fachada da CESE e comunicação interna a partir de orientação da agência de comunicação.
Atualizar periodicamente o site institucional, aprimorando-o de acordo com as necessidades institucionais.	Em andamento.		Dar seguimento a nova revisão do site, adequando-o as necessidades da programação CESE 40 anos e Rede de Amigos.
Implementar sistema de avaliação/teste do novo site	Realizado		
<b>F.2. atividades relacionadas ao serviço de projetos</b>			
Manter dinâmica de reuniões com serviço de projetos para: - definir estratégias de divulgação de projetos, programas e estudos; - aprofundar e discutir oportunidades e estratégias de trabalhar a Comunicação para o advocacy; - levantar assuntos a serem abordados no site e boletins institucionais.	Realizado		Aprimorar a relação contanto eventualmente com apoio de estagiário/a para produção de materiais.
Aprimorar o conteúdo, no site da CESE, sobre o Serviço de Projetos, a partir dos insumos fornecidos pela supervisão e assessoria de projetos.	Realizado com definição dos fluxos de informação.		

PLANEJADO	REALIZADO	NÃO PREVISTO, REALIZADO	CONSTATAÇÕES PARA 2013
Manter atualizados links com movimentos sociais, igrejas, agências e outros parceiros, no site institucional da CESE	Em andamento		
Estabelecer contato com movimentos sociais, igrejas, agências e outros parceiros, visando divulgar e fortalecer iniciativas apoiadas pela CESE	Em andamento		
Buscar alternativas para acompanhar assessores em visita a projetos e/ou viabilizar a cobertura e registro de maior qualidade nestes momentos	Realizado para cobertura de eventos.	Entrevistas com organizações do subúrbio de Salvador (Juventude Cidadã).	Reavaliar a necessidade e viabilidade desse acompanhamento em visitas externas (fora de Salvador).

### F.3. Atividades relacionadas a mobilização de recursos

Elaborar estratégias de comunicação para mobilização a partir do que for definido pelo Plano Geral.	Em andamento		Retomada da discussão com agência de comunicação e colaboradora.
Participar do planejamento e execução de atividades de comunicação das Campanhas PPV e APC (elaboração, publicação e distribuição de materiais gráficos e audiovisuais)	Realizado.	Página da CPPV no Facebook. Elaboração de materiais do APC para ONG Brasil.	
Participar da implementação do Plano de Mobilização de Recursos	Em andamento	Criação de grupo de trabalho intersetorial com elaboração de propostas específicas para cada frente de MR.	Dar continuidade ao GT com especificidade para a realização dos eventos CESE 40 anos.
Assegurar que o site funcione como um instrumento de arrecadação de doações.	Realizado parcialmente.	Inscrição na Rede de Amigos via site.	Aprimorar o processo de doação, tornando o site mais efetivo.
Implementar rotinas de comunicação e informação com doadores	Realizado parcialmente.	Abertura de conta no Banco do Brasil.	Aprimorar o fluxo com apoio agência de comunicação e colaboradora.
Avaliar a possibilidade de planejamento e execução de eventos de divulgação da CESE, voltado à mobilização de recursos	Realizado parcialmente (CPPV)		Dar continuidade ao planejamento para a realização dos eventos CESE 40 anos.

### G. Atividades de mobilização de recursos

#### G.1. Atividades de planejamento, monitoramento e avaliação

Consolidar a estratégia da mobilização de recursos nacionais da CESE, finalizando a elaboração do plano.	Em andamento com prioridades definidas		Dar continuidade das atividades com apoio da agência de comunicação e colaboradora.
Prospectar oportunidades nas áreas definidas no Plano de Mobilização de Recursos (Governos, empresas, igrejas e sociedade civil)	Em andamento		Dar continuidade das atividades com apoio da agência de comunicação, colaboradora e assessoria de projetos.
Elaborar projetos de acordo com as oportunidades detectadas nas áreas definidas no Plano de Mobilização de Recursos (Governos, empresas, igrejas e sociedade civil)	Realizado com apresentação de vários projetos concorrendo a editais e chamadas públicas.	Avanços em relação ao contato com BNDES.	Dar continuidade das atividades com apoio da agência de comunicação, colaboradora e assessoria de projetos.

PLANEJADO	REALIZADO	NÃO PREVISTO, REALIZADO	CONSTATAÇÕES PARA 2013
Elaborar instrumentos de monitoramento e avaliação da implementação do Plano de Mobilização de Recursos Nacionais	Realizado		
<b>G.2. Atividades de Mobilização de Recursos Governamentais e de Autarquias</b>			
Acompanhamento das emendas parlamentares encaminhadas	Realizado		
Elaborar novas propostas de emendas parlamentares	Não realizado		Avaliar a partir de oportunidades.
Elaborar projetos para apoio a publicações da CESE	Realizado (PAE – Sindicato dos Bancários).		Captar recursos para publicação do livro da CESE.
<b>G.3. Atividades de Mobilização de Recursos de Institutos, Fundações e Empresas comprometidas com a “responsabilidade social”</b>			
Planejar e executar uma campanha de mobilização de recursos para a composição do Fundo de Dupla Participação, pela doação de serviços de empresas de pequeno e médio porte.	Realizado		Buscar renovação da parceria com o Instituto C&A.
Participar de eventos com empresas para a discussão sobre Mobilização de Recursos	Realizado (Congresso GIFE e reunião AVINA, FICAS E GIFE).		
Retomar relações com empresas que já apoiaram a CESE	Realizado parcialmente (Petrobras)		Reforçar as relações com empresas com o apoio de agências publicitárias e colaboradora.
<b>G.4. Atividades de Mobilização de Recursos nas Igrejas</b>			
Planejar e realizar a Campanha Primavera para a Vida em articulação com a Campanha Uma Ação para Crianças	Realizado.	Em 2012, a CPPV esteve articulada com a Rede de Amigos.	Dar seguimento a articulação CPPV-Rede de Amigos.
Estabelecer parcerias com igrejas de Salvador para voluntariado nas ações de mobilização (venda de produtos da Receita Federal e outras atividades)	Algumas atividades foram realizadas para venda de produtos promocionais da CPPV. Obs.: receita federal adiou seguidamente a entrega dos produtos.		Definir uma política de voluntariado. Retomar contato com a Receita Federal a partir de compromisso estabelecido anteriormente.
<b>G.5. Atividades de Mobilização de Recursos na Sociedade</b>			
<b>G.5.1. Programa Ação para Crianças</b>			
Assegurar que 70 organizações mobilizem recursos para projetos do APC Realizar três oficinas de capacitação em MR para grupos de bases	Chamada de projetos realizadas com 151 projetos recebidos. 56 projetos apoiados. Realizadas quatro oficinas: Salvador, Fortaleza, São Paulo e Salvador (Instituto C&A).	Uma das oficinas em Salvador é referente a 2011.	Apoiar 100 projetos e realizar quatro oficinas.

PLANEJADO	REALIZADO	NÃO PREVISTO, REALIZADO	CONSTATAÇÕES PARA 2013
<b>G.5.2. Programa Rede de Amigos da CESE</b>			
Implementar a Rede de Amigos	A Rede foi lançada e vem sendo implementada gradativamente a partir de experiências e avaliações.	Realização de duas oficinas com a equipe e sensibilização da Diretoria Institucional.	Ampliar a Rede de Amigos e estabelecer instrumentos apropriados de comunicação com apoio da agência de comunicação e colaboradora.
Ampliar a rede de amigos da CESE com doadores de outros países	Não realizado		Reavaliar.
<b>G.6. Atividades de capacitação da equipe</b>			
Participar de Treinamento sobre MR com a FICAS	Realizado		Realizar oficinas de MR planejadas a partir da experiência vivenciada pela equipe CESE.
Participar das reuniões com parceiros do programa (Director's Meeting) para atualizações e definições para o próximo ano	Realizado		Organizar encontro com parceiros no Brasil.
Participar de intercâmbio com parceiros para troca de experiências sobre mobilização de recursos na área empresarial	Realizado no Quênia	Participação de assessora de projetos no intercâmbio.	
Participar de cursos de capacitação (eventualmente)	Realizado (FLAC e Claritas)		
<b>H. Serviço de Projetos</b>			
<b>H.1. Programa de Pequenos Projetos</b>			
Cadastrar 750 projetos regulares	718 projetos		
Analisar e tratar os projetos cadastrados Apoiar cerca de 300 projetos regulares	261 no PPP, 57 no PDP, 30 em AFE		Em função da diminuição de recursos, prever apoio a 250 projetos em 2013
Garantir o fluxo de correspondências, relatórios e contratos	realizado		
Realizar levantamentos estatísticos de projetos para diversos setores da CESE	Realizado segundo demanda		
Monitorar o GP, implementando alterações, quando necessário, em sintonia com Supervisão Administrativo-Financeira e Supervisão de Projetos - concluir proposta de alteração no roteiro de projetos - concluir proposta de alteração no roteiro de relatórios  - alterar, no GP, a natureza "AE" para "AE&CIR" – Articulação Ecumênica e Cooperação Interreligiosa	Realizado ao longo do ano - julho: os dois roteiros foram alterados e já disponibilizados no site e no SEPROJ - realizados ajustes nos roteiros ApC.  - Já feita a alteração de A para AE&CIR	Inclusão categoria populações tradicionais	



PLANEJADO	REALIZADO	NÃO PREVISTO, REALIZADO	CONSTATAÇÕES PARA 2013
<p>Acompanhar os projetos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Analisar relatórios de 8 projetos por assessor/a mensalmente</li> <li>- Socialização das visitas aos projetos, por e-mail</li> <li>- Visitar projetos: 30 ao todo <ul style="list-style-type: none"> <li>* 5 previstos no Projeto com Kellogg</li> <li>* 02 apoiados na fonte DFID</li> <li>* 06 apoiados na fonte UCC</li> <li>* 04 do Projeto Juventude Cidadã</li> <li>* 07 na área região metropolitana da Salvador</li> <li>* 10 da auditoria a ser realizada pela AFINCO</li> <li>* aproveitando viagens para outras atividades</li> </ul> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- 639 relatórios (financeiros e de atividades) de 326 projetos.</li> <li>- Realizado parcialmente</li> </ul> <p>Projetos visitados 19.923, 16700, 18397, 17518, 19367, 18946, 18111, 18004, 19035, 18426, 16752, 14520, 18561, 19210, 14807, 19108, 17902, 19876, 19296, 16938, 18092, 19302</p> <p><b>TOTAL: 22 visitas</b></p>		<p>Ficar atentos para que a meta seja atingida em 2013</p> <p>Visitas a projetos, mesmo que não sejam conforme definido anteriormente (com base no roteiro) serão consideradas para efeito de meta.</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Concluir a avaliação de efetividade em FI</li> </ul>	<p>Não será realizada</p>		
<p>Subsidiar a realização de auditorias de Pequenos Projetos por amostragem</p>	<p>Não realizado</p>		<p>Dialogar com AFINCO para que sejam realizadas em 2013.</p>
<p>Continuar a revisão de rotinas e procedimentos do Serviço de Projetos</p>	<p>Ao longo do ano, quando necessário</p>		
<p>Contribuir com a Assessoria de Comunicação para:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Informações do Serviço de Projetos para o Site <ul style="list-style-type: none"> <li>* atualização dos textos para o site</li> <li>* atualizar informação sobre número de projetos apoiados</li> </ul> </li> </ul> <p>* colaborar com notícias sobre projetos</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Realizado conforme demanda e diálogo com Setor de Comunicação. Lançado um CESE Advoga sobre questão quilombola</li> <li>- Contribuição na notícia no site sobre evento pós Cúpula em Salvador</li> <li>- Elaborado roteiro específico de informações de bons relatórios para o site</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- 18 junho, participação na reunião com a agência de publicidade Propeg, na qual foi apresentada proposta de novo posicionamento comunicacional da CESE.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Não houve utilização do cadastro de informações de bons projetos pela análise de relatórios, nem pela lista de projetos sugeridos nas pautas semanais.</li> </ul>
<p>Elaborar relatórios narrativos específicos por fontes, em conjunto com a Supervisão de Projetos e em sintonia com a Supervisão Administrativo-financeira</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- UCC-CIDA</li> <li>- Porticus</li> <li>- Kerkinactie</li> <li>- SDOP</li> <li>- HEKS</li> <li>- Christian Aid - semestral</li> <li>- PPM</li> <li>- Relatório Institucional Anual</li> <li>- GTF/C. Aid – semestral</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- 1 relatório</li> <li>- 2 relatórios financeiros (jul/out)</li> <li>- 1 relatório</li> <li>- 2 relatórios</li> <li>- 1 relatórios SDOP em agosto</li> <li>- 1 relatório SDOP em dezembro</li> <li>- 1 relatório</li> <li>- 1 relatório</li> <li>- Relatório Anual para C. Aid-out</li> <li>- 1 relatório</li> <li>- 1 relatório</li> <li>- 1 relatório</li> <li>- 1 relatório financeiro para GTF em Julho, com contribuição da equipe de assessoria</li> <li>- 1 relatório para GTF sobre Aprendizado do programa-agosto</li> <li>- Relatório Anual para GTF-set</li> <li>- Relatório sobre aprendizado GTF</li> </ul>		

PLANEJADO	REALIZADO	NÃO PREVISTO, REALIZADO	CONSTATAÇÕES PARA 2013
- FNV - Fundação Kellogg - ICCO Institucional - Embaixada da Suíça  - Comunidade e Renda - Emenda Parlamentar - DTAT - Tdh Scwheiz	- 1 relatório - 1 relatório – dezembro Kellogg - 2 relatórios - 1 Relatório para a embaixada Suíça - 2 relatórios - - 2 relatórios - - Outubro – relatório TdH Schweiz		
<b>H.2. Programa de Apoio Estratégico</b>			
Concluir publicação da Sistematização da Segunda edição	Realizado a contento: 500 exemplares, já distribuídos aos principais parceiros		
Concluir análise de relatórios dos projetos para finalização do programa, registrando no GP e dando projeto como encerrado.	- 26 de abril a CESE reuniu-se com coordenação do ICSB (Biko) e FOQUIBA, para dialogar sobre pendências do projeto do PAE - do Puxirão todos os documentos finais foram recebidos e já, analisados. O grupo está em processo de publicação de sua sistematização. Nenhuma informação adicional		
<b>H.3. Programa Ação para Crianças</b>			
Fazer reunião de planejamento do Programa para definições e ajustes nos processos operacionais, incluindo a definição de responsabilidades	Realizado em janeiro		
Lançar Chamada de Projetos	Fevereiro - realizado 120 projetos recebidos		- Fazer duas chamadas em 2013: em janeiro e junho
Apoiar 70 projetos	57 projetos apoiados		- Meta de 100 projetos para 2013
Contribuir para a elaboração dos 03 cursos de formação em mobilização de recursos	Realizadas duas oficinas: Salvador (março) e Fortaleza (maio), ambas com participação e contribuição da assessoria de projetos. - Oficina em SP: 29-30/10		
	- Participação no Director´s Meeting e Intercâmbio com parceiro do Quênia		
<b>I. Diálogo e Articulação</b>			

PLANEJADO	REALIZADO	NÃO PREVISTO, REALIZADO	CONSTATAÇÕES PARA 2013
I.1. Com os Movimentos Sociais			
<p>Participar de ações estratégicas relacionadas à Rio +20; Projeto Monitoramento/MNDH; Articulação da Copa; Fórum de Equidade Racial;</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Janeiro: Fórum Social Temático em Porto Alegre, com destaque para a reunião da Coalizão Ecumênica e Grupo de Articulação, ambos preparatórios à Cúpula dos Povos.</li> <li>- 27 e 28 de fevereiro e de 16 a 20 de março, aconteceram, no Rio de Janeiro, as duas outras reuniões do GA – Grupo de Articulação da Cúpula dos Povos.</li> <li>- De 14 a 17 de fevereiro: Seminário de Perspectivas - Programa Brasil HEKS, em Montes Claros.</li> <li>- Fevereiro: facilitação do planejamento estratégico da ARCCA</li> <li>- Fevereiro: Reunião do Conselho Nacional do MNDH- 7 e 8/02: - Março: reunião para buscar uma reaproximação /rearticulação do pessoal da agroecologia no NE com a ICCO, em Recife</li> <li>- 11 a 13 de maio: última reunião do Grupo de Articulação (GA) da Cúpula dos Povos – RJ</li> <li>- 14 a 23 de junho: Cúpula dos Povos – RJ</li> <li>- 09 de maio, reunião com representantes da UNFPA – Fundo de População das Nações Unidas, resultante de uma mediação da ICCO</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Definir para 2013 em quais instâncias estaremos presentes e/ou participaremos</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- I Congresso do Movimento Nacional da População de Rua:19 e 21/03</li> <li>- 23 a 26 de maio: Curso "Menos Informalidade, Mais Direitos no Trabalho para as Mulheres Brasileiras", em Recife/PE</li> <li>- 30/07- Reunião dos Comitês da Sociedade Civil com a Comissão Nacional da Verdade</li> <li>- 17-18/08- Encontro de Fundos Solidários – Carpina – PE</li> <li>- ENCONASA – de 19-23/11</li> <li>- Congresso CIMI: 21-23/11</li> <li>- Feira de ONGS: 6-9/12</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Março: reunião para buscar uma reaproximação /rearticulação do pessoal da agroecologia no NE com a ICCO</li> <li>- De 16 a 18/03: II Seminário do GT Raça do Fórum da Amazônia Oriental, Belém/PA m Recife</li> <li>- 5 de junho: Lançamento da Campanha Nacional pela regularização dos Territórios das Comunidades Tradicionais Pesqueiras em Brasília/DF</li> </ul>	

PLANEJADO	REALIZADO	NÃO PREVISTO, REALIZADO	CONSTATAÇÕES PARA 2013
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Assembleia da Aliança de Batistas do Brasil</li> <li>- Reunião da Comissão da Verdade, Brasília, julho</li> </ul>		
<p>Atividades em Salvador, após anuência da coordenação e de acordo com disponibilidade de agenda</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Três reuniões do Comitê Baiano Pela Verdade entre janeiro e março</li> <li>- 3 de fevereiro: reunião da coordenação do Programa de Equidade Racial apoiado pela Fundação Kellogg, para organização do I Encontro de lideranças e grupos do movimento negro</li> <li>- 6 de fevereiro: Ato de Apoio à Comunidade Quilombola Rio dos Macacos.</li> <li>- Dia 9 - Seminário Resistência Quilombola: Desafios e Perspectivas e o lançamento do livro Direitos Quilombolas: Estudo de Impacto da Cooperação Ecumênica</li> <li>- Dia 8 de maio, participação na Plenária Bahia da Cúpula dos Povos</li> <li>- Dia 30 de junho, participação na Roda de Diálogo sobre Religiões Negras: Cultura, Luta e a Religião na Diáspora Africana – Terreiro Cobre.</li> <li>- Lançamento do Odara - Instituto da Mulher Negra, no dia 19 de abril, no Auditório da Biblioteca Pública da Bahia.</li> <li>- 13 a 14 abril, Seminário Comemorativo dos 30 anos da AATR</li> <li>- dia 29 de maio, Vigília Feminista pelo Fim da Violência contra as mulheres, na Estação da Lapa.</li> <li>- 31/07 - Seminário de aniversário dos 20 anos da Steve Biko</li> <li>- 01/08 - Participação em reunião do Movimento de População de Rua de Salvador e Nacional, junto com órgãos públicos, para discutir a implantação do Comitê Gestor do CNDDH de população de rua e mov catadores da Bahia.</li> <li>- 31/07 – Apoio e realização do Seminário do Comitê Bahia sobre Pós Rio+20</li> <li>- Reunião com amigos do MST-Bahia</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Seminário “Análise da Atual Conjuntura Política de Salvador”, com a participação da CESE como facilitadora do tema Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas para Mulheres: 31/03</li> <li>- em julho: 03 reuniões do GT preparatórias ao seminário de 31 de julho sobre o Pós Rio +20 Bahia.</li> </ul>	

PLANEJADO	REALIZADO	NÃO PREVISTO, REALIZADO	CONSTATAÇÕES PARA 2013
	<p>para discutir os preparativos dos 25 anos MST-Bahia, em setembro.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Participação no encontro do Movimento de População de Rua: 1 de outubro</li> <li>- 17/08 – Celebração de 30 anos da CEDITER</li> <li>- Oficina de Gênero e sobre Direitos Humanos – Coletivo Calafate – set</li> <li>- Tour comunitário dos 20 anos do Calafate – Out</li> <li>- Encontro de formação feminista da Bahia – novembro</li> <li>- Coletivo Nacional de Formação da AMB – outubro</li> <li>- Assembleia da ABONG NE II – Nov</li> <li>- Participação na Mesa de homenagens durante o III Congresso da UNICAFES-Ba</li> <li>- Participação em várias reuniões do Comitê Popular da Copa</li> <li>- Participação regular das reuniões e atividades do Comitê Baiano Pela Verdade.</li> <li>- Participação da mesa sobre Memória e Verdade no encontro Nacional da RENAP – novembro</li> </ul>		
		<p>07/05 – Visita do MPA Nacional para diálogo sobre projetos e pendências com a CESE</p> <p>02/06 – Visita de representantes da Juventude Operária Católica para retomar diálogo com a CESE em vista de apoios no PPP</p> <p>31/07 – Visita de representantes do Movimento de População de Rua de Salvador e Nacional</p>	
<b>I.2. Com Setor Privado</b>			
Participar do Congresso do GIFE	Realizado, março		
<b>I.3. Com Setor Público</b>			
Articulação com SEPROMI para execução da emenda Luiz Alberto	- Não ocorreram articulações com a SEPROMI com essa finalidade em 2012. Verificar possibilidade de manter essa ação para 2013		- Avaliar com a Coordenação se apresentaremos projeto em 2013

PLANEJADO	REALIZADO	NÃO PREVISTO, REALIZADO	CONSTATAÇÕES PARA 2013
	<p>- Reunião com a Chefe de Gabinete da Secretaria de promoção da Igualdade Racial – SEPROMI, no dia 13 de fevereiro, para discussão sobre proposta de parceria com a CESE para execução da Emenda do Dep.Luiz Alberto.</p>	<p>- 4 de junho, participação em duas reuniões a convite da Secretaria de Relações Institucionais da Bahia para estabelecer um diálogo com a sociedade civil para o enfrentamento da longa estiagem nos municípios baianos</p> <p>- 05 de junho a CESE esteve em Audiência com a Ministra de Estado Luiza Helena de Bairros, chefe da SEPPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade, em Brasília/DF. A audiência teve como objetivo o estabelecimento de diálogo e apoio da SEPPPIR, na mobilização de recursos para a CESE</p> <p>- 4 de junho, reunião com o Secretário da Indústria, Comércio e Mineração - SICM, James Correia. O objetivo da audiência foi identificar oportunidades de financiamento com as empresas baianas.</p> <p>-11 de junho: reunião de organizações do movimento social com o Deputado Federal Luiz Alberto. A reunião contou com a presença do Fórum de Entidades Negras da Bahia, Conselho Quilombola da Bahia, Comissão Pastoral dos Pescadores, Instituto Odara e CESE, tendo como objetivo a construção de espaço de formulação de proposta de políticas públicas</p>	
	<p>- Articulação e visita ao Ministério Público viabilizando parceria para realização do Seminário Resistência Quilombola:Desafios e Perspectivas</p>		
<b>I.4. Com Agências e outras fontes financiadoras</b>			
<p>Acompanhar visitas e facilitar intercâmbio de representantes de agências e igrejas a grupos e movimentos sociais</p>	<p>- Visita ao projeto 18.550 no Subúrbio Ferroviário de Salvador, com TdH Schweiz</p> <p>- Visita de prospecção ao GAEEC - possível projeto para TdH Schweiz e</p>		

PLANEJADO	REALIZADO	NÃO PREVISTO, REALIZADO	CONSTATAÇÕES PARA 2013
	intercâmbio com AMCBVA		
Participar de encontros e eventos promovidos pelas agências parceiras	- Encontro de parceiros de Misereor da Bahia – em setembro - Encontro com parceiros de Misereor – outubro- sobre a questão urbana - SP		
Acompanhar negociação com Petrobrás para C&R	Foram várias reuniões e contatos ao longo do ano, além da elaboração do projeto, aprovado em novembro.		
Acompanhar processo de negociação de outras fontes como o BNDES, Fundo Amazônia	Em relação ao Fundo Amazônia, algumas prospecções foram feitas, diálogos com Fundação Ford através de Aurélio Viana, contatos com COIAB como possível parceira, além de ter sido enviada a pré-proposta para a elaboração do projeto. - Elaborada pré-oposta de comemoração dos 40 anos para ser negociada com BNDES-Fundação BB e Editais de Cultura. Rocha Comunicação e uma voluntária estão contribuindo no processo.		
Acompanhar desdobramentos do Projeto com HEIFER/UE	Realizado com êxito. Projeto foi selecionado para a segunda fase		
		- Encontro dos parceiros de GTF, Londres, Outubro - Audiência com SERIN, Sec. Planejamento, Sec. De Relações Internacionais e Superintendência da Agricultura Familiar do Governo da Bahia por solicitação de ICCO - nov - Visita ao quilombo São Francisco do Paraguaçu por solicitação de Icco - nov - Reunião da equipe de assessoria com ICCO - nov	
<b>I.5. Com outros parceiros</b>			
Contribuir no GT para processo de articulação para incidência dos FPPs da América do Sul	Termo de Referência realizado		
Elaborar texto sobre a CESE para o texto geral sobre os FPPs da América do Sul	Realizado em agosto		
Participar do Encontro dos FPPs da América do Sul	Realizado de 5 a 7/09 – B. Aires		Prever participação no encontro de

PLANEJADO	REALIZADO	NÃO PREVISTO, REALIZADO	CONSTATAÇÕES PARA 2013
			2013, em Lima, Peru.
		15-16/08 – Recife - Participação no Encontro de Fundos Rotativos Solidários para refletir sobre devolução de pesquisa realizada com participação da CESE. - Setembro: Encontro de Fundos Solidários na Bahia - Assembleia de Diaconia – novembro - Premio Odair Firmino – Cáritas Nacional – outubro - Debate sobre Direitos Juvenis com a REJU – agosto – SSA - Debate REJU – Salvador - dezembro	

PLANEJADO	REALIZADO	NÃO PREVISTO, REALIZADO	CONSTATAÇÕES PARA 2013
<b>J. Serviço de Assessoria e Formação</b>			
<i>J.1. Direito a Terra, Água e Território - ICCO</i>			
Executar plano de trabalho 2011 -2012 Seminário de repasse metodológico - metodologia CLIDES e Riscos climáticos  Repasse de projetos para aplicação da metodologia em campo - participar em 01 das 05 oficinas Organizar seminário de sistematização  Contribuir na elaboração dos TR– consultores: assessoria de imprensa, sistematização CLIDES  Participar de reunião de parceiros- Relatórios anuais	- seminário CLIDES realizado na CESE com a participação de 19 organizações - 05 oficinas locais realizadas, CESE participou oficina no Ceará. - Oficina de sistematização realizada na Escola Florestan Fernandes – SP - consultores contratados  - 01 reunião de parceiros realizada  - Elaboração de documento sistematizando aprendizados a partir da aplicação da metodologia em andamento		
<i>J.2. CESE, Comunidade e Renda - ICCO</i>			
Lançamento de edital anual – novembro/dezembro 2011 Seleção de projetos – 2012	- edital lançado, recebemos 80 propostas e selecionamos 10		



PLANEJADO	REALIZADO	NÃO PREVISTO, REALIZADO	CONSTATAÇÕES PARA 2013
<p>Realização de quatro reuniões anuais com comitê do projeto</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Reunião de seleção e de planejamento Eves</li> <li>2. Reunião de definição dos planos de capacitação</li> <li>3. Reunião na temática comercialização</li> <li>4. Reunião de avaliação anual 2011– cerca de 25 pessoas</li> </ol> <p>Coordenação:</p> <p>Trs para fase EVE e depois planos de capacitação</p> <p>Comunicação e mediação da relação das PS e dos grupos</p> <p>Viagem anual de monitoramento – cerca de 13 dias</p> <p>Acompanhamento de propostas enviadas para o PPP</p> <p>Relatórios de acompanhamento – fevereiro /março</p> <p>Implementação de projeto com a Petrobras</p>	<p>organizações (02 redes)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- reunião de seleção realizada</li> <li>- lançamento edital 2013-dezembro</li> <li>- reunião de avaliação geral de 2011, realizada em março na CESE</li> <li>- Reunião temática comercialização remanejada para fevereiro</li> <li>- Contratação de avaliação externa</li> <li>- planos de capacitação na área de gestão 80% realizados</li> <li>- Organizações de assessoria contratadas, engenheiro de alimentos selecionado, produtos de comunicação 2011 em andamento</li> <li>02 relatórios de acompanhamento</li> <li>- Proposta Petrobras enviada e aprovada</li> <li>- viagem de campo realizada, relatório com planos de capacitação enviados grupos</li> <li>- Negociação relativa a execução ICCO/Petrobras. Implementação de segunda fase de 2012 com recursos Petrobras</li> <li>- Contratação de Administrativo – financeiro - Gal</li> <li>- Elaboração relatório BR</li> <li>- Proposta de Termo de Cooperação com Governo Estadual da Bahia, enviada. Aguardando retorno</li> </ul>		
<b>J.3. Juventude Cidadã - kerkinactie</b>			
<p>- preparar novo projeto 2012-13</p> <p>Organizar reuniões e visitas de campo para a construção da Cartografia Social (Organizar formação UNFPA/Saúde e Sexualidade - 01 curso para formadores)</p> <p>-Organizar atividades do Projeto (intercâmbio, planejamento, formação)</p>	<p>- Realizado e enviado</p> <p>- Feitas 3 reuniões, 2 com Consultoria.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Em 01 de agosto -1 reunião no Subúrbio para discutir a cartografia. – Acompanhamento sistemático nas 05 oficinas para a construção da Cartografia</li> <li>- Reunião entre CESE, UNFPA e seis redes de movimentos sociais para planejamento das ações do curso Saúde, Direitos Sociais e Reprodutivos em 2013.</li> </ul>		

PLANEJADO	REALIZADO	NÃO PREVISTO, REALIZADO	CONSTATAÇÕES PARA 2013
<b>J.4. Equidade Racial - Fundação Kellogg</b>			
Realizar 03 Encontros de Formação	- Realizado em março o primeiro encontro. - 5a7/09 – Segundo encontro realizado - 20-22/09 - Visita a novos grupos em Aracaju e Maceió	Foram realizadas reuniões de monitoramento do programa, com os parceiros S. Biko, Mídia Étnica	
Realizar 05 visitas a projetos	- 24/08 – Participação no ciclo de formação das Baianas do Acarajé - 24/11 – Contribuição no terceiro encontro das baianas na Oficina - Projeto 19.296 – CCN - Projeto 19.876 - ABAM - Visita a 3 projetos com Oficial de Programas da Kellogg		
Construção da proposta de sistematização do programa	- Em andamento		
Elaborar relatório do projeto	- Em andamento		
Monitorar a execução dos projetos	- Reunião das 3 organizações com o Oficial de Programas da Kellogg		
<b>J.5. Equidade Racial - Emenda Parlamentar</b>			
Intermediar relação CESE-SEPROMI	- Feitos vários contatos para andamento da liberação da emenda - Julho - Assinatura de contrato na SEPROMI		- Verificar com a Coordenação se farão feitos contatos com SEPROMI para apresentação de projetos em 2013
Realizar 02 Encontros mobilizando cerca de 300 pessoas			
Realizar 01 oficina sobre questão racial			
Monitorar a elaboração do material didático			
<b>J.6. Fortalecimento em DI - Instituto C&amp;A</b>			
- Relatório final do primeiro projeto PDI - Levantamento de 50 organizações para o novo projeto “Mobilizando Recursos Locais para a Sustentabilidade” - Preparo e envio de carta-convite do edital - Interlocução com os grupos e tratamento das propostas - Análise, ranquiamento e seleção das propostas (15 grupos) - Suporte ao FICAS a preparação e realização de 01 oficina de mobilização de recursos locais - Reuniões de monitoramento com IC&A e outros parceiros	- Não realizado - Realizado no final do primeiro semestre. - Lançamento do Edital em julho - Abril – Não realizado - Abril-Junho - Junho - Julho - maio e outra no segundo semestre. Não realizado a de maio - Reunião dos parceiros do programa, agosto, Recife - Reunião de monitoramento do		- Dialogar com IC&A sobre possibilidade de repetir parceria em relação a PDP em 2013, também para utilizarmos esses recursos como contrapartida do projeto com WG

PLANEJADO	REALIZADO	NÃO PREVISTO, REALIZADO	CONSTATAÇÕES PARA 2013
projeto em setembro-Recife			
<b>J.7. Monitoramento de Projetos - PDP</b>			
- Levantamento de projetos pendentes e aguardando mobilização, de 2011, para novo contato - Triagem de projetos enviados para a Chamada 2012 - Análise dos projetos, com a equipe - Análise de relatórios	Ao longo do ano realizado Ao longo do ano Ao longo do ano		
<b>J.8. Atividades de formação interna</b>			
- Gênero - Equidade Racial  - Meio Ambiente	- Socialização com a equipe CESE sobre processo de construção e participação na Cúpula dos Povos - Mobilização na rua da CESE sobre o Veta Dilma, com funcionários, no dia 20 de maio		
<b>K. Aportes para a Sustentabilidade da CESE</b>			
<b>K.1. Elaboração de Projetos de financiamento</b>			
Dar seguimento ao processo de elaboração de projeto para o Fundo Amazônia, em parceria com ISA e Fundação Ford Elaboração e acompanhamento de emendas parlamentares 2012 e 2013	Articulação com COIAB em andamento, identificação de parceiros do movimento Quilombola e de comunidades tradicionais em andamento. Conforme planejamento específico - Elaborada, em julho, proposta inicial de projeto a ser discutida com Fundação Ford e BNDES para o Fundo Amazônia. Em análise pelo BNDES.		
Dar continuidade ao apoio a Heifer/ibase para elaboração de projeto sobre SAN para a União Européia	Elaborado, com consultoria externa. Documento conceitual aprovado		
	Elaboração de projeto para Instituto C&A, já apoiado e em fase de execução. (Já havia sido negociado em 2011)		
		Elaboração de projeto para Fundação OAK	

PLANEJADO	REALIZADO	NÃO PREVISTO, REALIZADO	CONSTATAÇÕES PARA 2013
		- Outubro: elaborado projeto BNDES para FPP e Redes - Elaborado Projeto anual para TdH Schweiz - Elaborado projeto Trienal para KEKS	
	Articulação com Sindicato dos Metalúrgicos da Bahia e com o Sindicato dos Bancários da Bahia para obter apoio para publicação do livro: Sistematização do PAE.		
		- Julho - Reunião com Direção do Teatro Castro Alves para negociar agenda para show da CESE	
- Elaborar proposta de projeto para a Fundação Ford – Equidade Racial - Continuar contato com Cáritas Nacional para negociação de acesso da CESE ao Fundo Nacional de Solidariedade			

## K.2. Atividades relacionadas com o PMA Institucional

Contribuir na elaboração do próximo plano plurianual da CESE	- Participação no encontro de planejamento dias 23 e 24/01 e demais momentos, incluindo a reunião com FICAS		
Contribuir na elaboração do relatório de atividades da CESE – 2011	Realizado quase que integralmente pelo Setor		
Contribuir na elaboração do projeto para EED/PPM	Realizado		
Contribuir na elaboração de projeto para Porticus	Realizado		
Continuar processo de diálogo com a Coordenação administrativo/financeira e Coordenação de DI sobre fonte mista e implicações para o sistema informatizado de projetos (GP) e para a gestão financeira dos recursos da CESE	Realizado. Fonte mista foi incorporada e depois retirada		
Dialogar com Coordenação Administrativo-Financeira para elaboração de normas e procedimentos sobre compras e contratos.	Realizado		
Realizar reuniões com o setor administrativo financeiro e outros setores da CESE quando oportuno	Realizado		
Dialogar com Coordenação de Mobilização de Recursos para prever avaliações semestrais específicas do Programa Ação Para Crianças/Dupla Participação, envolvendo assessoria e secretaria de projetos.	Realizado		
Participar regularmente de reuniões da Coordenação Executiva	Ao longo do ano		
Participar das reuniões do Grupo Ecumênico e contribuir para encaminhamentos	Realizado. Em reuniões do Grupo Ecumênico interno foram reorientadas as ações partir da finalização dos	Planejamento e participação na roda Construindo Diálogos, com assessora da SNDH - dezembro	

PLANEJADO	REALIZADO	NÃO PREVISTO, REALIZADO	CONSTATAÇÕES PARA 2013
	trabalhos da cooperante canadense. Houve convocatórias para o processo Construindo Diálogos e para o CEBIC. Reuniões preparatórias e discussões com o CEBIC para realização da Semana de Oração pela Unidade. Participação em celebrações em diversas igrejas e na própria CESE. Participação na Assembleia do CEBIC; Lucyvanda passou a compor o conselho fiscal desse conselho. Participação na primeira reunião da nova diretoria e conselho fiscal do CEBIC.		
Contribuir ao processo de organização da CPPV	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Discussão no grupo ecumênico para definição da data e primeiras ideias.</li> <li>- Reuniões do grupo ecumênico com a equipe de comunicação e mobilização para discutir estratégias de divulgação da campanha, entre elas a elaboração de texto informativo para publicação nos veículos de comunicação das igrejas.</li> <li>- 31 de julho - Realizada reunião geral para socialização da CPPV e recolha de sugestões</li> <li>- Foi intensa a participação de pessoas da equipe em toda a preparação da CPPV e do seu lançamento em Salvador.</li> <li>- Divulgação da CPPV em evento do clero e evento das pastorais sociais, ambos em Salvador</li> <li>- Participação na preparação e evento de lançamento da CPPV em Belém.</li> </ul>		
<b>L. Outras atividades internas do setor</b>			
Elaborar os Planos Individuais de trabalho – PITS	Apenas dois PITS elaborados - 03 PITS elaborados - Julho		- Está em discussão a pertinência e a real utilidade de se fazer PITS em 2013. A idéia da equipe é fazer um Plano Coletivo de Trabalho, com colunas de atividades e coluna de todas as pessoas da assessoria.
Elaborar texto normatizando procedimentos para registro de folgas	Realizado		
Realizar monitoramento mensal	Realizado		
Realizar capacitação da equipe para pesquisa no GP	Agendado para fevereiro 2013		

PLANEJADO	REALIZADO	NÃO PREVISTO, REALIZADO	CONSTATAÇÕES PARA 2013
Realizar avaliação anual	Dezembro		
Coordenar descarte de projetos antigos já micro-filmados e outros	Realizado		
Continuar diálogo com a Diretora Executiva e a Coordenação Administrativa para decidir sobre descarte de projetos com mais de 05 anos	Não realizado no primeiro semestre		
		- Participação do GT temporário para auxiliar na MR. Houve intensa participação de duas pessoas da equipe no GT, que se desfez no meio do segundo semestre. No entanto uma pessoa da equipe continuou participando ativamente de todas as discussões acerca da mobilização de recursos, sobretudo em contatos, inclusive fora de Salvador, para a realização de show; discussão com PROPEG e Empresa Rocha em relação aos materiais de comunicação institucionais. Duas pessoas da equipe estão elaborando a proposta de projeto para os 40 anos da CESE	

PLANEJADO	REALIZADO	NÃO PREVISTO, REALIZADO	CONSTATAÇÕES PARA 2013
<b>M. Atividades de Administração e Finanças</b>			
Supervisionar o serviço de contabilidade	<b>Ao longo do ano</b>		
Supervisionar o setor financeiro	Ao longo do ano		
Supervisionar as atividades do analista de sistema e suporte	Ao longo do ano		
Supervisionar o setor de Pessoal	Ao longo do ano		
Apresentar plano operacional de 2012 ao Ministério da Previdência	Apresentado		
Acompanhar o recebimento de recursos do exterior e providenciar o câmbio	Durante todo o ano		
Submeter relatórios e prestações de contas do ano de 2011 à auditoria externa	Realizado em Março		
Apresentar relatório financeiro a Wilde Ganzen	28 de Fevereiro		
Apresentar relatório de atividades e auditoria ao C. Fiscal e à Diretoria da CESE	Março		
Apresentar relatórios anuais ao Ministério da Justiça	Realizado em Abril		

PLANEJADO	REALIZADO	NÃO PREVISTO, REALIZADO	CONSTATAÇÕES PARA 2013
Apresentar relatório circunstanciado do ano de 2011 ao INSS	Realizado em Abril		
Apresentar relatório e parecer do C. Fiscal à Assembléia	Realizado em Junho		
Apresentar relatórios de atividades e de auditoria do ano de 2011 às agências financiadoras	Realizado em Abril		
Submeter relatórios e prestações de contas do 1º semestre de 2012 à auditoria externa	Realizado		
Apresentar aos financiadores o relatório de auditoria do primeiro semestre de 2012	Agosto/Setembro		
Revisar o orçamento global 2012	Dezembro		
Providenciar a realização das auditorias específicas para EED	Semestral		
Providenciar a publicação do Balanço Anual da CESE em seu site	Realizado em Junho		
Acompanhar visitas ao escritório e responder a demandas do Conselho Fiscal	Março/Junho		
Elaborar os relatórios financeiros: - geral; - prestações de contas específicas	Trimestralmente ou de acordo com cronogramas das Agências.		
Monitorar a execução orçamentária	Diariamente		
Apresentar quadro de análise da execução orçamentária à Diretora Executiva	Trimestralmente		
Realizar Inventário de Imobilizado	Até Dezembro		
Avaliação do Plano de Contas da CESE	Até Dezembro		
Elaboração de Normativo Interno	Realizado em Abril		
Preparação do Sistema para Aderir ao SPED	Dezembro		